



LISBOA
REVISTA MUNICIPAL

R. D. ...



LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

ANO XLIX — 2.ª SÉRIE — N.º 25 — 3.º TRIMESTRE DE 1988 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: MARIA
SALETE SALVADO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

O CHIADO — SEU CONTEXTO URBANÍSTICO
E SOCIOCULTURAL • O PORTAL DA SALA
DO «CAPÍTULO NOVO» DO CONVENTO DO
CARMO • CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO
DA PEDREIRA • INCÊNDIO DA ZONA
DO CHIADO • ZONA HISTÓRICA DA BAIXA
POMBALINA DESTRUÍDA PELO FOGO
— 25 DE AGOSTO DE 1988 • NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — 1700 LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Tiragem: 2000 exemplares — Depósito Legal n.º 18 112/87

Composição e impressão: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora



NA CAPA:
«O Largo das Duas Igrejas»
Aquarela de Real Bordalo
Coleção da C.M.L.

O CHIADO

SEU CONTEXTO URBANÍSTICO E SOCIOCULTURAL

I — ANTES DO TERRAMOTO

Ao contrário do que acontece com outros topónimos lisiponenses de grande prestígio na história da cidade, quais sejam o Rossio ou o Terreiro do Paço, em que, ao memorizá-los, impõe-se-nos, em primeiro lugar, o seu contexto urbanístico e arquitectónico, o Chiado é antes uma vivência e uma recordação. Mal se desenha a sua mancha urbanística de limites imprecisos e dilui-se quase completamente na nossa memória o seu contexto arquitectónico. Na realidade, a força do quotidiano vivido no local, empolado por uma literatura que quase o tornou lendário, apagou uma arquitectura pouco acima do banal e subverteu um contexto urbanístico não delimitado por artista ou imposto por qualquer decisão real, mas que se rasgou, espontaneamente, através de pedreiras e socalcos, para dar passagem e servir os homens que por ali se foram fixando. Os próprios arquitectos pombalinos pouco mais fizeram do que regularizar uma grelha pré-existente.

No momento em que, em consequência do desastroso incêndio de 25 de Agosto de 1888, está na ordem do dia a reconstrução duma parcela significativa do Chiado, parece-nos oportuno realçar esta duplicidade contextual do topónimo, pois se há que respeitar o casco arquitectónico, dentro dos limites do possível e do desejável, não deve ser menosprezada a sua carga sociocultural, havendo que valorizá-la, actualizando-a naturalmente. Este reajustamento é, porém, da responsabilidade dos arquitectos, urbanistas, sociólogos, economistas, etc., chamados a intervir. Para mim, reservo apenas o atrevimento duma síntese geral da rica história do Chiado, destinada a informar o grande público, procurando,

através dela, chamar a atenção para as três grandes componentes em que ela assenta, a componente urbanística, a arquitectónica e a sociocultural, pondo em evidência o porquê e o como se formou esta realidade topográfica-cultural, transformada num conceito intemporal que todos pretendemos agarrar e não deixar fugir.

Não vamos trazer novidades, o que seria difícil, depois das obras de Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, vol. III e *Lisboa Antiga-O Bairro Alto*; Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*; de Mário Costa, *O Chiado Pitoresco e Elegante*, que dão informação exaustiva sobre a história do sítio e das famílias que aí residiram; das muitas outras que procuraram transmitir o quotidiano do elegante bairro lisboeta de que apenas destacaremos as de Baldemónio (Eduardo Barros Lobo), *Do Chiado a S. Bento, Viagens no Chiado e À Volta do Chiado*; de Tinop (Pinto de Carvalho), *Lisboa de Otrora e Lisboa de Outros Tempos*; de Eduardo de Noronha, *À Esquina do Chiado e À Porta da Havaneza*; Alfredo Gallis, *O Chiado*; de Luís de Oliveira Guimarães e João Ameal, *O Chiado* e obras que, embora, de âmbito mais geral, dão também importantes contributos, como as de Alfredo Mesquita, ou as *Peregrinações* de Norberto de Araújo, além dum sem-número de outros, ensaístas, ficcionistas ou memorialistas, onde a vida do bairro é parte da acção desenvolvida nas suas obras, como Júlio César Machado, Eça de Queiroz, D. Tomás de Melo, Fialho de Almeida, para não citar senão os que primeiro me vieram à lembrança.

Ao falar do Chiado depara-se-nos logo uma primeira dificuldade ao pretendemos estabelecer os seus limites materiais. Se a atribuição oficial do topónimo Chiado nunca foi além da actual Rua

Aspecto da Pedreira/Chiado no século XVI
no século XVI
Pormenor da Panorâmica
de Lisboa (desenho) da
Biblioteca da Universidade
de Leyde

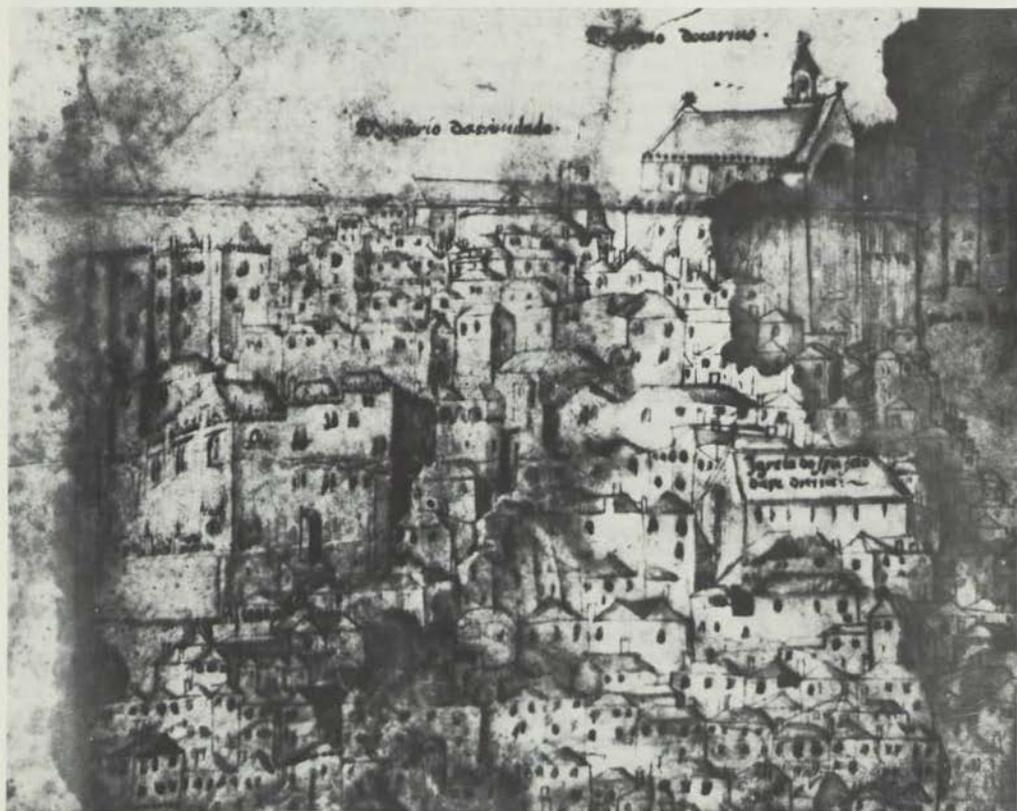
Garrett e, nos nossos dias, apenas se encontra confinado ao antigo Largo das Duas Igrejas, há muito o Chiado identifica-se com um sítio de limites fluidos, de que aquela artéria é apenas o centro vital e que se estende à Rua do Carmo que é pleno Chiado, à Rua Nova do Almada até à Boa-Hora, e a todos os arruamentos que, dum lado e de outro, nela vão convergir.

O topónimo parece, porém, ter tido uma origem bastante modesta, aparecendo no século XVI atribuído a um pequeno troço da Rua Direita das Portas da Santa Catarina (actual Rua Garrett), situado entre as Casas do Espírito Santo (Armazéns do Chiado) e a Cordoaria Velha (actual Rua Ivens).

Segundo Alberto Pimentel, no que é seguido por Matos Sequeira, o topónimo remonta a um Gaspar Dias, de alcunha

«O Chiado», que por ali teve uma taberna, citado em documento referente ao ano de 1567, figura que, por certo, por muito popular, deixou, como tantas vezes acontece, o seu nome, neste caso a sua alcunha, ligada para sempre ao local. Por muito procurada e repetida, a expressão *ir à taberna do Chiado*, poderia ter-se abreviado na expressão *ir ao Chiado*.

Antes, porém, de Alberto Pimentel ter identificado o documento que deu consistência à hipótese anterior, Eduardo Freire de Oliveira tinha forjado uma explicação que nos parece também digna de registo, fazendo do topónimo Chiado um derivado da forma verbal *chiar*, reportando o verbo à *chiadeira* que fariam os pesados e pouco maleáveis carros da época ao vencerem a rampa em curva apertada que das calçadas adjacentes davam



acesso à Rua da Pedreira ou Rua Direita da Pedreira. Neste caso, o topónimo poderia ter existido antes da data em que, pela primeira vez, o encontramos registado. Outra explicação que foi dada para origem do topónimo, mas que ficou completamente prejudicada desde que foi identificado o vinhateiro Gaspar Dias, ligava-o ao poeta chocarreiro do «Auto das Regateiras» e da «Conversa das Comadres», António Ribeiro Chiado, que morreu em 1591, por não poder este ter-se antecipado ao registo do topónimo que aparece referenciado como *Rua do Chiado*, pela primeira vez, em 1586 (Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos*, 2.ª edição, vol. XV, p. 538 n.). Ganhou, porém, o poeta com a abusiva identificação, vindo-se consagrado com uma estátua que a Vereação Municipal de 1925 mandou colocar numa das praças mais nobres da cidade, se atendermos ao local e às tradições do Largo do Chiado.

O topónimo que só esporadicamente aparece referenciado no século XVI, vai-se radicalizando no século XVII, comportando já, então, em si, a acepção de sítio conforme se depreende dum documento referido por Eduardo Freire de Oliveira (*Elementos*, 2.ª edição, vol. XV, p. 538 n.) no qual o conde de Atouguia é citado como sendo morador ao *Chiado*. Nos princípios do século XVIII já o topónimo se estendia a toda a Rua Direita das Portas de Santa Catarina, extensão que só vem a ser confirmada pelo Município em 1859 (Edital de 1 de Setembro) e por pouco tempo, já que em 1880 (Edital de 14 de Junho) a importante artéria era crismada de Rua Garrett, homenagem falhada ao poeta que bem merecia melhor consagração, pois o povo que já a denominava de Rua do Chiado, de Chiado continuará a designar a ela e ao sítio. No entanto, «fazer o Chiado» no sentido de picadeiro, expressão criada no século passado, foi e é, essencialmente, descer ou subir a Rua Garrett com os seus complementos indispensáveis, a Rua do Carmo e a parte superior da Rua Nova do Almada.

Assim, fazer a história do Chiado é fazer a história do sítio e o sítio na Idade Média era simplesmente a Pedreira. Só mais tarde, foi também Pedreira de Santa Catarina, plataforma rochosa, que se alterna com bolsas de areias mortas, que, a poente, descia em escarpa abrupta sobre Valverde e o esteiro do Tejo, na época medieval já transformados respectiva-

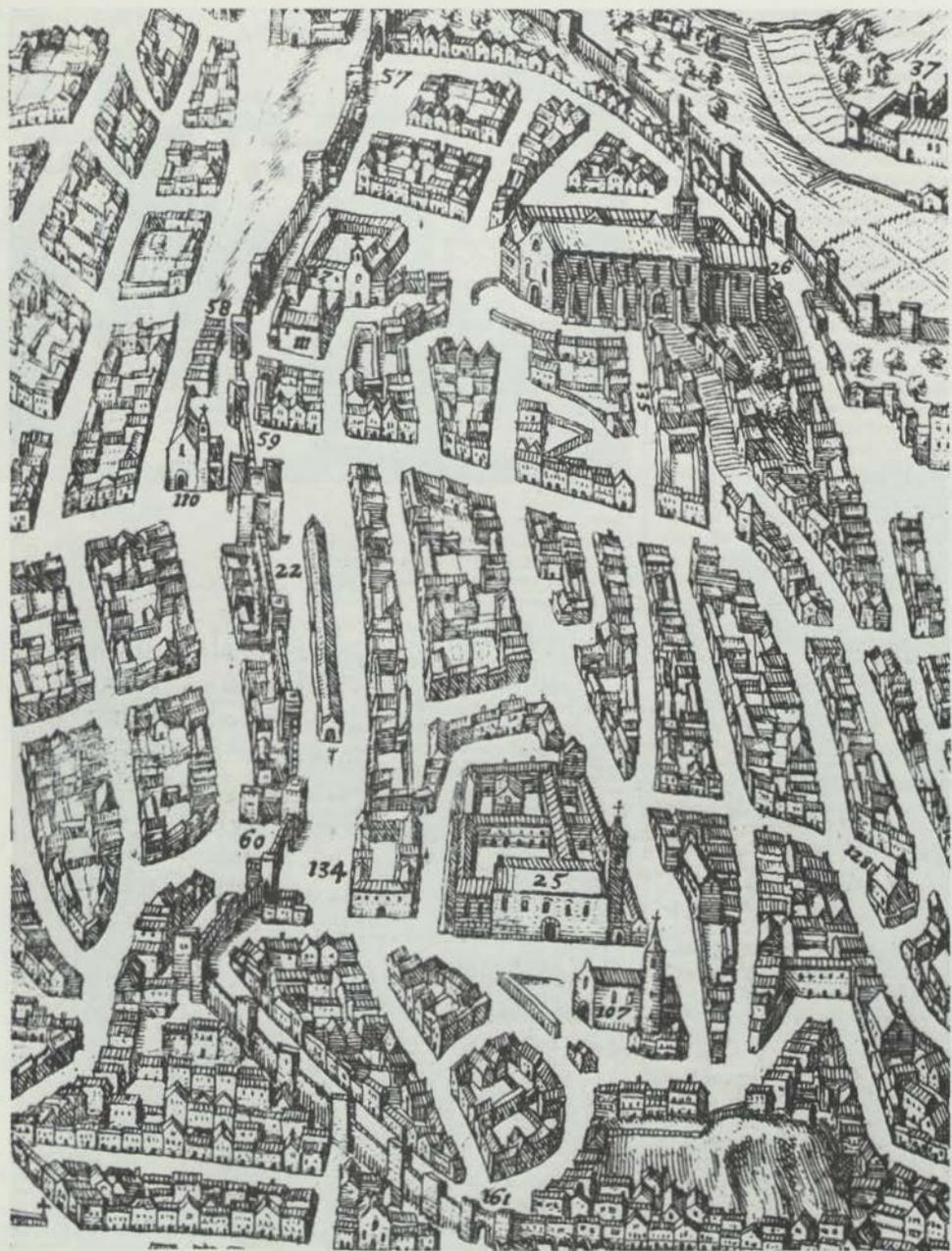


mente, no *Rego* e no *Canal da Flandres*. Quando da conquista de Lisboa aos mouros era uma zona despovoada e plantada de olival. Anteriormente a esta época apenas nos chegaram vagas notícias dum pretensioso palácio do pretor romano de Olisipo no local onde depois se vieram a levantar os Paços dos Duques de Bragança e vestígios da existência de matmoras nas proximidades das Portas de Santa Catarina. O que já existia certamente e, possivelmente remontando à época romana, era a estrada da Pedreira que, rompendo por entre o olival, ligava Olisipo aos lugares de oeste, Orta Nova, o Santuário dos Santos Mártires (Santos-o-Velho), Fonte Santa, etc, e que, no seu troço inicial, o sector depois incluído no interior da Muralha Fernandina, é a antepassada da Rua Direita de Santa Catarina, sucessivamente denominada de Rua do Chiado e Rua Garrett. Até às obras do Aterro da Boavista no século passado, que possibilitaram a construção duma segunda via para poente, o velho caminho, rasgado através da escarpa no alto da plataforma, a partir da qual o terreno descia íngreme e irregular sobre o Tejo, foi o único acesso directo entre Lisboa e os lugares de Alcântara e Belém.

A primeira notícia de edificação construída na Pedreira, remonta à Ermida de Nossa Senhora dos Mártires, no Monte Fragoso, orla sul do escarpado rochedo, sobre Cata-que-farás (actual Largo do

O Convento de São Francisco
no século XVI

Pormenor da *Panorâmica de Lisboa*
(desenho) da Biblioteca da Universidade
de Leyde



Aspecto da Pedreira/Chiado
no século XVI

Pormenor da *Perspectiva de Lisboa*
(gravura) de Jorge Braumio

Corpo Santo). Edificada em 1147, no próprio ano da reconquista, levanta-se no local onde acampou o exército dos cruzados saxónicos e onde estes enteraram os seus mortos. Nela foi colocada a imagem da Virgem que os cruzados traziam na armada e nela foi baptizado o primeiro cristão de Lisboa, conforme rezava uma inscrição insculpida na pia de pedra. Só pouco mais de meio século mais tarde, em 1217, reinando D. Afonso II, se veio a construir junto dela e a norte, tendo anexos vastos terrenos bravios, o Convento de São Francisco que durante os seus seis séculos de existência, reformado, embelezado e ampliado (obras em 1244, ampliação no reinado de D. Manuel que mandou edificar uma nova igreja voltada a nascente e que fez dele uma das mais sumptuosas casas religiosas de Lisboa, e restauro após o incêndio de 1707), tornou-se num dos mais influentes e populares conventos da capital. Da sua existência no local e grande popularidade alcançada, a escarpa sul da Pedreira passou a ser conhecida pela Barroca de São Francisco.

Do lado norte da Rua Direita ou Direita da Pedreira, apenas existia, coeva dos primeiros tempos da monarquia, uma pequena Ermida de Santa Catarina, junto do ramal que, divergindo da Rua Direita por alturas do Largo das Duas Igrejas, inflectia em direcção ao noroeste, em busca dos arrabaldes da Cotovia e de Campolide, representada, actualmente, pela Rua de São Roque ou da Misericórdia, São Pedro de Alcântara e Rua D. Pedro V. Por influência do bispo D. Soeiro Viegas, a ermudinha, com vastos terrenos à volta, foi doada, no século XIII, aos frades da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, que já se encontrava instalada em Santarém, que junto dela construíram um albergue e um hospital. Foi esta a modesta origem do enorme casarão do Convento da Trindade que, em influência sobre a população da cidade, concorria com o de São Francisco. Foi só a partir de 1294 que,

com o apoio da Rainha Santa Isabel e do seu confessor, frei Estêvão Soeiro ou frei Estêvão de Santarém, ele próprio um trinitário, os frades vão construir o seu grande convento e substituir a pequena ermida por uma igreja de três naves. Obras posteriores, feitas no reinado de D. Manuel e no século XVII, vão torná-lo num grande edifício de vários andares, ocupando uma vasta área. Muito danificado pelo Terramoto, acabou por ser arrasado depois da extinção das Ordens Religiosas em 1834, subsistindo, no entanto, no local uma rica toponímia a ele referenciada — Rua Nova da Trindade, Rua da Trindade, Travessa da Trindade e, ainda, Cervejaria Trindade, Teatro da Trindade, o famoso Salão da Trindade (desaparecido) — bem significativa do prestígio e enraizamento do velho mosteiro trino.

Entre os dois cenóbios, na orla nascente da escarpa, sobre o Rego, onde tinha início a Rua Direita da Pedreira, existia, desde data desconhecida, mas anterior a 1279, a Casa do Santo Espírito da Pedreira, cuja ermida ficava no topo sul, a caminho do Pote das Almas (Travessa de São Nicolau), onde pontificava uma Irmandade de Nobres e Mercadores e funcionava um Hospital. Doada à Congregação dos Oratorianos de São Filipe de Nery no século XVII, estes transformaram-na no Convento do Espírito Santo da Pedreira, vasta edificação que ficou a formar barreira na raiz da Rua Direita, estendendo-se ao longo das calçadas que de um e de outro lado convergiam para aquela. Tendo-se ampliado para nascente sobre o declive que o terreno aí fazia sobre a Rua do Crucifixo, ficou a constituir uma presença perturbadora a qualquer iniciativa que vise uma ligação directa entre a Baixa e o Chiado. Depois de transfigurado em Palácio Barcelinhos, após a extinção das Ordens Religiosas em 1834, foi ocupado, desde os princípios do século actual, pelos populares Armazéns do Chiado.

Com origens um pouco mais tardias, na transição dos séculos XIV para o século XV, veio juntar-se a estes importantes centros religiosos da Pedreira, dominando a cidade, a pique sobre Valverde, a espectacular fábrica gótica da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, mandada construir por D. Nuno Álvares Pereira, monumento de gratidão em memória das vitórias alcançadas contra os

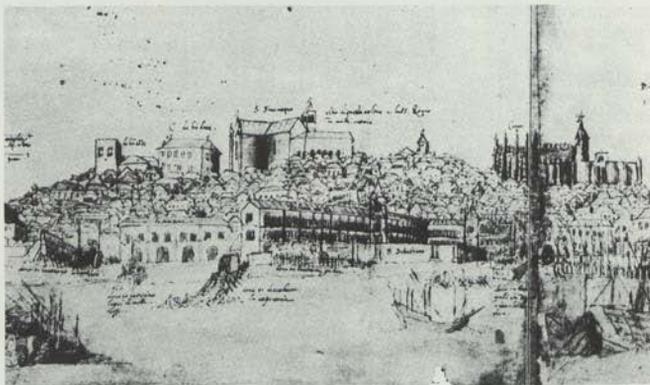


castelhanos, e para o qual o Condestável entrou como Donato.

A par destes núcleos religiosos, a única construção laica de raiz medieval que deixou registo, foram as célebres casas que D. Dinis mandou construir na Pedreira para o Estudo Geral, fundado em 1290 e instalado em 1291. Após a transferência do Estudo Geral para Coimbra, as casas vagaram, sendo sucessivamente doadas à importante família dos judeus Navarros, arrabismores do reino que nelas não permaneceram mais de quinze anos, pois, já em 1317, D. Dinis as doava, com outros privilégios e uma grande extensão de terreno anexo, ao genovês Manuel Pessanha, seu Almirante-mor, que pouco antes mandara vir da Itália.

Foi nesta casa, durante o curto período em que elas pertenceram a D. João Afonso Telo de Meneses, irmão da Rainha D. Leonor Teles, então detentor do cargo de Almirante-mor, arrancado a Lançarote Pessanha por D. Fernando, devido à posição que este tomara quando da invasão do país pelo exército e armada de Henrique de Trastâmara, que veio almoçar e repousar o Mestre de Avis, depois da morte do Andeiro, na qual também estava implicado o irmão da rainha e o chanceler-mor Álvaro Pais que os acompanhou nesta jornada e que também tinha por aqui as suas casas, porventura anexas à célebre Torre de Álvaro Pais, a mais setentrional da cerca fernandina.

Ainda durante o reinado D. João I, a casa volta à posse dos Pessanhas, na pessoa de Carlo Pessanha, de novo investido no cargo de Almirante-mor, casado com D. Joana Pereira, irmã do Condestável, facto a que não será estranha esta decisão real. Por linha colateral, a casa veio a pertencer aos Meneses, Marquês de Vila Real, e, extinta esta casa pelo seu envolvimento na conjura



Aspecto da Pedreira/Chiado no século XVI

Pormento da *Vista de Lisboa ULLISIPONAE PARS* (desenho aguarelado) de Simão de Miranda, 1575, do Arquivo do Estado de Turim

Marquês de Valadares, depois também Conde de Vagos, a cujos descendentes o Estado veio a comprá-la já em finais do século XIX. Nela estiveram instalados, sucessivamente, a Administração dos Caminhos de Ferro, o Liceu Nacional, o Liceu Feminino Dona Maria Amália Vaz de Carvalho, uma secção do Liceu Passos Manuel e, actualmente, a Escola Secundária Veiga Beirão. É evidente que o casarão apalaçado onde hoje funciona esta Escola não conserva quaisquer vestígios do primitivo núcleo medieval. A ele apenas se sobrepõe e a ele está ligado por uma história comum nunca interrompida.

Já nos inícios do século XV outra casa senhorial vai lançar os seus fundamentos na Pedreira, no bairro de São Francisco, o palácio dos Duques de Bragança. Situado a poente do Convento de São Francisco, era dele separado por um arroio que na altura já estaria seco, ao

qual se sobrepõe actualmente a Rua Serpa Pinto. Construído em terrenos que pertenciam a D. Nuno Álvares, origem desta poderosa casa pelo casamento da sua única filha, D. Brites, com o bastardo de D. João I, o Duque D. Afonso, vai ser muito engrandecido com obras feitas no tempo do Duque D. Jaime, iniciadas nos finais do século XV. Foi nesta altura que aumentou muito a extensão da sua «Horta» à custa de cedência de terrenos por parte do convento vizinho. Toma então o aspecto do palácio manuelino que apresenta na *Panorâmica de Lisboa da Biblioteca de Leyde (séc. XVI)*. Obras posteriores e, principalmente, as mandadas fazer por D. João V, quando já era apenas o Tesouro-Velho (Arquivo e Guarda-Jóias da Casa Real) dão-lhe o aspecto que apresenta na *Panorâmica de Lisboa da Partida de São Francisco Xavier* (óleo do Museu Nacional de Arte Antiga, século XVIII). Tendo ruído com o

Terramoto de 1755, não foi reconstruído. Situava-se nos confins sudoeste da Pedreira, junto do ângulo onde a Muralha Fernandina infectia para sudeste, no local onde actualmente existe o grande imóvel, da Rua Vitor Cordon, que esquina para a Rua António Maria Cardoso, em frente ao antigo Hotel Bragança, este também edificado em terrenos que lhe pertenciam (actualmente Serviços Administrativos da Companhia de Gás e Electricidade).

Foram estes importantes núcleos aglutinadores de devotos e centralizadores de populações que, em conexão com a pré-existente Rua Direita, eixo accionador de todo o urbanismo local, vão condicionar o espectro viário e habitacional do bairro da Pedreira, venerável antepassado do Chiado.

Na realidade, toda a rede viária local vai desenhar-se imposta, por um lado, pela necessidade de conquistar acessos cada vez mais fáceis entre a parte baixa da cidade e a Rua Direita, entre esta e os

importantes conventos e casas nobres situadas a norte e a sul deste eixo fundamental, ou directamente da zona baixa para os referidos conventos. Assim, com o tempo vieram a formar-se quatro vias principais de acesso à Pedreira: pelo norte, a Calçada de Paio de Navais ou Novais, arruamento que só na sua parte final coincide com a actual Rua do Carmo, que também foi Rua Nova do Carmo, que partindo do Poço do Chão (Nossa Senhora da Vitória), cindia-se em dois braços, dirigindo-se um para a esquerda, a estabelecer ligação com o Caracol do Carmo, e o outro, divergindo para a direita, ia desembocar na Rua Direita da Pedreira; e o Caracol do Carmo que, trepando a pique sobre Valverde, alternava secções de calçada com sectores escadados, constituía o caminho mais curto, entre o vale e o Convento do Carmo. Pelo sul, o acesso fazia-se, desde a Calcetaria (antigo Canal de Flandres), pelo Morrás e Fangas da Farinha (onde no século XVII se construiu o Convento de

Aspecto da Pedreira/Chiado nos princípios do século XVII

Pormenor da *Panorâmica de Lisboa* (óleo) atribuído a Amaro do Vale. Pertence à Igreja de São Luís dos Franceses



Nossa Senhora da Boa-Hora), e, depois de razar a Ermida e Casas do Santo Espírito, entrava na Rua Direita um pouco abaixo da Rua Nova do Almada, artéria mandada construir no século XVII pelo presidente do Senado, Rui Fernandes de Almada que lhe deu o nome. Os que demandavam directamente a Barroca de São Francisco, trepavam pela ingreme calçada a que corresponde a actual Calçada de São Francisco.

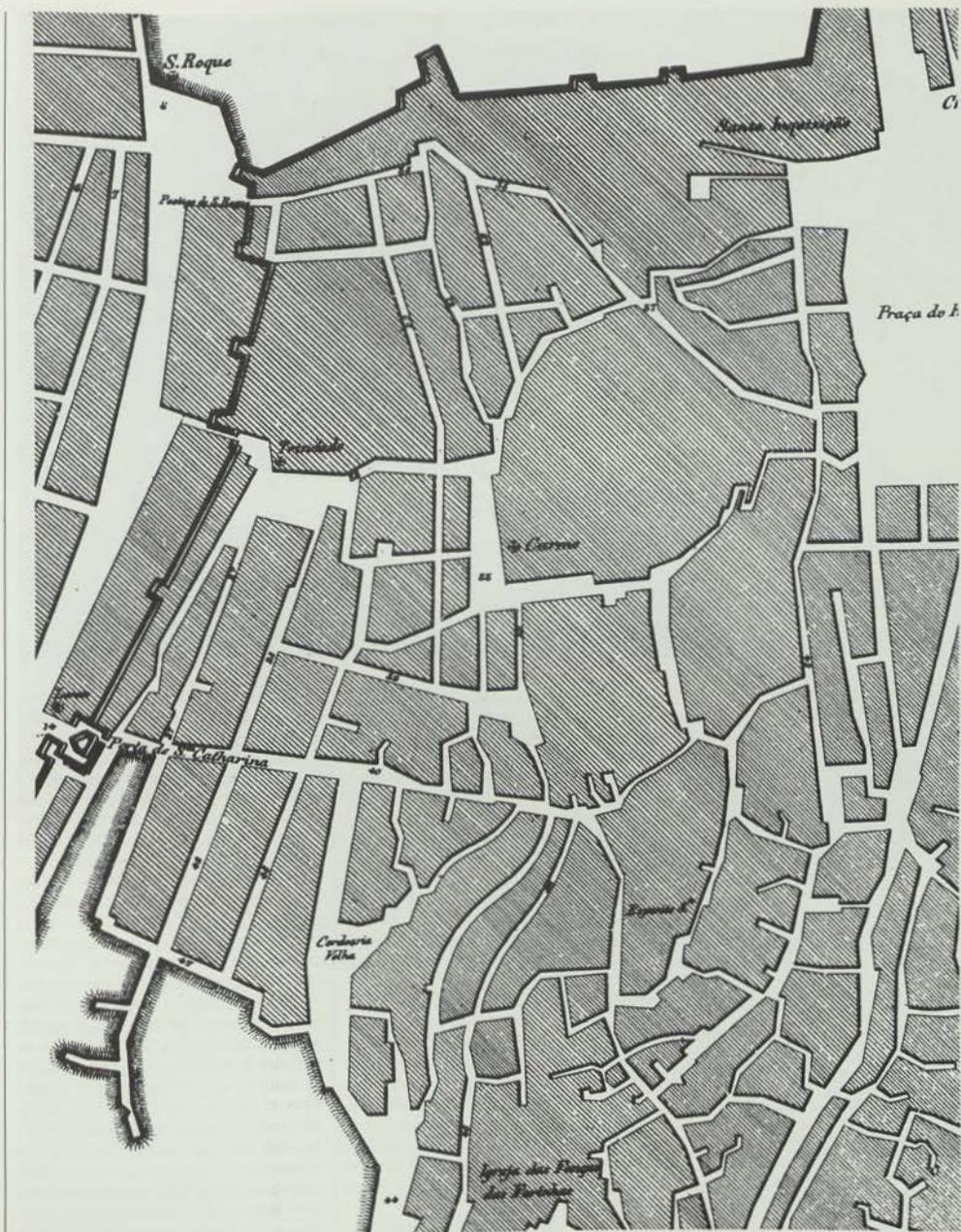
Por sua vez, a partir da Rua Direita, divergiam várias transversais, em sequência toscamente paralela, em busca, as que se dirigiam para o norte, dos Conventos da Trindade e Carmo, e as que se dirigiam para o sul, os Conventos de São Francisco, a igreja de Nossa Senhora dos Mártires e, mais para poente, o Palácio dos Duques de Bragança e suas dependências. Com o tempo, e à medida que os espaços intermédios foram sendo ocupados por novos moradores, estas transversais foram-se complicando, cortadas por travessas ou alternando-se com becos, ficando muitas delas baptizadas do nome de um ou outro morador que conseguiu granjear maior popularidade. No fundamental, porém, o espectro viário pouco se modificou a partir do século XVI. Quando do Terramoto de 1755 os acessos que convergiam para a Rua Direita tinham, segundo o *Tombo de 1755*, as seguintes denominações: da parte norte, e a partir do Convento do Espírito Santo, Travessa do Sacramento, Beco da Botica d'El-Rei, Beco do Pasteleiro, Beco da Cruz, Travessa do Arcebispo, Travessa de Estêvão Galhardo, Travessa do Salema e Travessa do Secretário da Guerra; da parte sul, e a partir do mesmo Convento do Espírito Santo, Rua dos Gabides, Arco de D. Francisco, Rua da Boa Viagem, Beco da Amendoeira, Rua da Cordoaria Velha, Rua da Figueira, Rua da Ametada, Rua do Outeiro, Rua do Picadeiro ou do Tesouro Velho e Rua da Cordoaria Nova, esta já fora do recinto amurhado.

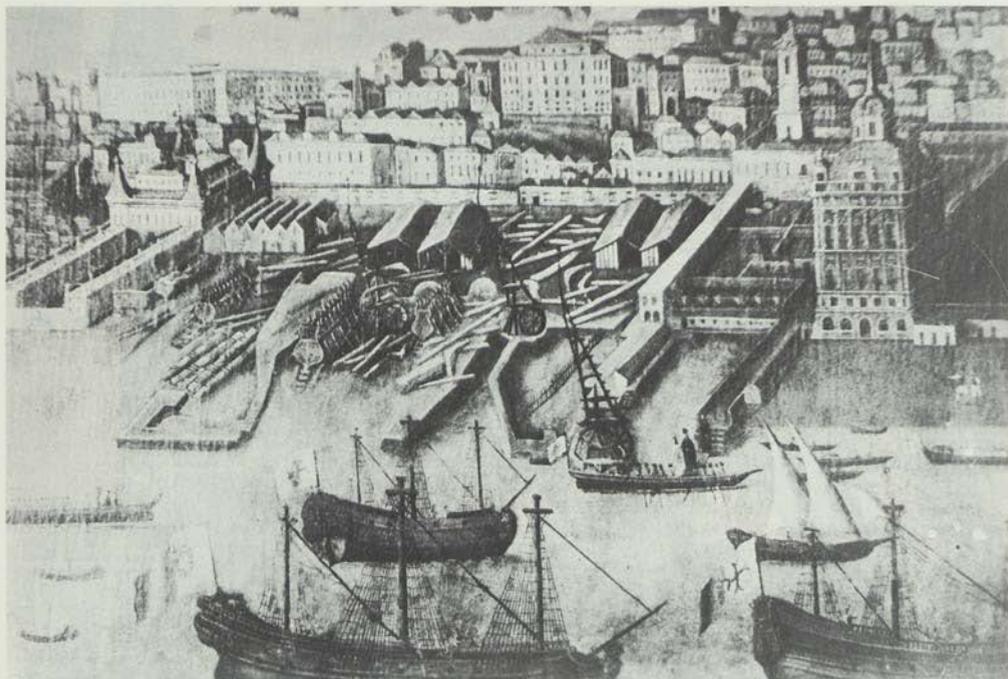
Os arquitectos pombalinos, ao recriarem o bairro, devido aos fortes condicionamentos urbanísticos, como a pré-existente Rua do Chiado, a imposição da reconstrução dos principais centros aglutinadores — São Francisco, Trindade e Carmo — e a existência do Convento do Espírito Santo, verdadeiro tampão entre o Chiado e a Baixa que o urbanismo revolucionário de Pombal incompreensivelmente respeitou, mais não fizeram do

Pormenor da *Planta de João Nunes Tinoco de 1650* (gravura), focando o sítio da Pedreira/Chiado

que regularizar e racionalizar o espectro anterior. Muitas das ruas actuais coincidem com arruamentos anteriores ou, pelo menos, tiveram em consideração a sua existência.

As populações que até à construção da cerca fernandina que encerrou o bairro, protegendo-o das investidas dos inimigos, só por ali sobreviviam à sombra das casas conventuais, na altura verdadeiros baluartes de defesa, após a construção daquela muralha entre 1373 e 1375, começaram a afluir em massa ao local, atraídas, cada vez mais, pelas terras altas da Pedreira, onde se foram fixando por todo o final do século XIV e século XV, beneficiando de aforamentos ou emprazamentos de terrenos feitos pelos Conventos da Trindade e São Francisco, senhores da maior parte das terras e olival, pela poderosa casa dos Pessanhas, proprietários da faixa que marginalizava, pelo norte, a Rua Direita, pelas Comendadeiras de Santos que também eram proprietárias de terrenos situados a norte e a sul daquela artéria e pelo próprio Senado que chamou a si parte dos terrenos junto das Portas de Santa Catarina, os quais mandou empacelar e onde mandou construir. Nasceram assim, rapidamente, três importantes focos de povoamento na zona norte, o bairro do Almirante em terrenos dos Pessanhas (mais tarde denominado Bairro do Marquês quando os Marqueses de Vila Real substituíram aqueles na posse da Casa), o Bairro do Olival, por aforamentos feitos em terrenos do Convento da Trindade, e o Bairro de Vila Nova que D. João I mandou «casear» nos primeiros anos do século XV, ao longo da margem norte da Rua da Pedreira, também chamado Vila Nova de Santa Catarina, por se situar nas proximidades da Porta de Santa Catarina. Esta, aberta na muralha fernandina, constituía o principal acesso da cidade pelo poente. Era flanqueada por duas torres e reforçada ainda por uma terceira, segundo a planta de João Nunes Tinoco de 1650. Foi junto destas portas que se deram os mais san-





O Chiado visto do Tejo, antes do Terramoto de 1755.

Pormenor da *Panorâmica de Lisboa da Partida de São Francisco Xavier* (óleo), século xvii.

Pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga

Pormenor da planta da Pedreira/Chiado antes do Terramoto de 1755, segundo a *Planta das Fortificações de Lisboa* de M. Guilherme, Joaquim Paes de Meneses e Elias Sebastião Poppe, levantada em 1761

grentos combates entre tropas castelhanas e os defensores da cidade durante o assédio de 1384 e foi aqui que o Mestre de Avis, então apenas Defensor e Regedor do Reino, parou, sem qualquer resultado, com os emissários do rei de Castela.

Com as medidas tomadas por D. Manuel que mandou arrancar as bolsas de olival ainda existentes intramuros, para incentivar o povoamento das zonas que continuavam ruralizadas, completa-se a urbanização do bairro, numa altura em que, fora das muralhas, Vila Nova de Andrade, o actual Bairro Alto, começava a povoar-se.

Já então a Pedreira começava a ser apetecida pela melhor nobreza do reino, pela sua boa localização, ares saudios e proximidade dos importantes conventos onde tinham capelas privativas, suas sepulturas e irmandades que protegiam, especialmente a poderosa Irmandade de Santo António dos Nobres (São Francisco) e a Irmandade dos Clérigos Ricos (Trindade).

Assim, vários palácios foram sendo

construídos na Pedreira no decurso dos séculos XVI e XVII, a maior parte dos quais ruíram com o terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu, acabando por serem arrasados para darem lugar à reconstrução pombalina que apenas salvaguardou a reconstrução dos conventos, das igrejas — com excepção da igreja dos Mártires que foi transferida — e do Palácio dos Marqueses de Valadares, o único reconstruído sobre o edifício anterior. Seguindo o *Tombo de 1553*, o *Tombo de 1755* e as *Memórias Paroquiais de 1758*, vamos tentar localizá-los, nomeando-os em sequência, a partir da Porta de Santa Catarina para nascente. Do lado norte da Rua da Pedreira, na zona de influência dos Conventos da Trindade e do Carmo, existiram o palácio de João Pereira da Cunha Ferraz, Secretário da Guerra, que deu o nome à Travessa do Secretário da Guerra (parte final da actual Rua Nova da Trindade), que ficava anexo à Igreja do Loreto e, à data do cataclismo, já tinha sido adquirido por esta. Este palácio, no século XVI, pertenceu à rica família italiana dos Giraldes,

padroeiros da capela-mor da Igreja do Loreto e grandes financiadores da construção deste templo. No século XVII, passou, por casamento, a Sebastião de Sá e Meneses a cujos descendentes o comprou o Secretário da Guerra acima citado. A norte deste palácio, mais ou menos no mesmo enfiamento, com frente para a fachada da igreja do Convento da Trindade, ficava o Palácio dos Condes de Alva, herdeiros do palácio que pertencera, no século XVII, a Roque Monteiro Paim, padroeiro da capela-mor da igreja daquele convento. Seguiu-se o palácio que foi, no século XVI, de Pedro de Alcáçova Carneiro, feito Conde da Idanha, situado entre a Travessa do Salema (sem representação actual), a Travessa do Galhardo, que tomou o nome dum ferrador que ali teve oficina, e que, no século XVI, se denominou Travessa ou Rua do Secretário, topónimo derivado do cargo daquele importante morador (actualmente representada pela secção norte da Rua Serpa Pinto). Um dos lados deste palácio confinava com o Largo da Trindade, a sul da igreja, actualmente integrado no Largo Rafael Bordalo Pinheiro. O palácio que em 1755 era de António Soares de Noronha e que pertenceu, no século XVI, a André Soares, residente que deu o nome a uma das transversais, citada por Cristóvão Rodrigues de Oliveira que, na altura, ligavam a Rua Direita ao Convento da Trindade. O palácio dos Duques de Lafões que foi dos Mascarenhas, dos Sosas de Arronches e que os primeiros herdaram pelo casamento de Dona Luísa Casimira de Nassau Sousa e Ligne com o infante D. Miguel, filho bastardo de D. Pedro II. Nele nasceram o primeiro e segundo duques de Lafões, D. Pedro e D. João e suas irmãs, a alguns dos baptizados dos quais honrou, com a sua presença, D. João V. Ficava situado entre a Travessa do Arcebispo (sem representação actual), Rua da Oliveira (no sector hoje designado por Travessa do Sacramento), Beco da Cruz e Travessa da Marquesinha (ambos desaparecidos sob as construções de após o Terramoto). Ocupava todo o sector trapezoidal, situado a noroeste da cabeceira da Igreja do Sacramento. O palácio dos Albuquerque Mexias, com fachadas para o Terreiro do Carmo e para a Calçada do Sacramento e, por último, o Palácio Valadares, o mais antigo do local, sucedâneo do palácio dos Marqueses de Vila Real, dos Pessanhas e das casas

mandadas construir por D. Dinis para o Estudo Geral, nos finais do século XIII.

De outras casas nobres, situadas a norte da Rua Direita, dá-nos ainda notícia o *Tombo de 1755*, como as dos Silveiras de Sarzedas (na Rua da Oliveira) e que depois foi dos Condes de Coculim, a dos Melos, Marqueses de Montalvão, depois do Conde de Oeiras, o palácio Elvas (no local onde se levanta o edifício da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo), o Palácio Nisa que foi dos Vidiueiras, o palácio dos Condes da Lousã, com fachada para o Largo de São Roque, etc. todos, porém, situados já na periferia da zona que interessa a este trabalho.

Com estes palácios, alternavam casas de ricos mercadores ou altos funcionários da Coroa, como o abastado Feliciano Velho de Oldenberg, o desembargador José Carlos Cardoso Castelo, Chanceler-mor, o académico Inácio de Carvalho, António Ferreira de Andrade Ensarrabodes, enviado de D. João V às cortes de Inglaterra, Roma e Haia, o brigadeiro Manuel da Maia, o célebre engenheiro-arquitecto que foi Guarda-mor da Torre do Tombo, etc.

Do lado sul da estrada da Pedreira, na antiga Barroca de São Francisco, existiam, à data do Terramoto, os seguintes palácios, referenciados no *Tombo de 1755*: o já citado palácio dos Duques de Bragança (na altura já Arquivo da Casa Real) com as suas vastas dependências, entre as quais as célebres cavalariças, e a sua imensa «Horta» que também foi sendo emparcelada e aforada. O palácio do Marquês de Valença, ramo da Casa dos Duques de Bragança, entre a Rua do Picadeiro ou do Tesouro Velho (actual António Maria Cardoso) e a Rua da Cordoaria Nova (desaparecida). O palácio de D. José da Silva Pessanha, na esquina da Rua Direita das Portas de Santa Catarina e Rua do Outeiro (actual Rua Paiva de Andrade). O Palácio de Pedro Álvares Cabral de Lacerda, confrontando com a Rua do Saco, (integrada na actual Rua Serpa Pinto), Rua da Oliveira e Rua do Outeiro. O palácio do Conde de São Miguel, situado na Rua da Cordoaria Velha (actual Rua Ivens). O palácio dos Marqueses de Távora, com serventia para a Rua da Boa Viagem (sem representação actual), confrontando com o anterior e com o palácio dos Condes de Atougua, este um dos mais importantes do sítio, com entrada pela Rua dos Cabides (sem representação actual), ficava situado

muito próximo e em frente do Convento do Espírito Santo. O palácio dos Viscondes de Barbacena, junto do Convento da Boa-Hora dos Agostinhos Descalços, construído no século XVII em terrenos cedidos por aquela casa nobre e onde sediaram os Dominicanos Irlandeses e os Oratorianos do Espírito Santo, antes de ocuparem as suas respectivas casas. O palácio dos Condes de Vimieiro, que foi no século XVI de Martim Afonso de Sousa, governador da Índia, que o mandou construir em frente ao Convento de São Francisco, no local onde, no século passado, se levantou o palacete dos Viscondes de Coruche.

Fora da muralha, para ocidente, há ainda a citar os palácios de D. António da Silveira, em cujas terras se levantou, em finais do século XVII, a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, e o palácio dos Condes de Cantanhede e Marqueses de Marialva, em frente e junto das Portas de Santa Catarina que ocupava a área actualmente ocupada pelo Largo de Camões. Arruinado pelo Terramoto de 1755, e abandonado pelos seus proprietários que passaram a residir no palácio da Praia, ao Restelo, não chegou a ser reconstruído, permanecendo, durante mais de um século, como uma ruína incómoda, conhecida por «Casebres do Loreto», que ficou ensombrando a entrada do elegante Chiado até, finalmente, ser arrasado na segunda metade de oitocentos, quando o local foi urbanizado para se construir a estátua do Épico. Alternando com os palácios, o bairro contava ainda com os importantes centros artesanais da Cordoaria Velha, Cordoaria Nova, as já citadas Cavalariças Reais, o Hospital de Terceiros de São Francisco, fundado em 1672, na Rua do Saco (integrada na actual Rua Serpa Pinto), e o Hospício dos Religiosos de Varatojo. Profundamente atingida pelo Terramoto de 1755, toda a zona, com excepção do Convento de São Francisco e algumas das suas dependências, como o Hospital da Ordem Terceira que foi reconstruído no mesmo local, foram arrasados para dar lugar ao novo bairro que ali se construiu após o sismo.

Com o afluxo populacional que já transbordava para fora das muralhas em inícios do século XVI, a velha paróquia de Nossa Senhora dos Mártires tornou-se insuficiente para atender as necessidades dos fiéis, impondo-se a fundação de novas paróquias que deram origem

Aspecto do Chiado após o Terramoto de 1755

Portmensor de um desenho aguarelado de Herman Schütte sobre desenho de Bernard de Caula de 1763. Pertencente ao Museu da Cidade.

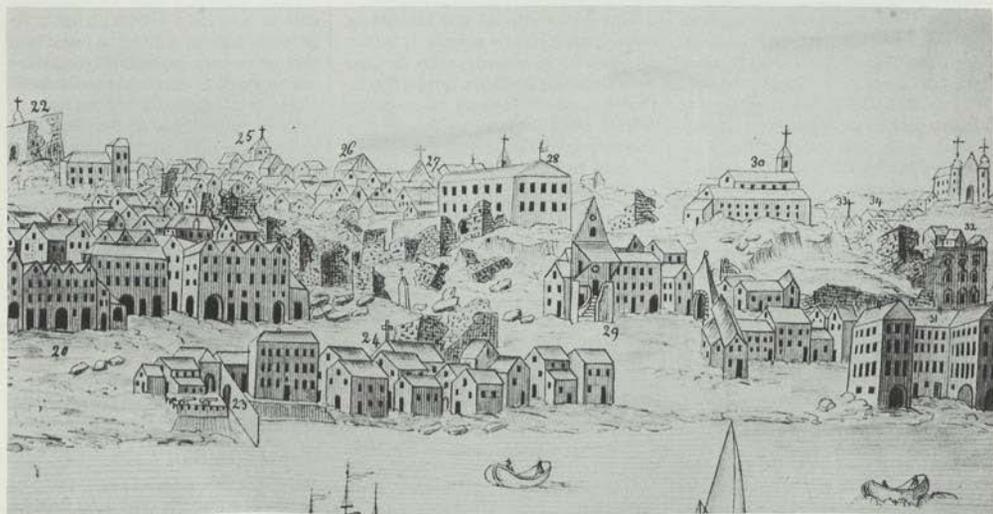
às igrejas de Nossa Senhora do Loreto, Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Encarnação que, reconstruídas depois do Terramoto de 1755, vão tornar-se, elas também, importantes centros animadores do quotidiano religioso e social do Chiado.

A igreja de Nossa Senhora do Loreto foi fundada nos últimos anos do reinado de D. Manuel, a pedido dos mercadores italianos radicados em Lisboa, extramuros, mas junto das Portas de Santa Catarina, no local onde existira uma pequena ermida ou simples oratório dedicado a Santo António. D. João III cedeu-lhes a torre norte das Portas que foi então arrasada para ampliação da igreja na qual foi fundada a paróquia em 1551. Após o incêndio de 1651 que destruiu o templo, a paróquia foi transferida, depois de ter passado por outros locais, para a ermida de Nossa Senhora do Alecrim, no início da Rua do mesmo nome (na altura denominada Rua do Conde), donde transitou para sede definitiva na igreja de Nossa Senhora da Encarnação, erguida também extramuros, frente à igreja do Loreto, em terrenos e a expensas da Condessa de Pontével, Dona Elvira de Vilhena, que os herdou de D. António da Silveira. Entretanto, já a igreja de Nossa Senhora do Loreto se encontrava reconstruída desde 1676, de novo a expensas da rica colónia italiana.

A paróquia do Santíssimo Sacramento

que se formou com territórios conquistados às freguesias dos Mártires e de São Nicolau, foi fundada em 1584 na Capela de Nossa Senhora da Assunção do Convento da Trindade, onde permaneceu até 1761, quando foi transferida para sede própria, edificada em terrenos cedidos pelo Conde de Valadares e em frente a este palácio, na actual Calçada do Sacramento.

Pretendemos dar uma visão rápida e global do que foi a herança transmitida pela Pedreira de Santa Catarina de antes do Terramoto, ao Chiado de após o Terramoto, em termos urbanísticos e na sua composição habitacional. Já então haviam desaparecido as Portas de Santa Catarina, demolidas em 1702, substituindo-se-lhes, no terreno, o Largo das Duas Igrejas (actual Largo do Chiado), e já desaparecera também toda a Muralha Fernandina demolida ou embebida, no sector a norte das Portas de Santa Catarina, pelas edificações que foram sendo construídas ao longo da Rua Nova da Trindade e Rua de São Roque ou da Misericórdia, e, no sector sul, pelas edificações situadas na antiga Rua do Pica-deiro (António Maria Cardoso) e Rua da Cordoaria Nova (desaparecida após o Terramoto). O Chiado tinha, assim, agora, a tendência para ligar-se cada vez mais aos bairros ocidentais a que dava acesso, especialmente do Bairro Alto com o qual vizinhava.



O bairro da Pedreira/Chiado era, pois, já antes do Terramoto de 1755, portador de potencialidades que, mercê de várias circunstâncias, irão desenvolver-se a partir dos finais do século XVIII, explorando no século XIX no mítico Chiado oitocentista, centro de janotas e de boémia intelectual, de lazer e de requinte, onde ia toda a Lisboa quando pretendia adquirir o melhor e o mais raro.

Tudo concorria já, com efeito, para tornar o sítio um bairro privilegiado. O mundanismo das suas igrejas, as Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo que congregavam a melhor nobreza do Reino, as poderosas Irmandades instaladas nos seus Conventos, os mais procurados da cidade, tanto por ricos que eram os seus protectores, como por pobres que ali iam pela sopa que os frades distribuía em dias e horas certas, davam-lhe o enquadramento religioso imprescindível na época. Por outro lado, era uma zona de residências aristocráticas, onde tinham os seus palácios muitas famílias da nobreza e da alta burguesia. Devido à sua situação bem colocada em relação ao centro económico da cidade, cortado por uma estrada de grande passagem que, no século XVIII, era já considerada a «de maior concurso desta corte», beneficiava de um comércio fixo e ambulante florescente, sediado principalmente ao longo da Rua Nova de Santa Catarina, onde, junto da igreja do Loreto, existia uma espécie de praça de comestíveis e flores que aí irá permanecer ainda por muitos anos após o Terramoto. Possuía importantes centros artesanais, como a Cordoaria Velha e a Cordoaria Nova que deixaram vestígios na toponímia, e numerosas oficinas de ferrador, latoeiro, marceneiros, barbeiros, dentistas, sangradores, carvoeiros, etc, nomeadas nos «Róis dos Confessados» e «Registos Paroquiais», largamente citados por Matos Sequeira, e bem servido de boticas, leitarias, confeitarias, tabernas e até uma casa de venda de neve que remontava ao século XVII, reclamadas nas Gazetas, que abasteciam os moradores locais e animavam o comércio.

Também a sua vertente cultural já se anunciava com a existência, que se estendia ao vizinho Bairro Alto, de numerosas tipografias e livrarias que ali se foram acolher à sombra da sua padroeira, Santa Catarina, com culto fora e dentro das muralhas e de que a Livraria Bertrand, fundada em 1747, é uma rara sobrevi-

vência. Além das importantes livrarias privativas dos Conventos da Trindade e de São Francisco, verdadeiras bibliotecas-arquivos de consulta de frades e outros interessados, foi notável a acção pedagógica desenvolvida pelos Oratorianos do Espírito Santo, rivais dos Jesuítas no campo do ensino, que sustentavam uma escola secundária, equipada com uma rica biblioteca e gabinete de Ciências Naturais, e onde pontificaram homens da craveira intelectual de Bartolomeu de Quental, Manuel Bernardes, J. Baptista de Castro, António Pereira de Figueiredo, Teodoro de Almeida, alguns dos quais concorreram para a introdução do ensino das ciências experimentais e da filosofia moderna em Portugal. Foi também no Chiado ou nas suas vizinhanças que se fundaram a maior parte das Academias que proliferaram nos finais do século XVII e século XVIII e que não passavam a final de pequenos cenáculos que, na maior parte dos casos, reuniam em salões dos palácios pertencentes a alguns dos seus membros, e, ao Chiado, veio acolher-se a prestigiada Academia de História, fundada por D. João V em 1820, instalando-se no palácio do Tesouro Velho.

A vida artística pública também começava a despontar e a mostrar a sua preferência pelo bairro. Além do setecentista Teatro da Ópera do Bairro Alto, existira já, no século XVII, um Pátio de Comédias, às Fangas da Farinha, no pátio do palácio dos Viscondes de Barbacena, e uma casa da Ópera — a Academia da Trindade — em dependências que pertenciam ao palácio dos Condes de Alva, nas vizinhanças do qual, no século XIX, se veio a construir o Teatro da Trindade. Não faltariam também, por ali, no interior dos palácios, Salões onde se fazia música e aconteciam representações teatrais, mas de carácter privado.

Desde o século XVI concorriam também para aumentar a importância e prestígio da Rua das Portas de Santa Catarina/Chiado, ter-se tornando esta passagem obrigatória dos cortejos que, vindos das bandas de Alcântara e Belém onde se situavam dois palácios reais suburbanos, demandavam o centro da cidade. Era, geralmente, junto das Portas de Santa Catarina, devidamente engalanadas para essas cerimónias, que o Senado se deslocava a receber os visitantes ilustres que por elas entravam, dava-lhes as boas-vindas e entregava as chaves da

O Convento do Carmo
no século XVI

Pormenor da *Panorâmica
de Lisboa* (desenho) da
Biblioteca da Universidade de
Leyde.

cidade. Foi por ela, e através da Rua do Chiado, que entraram os pomposos cortejos nupciais que acompanharam Afonso VI e Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia em 1666, e D. José e a princesa borbônica Dona Maria Vitória em 1729, quando, depois do desembarque das princesas, os régios consortes se dirigiram à Sé. Também pelo Chiado passaram importantes cortejos religiosos como o que acompanhou em 1588 as reliquias que o Duque de Gândia ofereceu à igreja de São Roque e era este também, desde o século XVI, palco de passagem obrigatória de importantes procissões que se transformavam em pomposas manifestações mundanas, em que se integravam membros da família real, da alta hierarquia eclesiástica e membros da nobreza, como a Procissão do Senhor dos Passos, no seu regresso da igreja de São Roque para a igreja da Graça, a Procissão do Triunfo que se fazia na Semana Santa, saindo do Convento do Carmo, e a Procissão comemo-

rativa da aclamação de D. João IV que subia a Rua Nova do Almada em direcção à igreja do Carmo onde terminava, num preito de homenagem ao antepassado ilustre da Casa de Bragança.

Apesar desta vivência aristocratizante do bairro, este apresentava um quotidiano com graves carências no que respeita a equipamento e higiene. Como os restantes bairros da cidade, era mal iluminado, quebrando a escuridão apenas um ou outro lampião que alumiaava os oratórios colocados no exterior, o que aconteceria certamente com os nichos abertos nas Portas de Santa Catarina, um situado do lado interior, com a imagem de Santa Catarina, e outro situado, do lado exterior, com a imagem de Nossa Senhora do Loreto. Depois de demolidas as Portas, as imagens foram colocadas na frontaria da igreja de Nossa Senhora da Encarnação onde ainda se encontram.

As ruas do bairro não eram calçadas, ou excepcionalmente eram calçadas com tijoleira, como a Rua Direita das Por-



tas de Santa Catarina, material que se gastava facilmente com o atrito provocado pelo rolar das viaturas, formando-se, no inverno, verdadeiros lodaçais que, no Verão, davam lugar a desagradáveis focos de poeira, situação que se vai manter adiantado o século XIX e que levará Ramalho a ironizar classificando-a de «poeira de bom tom». Nas vésperas das procissões e dos cortejos, disfarçava-se esta má imagem, revestindo as ruas de flores e ramalhetes.

Tendo o Senado procedido a obras recentes nas ruas Nova do Almada e na do Chiado, tentou evitar a sua rápida deterioração pela postura de 26 de Maio de 1704 que proibiu a passagem de carros pesados por aquelas duas artérias que ficavam livres para a circulação das carruagens (*Elementos*, XIII, 2.ª ed., pp. 162, 163 e 168 nota). Data de então a colocação de grades no princípio da Rua Nova do Almada e no fim da Calçada do Chiado. Como a postura fosse desrespeitada pelos poderosos (Rei, Patriarca e Duque), não conseguiu impor-se, pelo que, já em carta datada de 4 de Fevereiro de 1738, o Senado queixava-se que «o Chiado se acha incapaz de passarem por ele carruagens».

Com a multiplicação das carruagens que passou a ser o meio de transporte preferido por toda a nobreza, outras dificuldades surgiram, especialmente ligadas à estreiteza dos acessos à Rua Direita. Assim, foi para facilitar a passagem dos coches de luxo pelas Portas de Santa Catarina que um presidente do Senado, João da Silva Tello e Meneses, que hoje só é lembrado por esse acto de vandalismo, fez demolir as Portas de Santa Catarina em 1702, enviando depois as colunas desmontadas para embelezarem o Açougue do Terreiro do Paço.

Nas vésperas do Terramoto também o Rei e o Senado andavam ocupados com o problema do alargamento da Rua Nova do Almada, no seu troço final, «por ser hoje a maior passagem de corte para aquele sítio», isto é, para o Chiado, pelo que chegaram a ser compradas e demolidas várias casas situadas em frente do Convento do Espírito Santo (*Elementos*, XVI, 2.ª ed., pp. 130 e 131). Na mesma altura tratou-se da reconstrução do Convento que se encontrava em grande degradação e cuja fachada devia ser regularizada para permitir o alargamento da via adjacente (*Elementos*, XV, 2.ª ed., pp.

456 e 476 e vol. XVI, pp. 456, 457, 490 e 491), tendo sido a planta do novo projecto entregue ao arquitecto Eugénio dos Santos. Apesar de aprovada (*Elementos*, XVI, p. 58), não chegou a ser realizada por, entretanto, ter sobrevivido o Terramoto que veio suspender o diferendo que então opunha o Rei e os «padres Quentães», — como eram conhecidos popularmente os Oratorianos por a congregação ter sido introduzida em Portugal pelo P.º Bartolomeu de Quental —, ao Senado e aos proprietários dos prédios atingidos pela regularização do arreamento.

Uma das carências mais graves com que se defrontava o bairro era, porém, a escassez de água de nascente. O povo para se abastecer tinha de se deslocar ao Paço do Chão, nas proximidades da actual igreja de N.ª Sr.ª da Vitória, já que o Poço do Chapuz, junto das Portas de Santa Catarina, era insuficiente. Valia-lhe também, na época de maior estiagem, as grandes cisternas dos Conventos da Trindade e de São Francisco, das mais vastas e importantes da cidade.

Foi principalmente para resolver o problema da falta de água no Bairro Alto e Chiado que se impôs a necessidade da construção do Aqueduto das Águas Livres, obra que, projectada desde o século XVI, só veio a ser concretizada pelo Magnânimo, sendo a água distribuída pelo bairro através de dois elegantes chafarizes, o Chafariz do Loreto (há muito desaparecido) e o Chafariz do Carmo, construídos ambos já na segunda metade do século.

(*Continua*)

O PORTAL DA SALA DO «CAPÍTULO NOVO» DO CONVENTO DO CARMO

1 — Do Convento do Carmo a cidade de Lisboa guarda sobretudo a imagem de uma ruína. Ruína gótica, organismo

morto, esqueleto, tutelando o Rossio, memória presente de um terramoto fatídico. As «ruínas do Carmo», porém, têm



sido entendidas apenas como vestígio de uma Igreja que teimou em não desaparecer.

O esquecimento apoderou-se, no entanto, do Convento. Não só porque, apesar de possuir grandes dimensões, o seu perfil monumental era menor do que o da Igreja, mas também porque o destino quis que não se tornasse ruína. Apesar de afectado pelo cataclismo de 1755, a sua estrutura, menos tensa e complexa do que a do templo construído a cavaleiro sobre um morro, resistiu melhor à severidade da Natureza. Porque albergava homens em regime de permanência, cedo se reconstituiu, sendo devolvido à função utilitária a que estava votado. E, paradoxalmente, como não ficou em ruínas, não ganhou, por sua vez, a imagem romântica de um mítico passado, perdendo a sua aura como «memória» da Lisboa antiga. Tanto mais quanto é certo que as próprias funções a que se destinou o levou a uma quase ocultação: primeiro, como Convento, espaço de clausura, reservava-se aos olhares de todos; depois, porque com a clausura monástica partilhou uma outra: a das instituições militares e para-militares que ali se instalaram, ocupando os espaços que para a Ordem Carmelita tinham sido construídos mas que eram excessivos em dimensões para um período de forte recessão: a Guarda Real da Polícia em 1810; o Regimento das Milícias depois. Extintas as ordens religiosas em 1834 e após um lapso de tempo em que ficou devoluto, a ocupação definitiva do imóvel coube à Guarda Nacional Republicana que, tendo em conta as suas próprias necessidades, o foi remodelando e readaptando, algumas vezes drasticamente.

Por tudo isto, o Convento do Carmo, ou seja, as dependências monásticas propriamente ditas, ficaram como um autêntico «impensado» do património monumental lisboeta: esquecido, mas presente, porque só se pode esquecer aquilo que alguma vez se conheceu... A História, e a História da Arte em especial, preferiu sempre ocupar-se da Igreja e mesmo o estudo fundamental de Gustavo de Matos Sequeira, «O Carmo e a Trindade», de 1939 (*), lembrava mais o que o Convento havia sido — segundo os cronistas — do que aquilo que dele restava verdadeiramente.

2 — Fundado o templo em 1389 e iniciada a construção do Convento anexo, as campanhas de obras arrastaram-se longamente. E é quase certo que, definidas as dependências básicas mais importantes ainda no período tardo-gótico — dependências solidárias com a Igreja, como a Sacristia — as restantes tivessem ficado apenas delineadas, erguidas de forma precária, à espera de novos «cabedais», para ganharem uma forma



mais digna. É, por isso, impossível falar de um espaço monástico definitivamente configurado antes dos séculos XVI-XVII, altura em que é dado um grande impulso à edificação, já em plena época sebástica e filipina (*). A documentação (*), as crónicas (*), o relato dos historiadores (*) e, muito em especial, as tipologias arquitectónicas ainda existentes, indiciam, com toda a probabilidade, ter sido a construção do Claustro que ali ainda hoje subsiste, iniciada em meados do século XVII, seguindo os preceitos da arquitectura chã então em voga — que fazia um uso discreto da teoria das ordens —, nas suas quatro galerias, nos pisos térreo e superior: 28,60 m de comprimento no sentido Norte-Sul, por 24,20 m de largura no sentido Leste-Oeste (*), ou seja, os

Portal da Sala do Capitulo Novo
(Convento do Carmo)
— vista geral



Portal — ombreiras: detalhe

«cento e trinta palmos geométricos de comprido com cento e dez de largo», segundo a descrição de Fr. José Pereira de Santa Ana (1): nove arcos de pedraria alternados por pilastras, de ordem dórica, na fachada mais extensa do piso térreo; sete arcadas, na fachada mais curta. Os pisos restantes, nos lados Norte, Sul e Oeste foram possivelmente acrescentados já no século XVIII e, ainda, no século XIX.

O motivo mais interessante da arquitectura da Idade Clássica que as dependências monásticas encerram situa-se, precisamente, no piso térreo da parte recolhida deste Claustro, numa segunda ordem de salas. Estas salas foram edificadas na sequência da Sacristia gótica, cujos janelões ainda hoje se vêem deitando para o lado do Rossio. Anote-se que esta face do Convento era a mais nobre, porque se oferecia à própria cida-

de, sendo de considerar o facto de aqui se terem levantado os trechos pós-gótico, mais antigos e imponentes do conjunto. O motivo em causa é o *portal da Sala do Capítulo Novo*, situado, hoje, à entrada de um armazém de material utilitário do quartel da Guarda Nacional Republicana **.

3 — O portal é de grande escala e considerável monumentalidade, definindo um vão com cerca de 3 m de largura sendo o respectivo arco, abatido. Assim, no ápice maior e central o vão atinge cerca de 2,5 m de altura. Compõem-no dois finos *colunelos* que se prolongam, acima da capitelização, em arco (1).

O espaço entre os colunelos, ou a ombreira propriamente dita, é preenchida por decoração do tipo *plateresco*, igual de um e de outro lado do portal, em perfeita simetria: de baixo para cima, uma «caixa» ou *arca* facetada sobre duas esferas, decorada por gravações em «I», dá origem a um *candelabro* ou *montante* vegetalista ornado por «chutes» ou *pendurados* e terminando em corola; sobre esta, outra «caixa», desta vez de aparência circular, decorada com os mesmos motivos em «I» dá origem a uma outra série de ornamentação em *candelabro*, agora vegetalista e animalista, transformando-se as folhas em serpentes de boca escancarada nas suas extremidades, nisto aproximando-se da feição de alguns grutescos. Aqui, as «chutes» contêm «pérolas». Acima do *candelabro*, um *querubim* (a comum cabeça infantil enquadrada por asas abertas) serve de aparente sustentação a uma *misula* dotada de gola canelada e astrágal ornado por *pérolas*: serviria de base a uma imagem. Mais acima, um *baldaquino* classizante em concha, idêntico aos existentes no portal ocidental do Mosteiro dos Jerónimos, é coroado por *volutas* ou *aletas* em forma de filactéria. Imediatamente acima encontram-se os pequenos capitéis vegetalistas dos colunelos — sem «ordem» arquitectónica aparente. São capitéis corintizantes, com astrágal de pérolas e ábaco saliente, ornados por folhas de acanto.

O arco propriamente dito é decorado por uma teoria de *doze querubins*, alterando com *ramãs* (seis ao todo). O *fecho* do arco é composto por uma cinta vegetalista ornamentada na linha central por pérolas em série e de pequena dimensão, dando a ilusão de cingir e apertar os colunelos, solidarizando-os. Já perto do intradorso, e abaixo do colunelo inferior, corre ao longo do arco uma teoria de *pérolas* ou *contas de colar* grandes com gravação em cruz e agrupadas seis a seis (excepto nos extremos inferior —

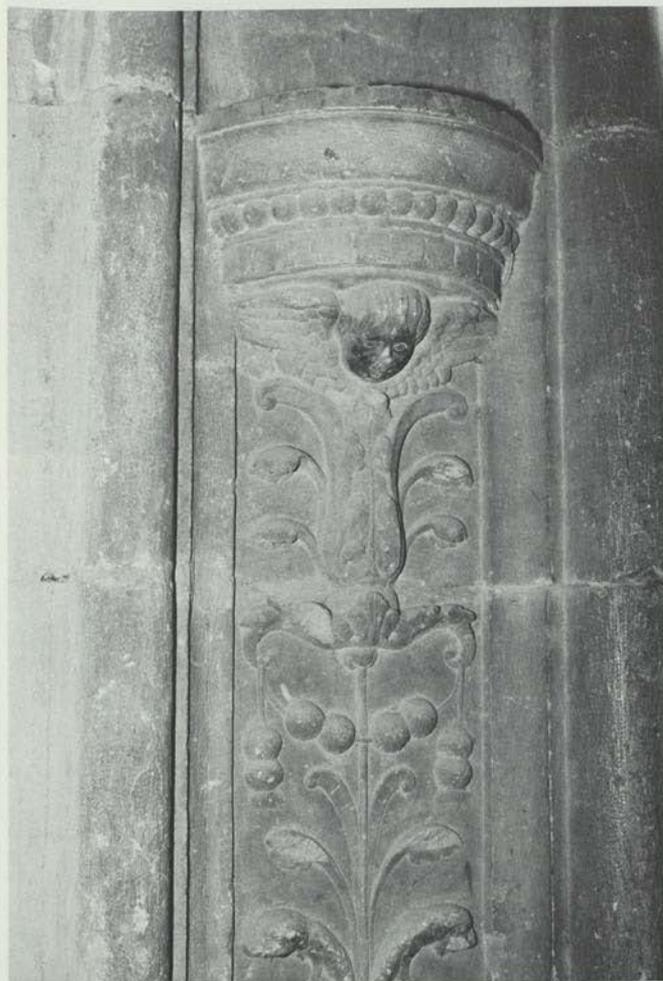
Portal — ombreiras: pormenor da decoração (misula)

com quatro — e superior — com uma apenas), sendo, ao todo, trinta e cinco.

A moldura do portal, a seguir às ombreiras e no seu intradorso é de moldatura mais simples, trifacetada, apresentando-se, ao nível dos capitéis, como uma imposta decorada por motivos em «1».

4 — Este arco, nitidamente quinhentista e datável pelo estilo que apresenta da década de vinte do século XVI, encontra-se gravemente prejudicado pelas obras de adaptação que o espaço onde se implanta foi sofrendo ao longo do tempo e, muito em especial, em período recente. É facilmente observável, no entanto, o primitivo pavimento do átrio da sala, em lajes, embora toda esta área te-

nha sido despromovida e obliterada arquitectonicamente com a construção de uma parede cimentada que fica frente ao arco, a cerca de 1,5 m de distância e que impede uma visão de conjunto deste interessante elemento da edificação quinhentista. Por sua vez, no nível imediatamente acima da capitelização, o vão foi eliminado pela implantação de uma estrutura de madeira, com traves à vista e salientes, que conforma um pavimento falso que, na dependência agora situada no piso superior, se encontra vedada em virtude da sua precaridade. De facto, esta nova dependência, que corresponde à *Sala de Estar* (com serviço de Bar) do quartel da Guarda Nacional Republicana, foi criada no amplo espaço em altura deixado livre pelas elevadas abóbadas originais da Sala do Capítulo Novo.



Portal — pormenor dos capitéis e do baldaquino

Portal — arco; detalhe dos querubins

Portal — arco: detalhe dos querubins e fecho

Capitulum Novo: inscrição votiva



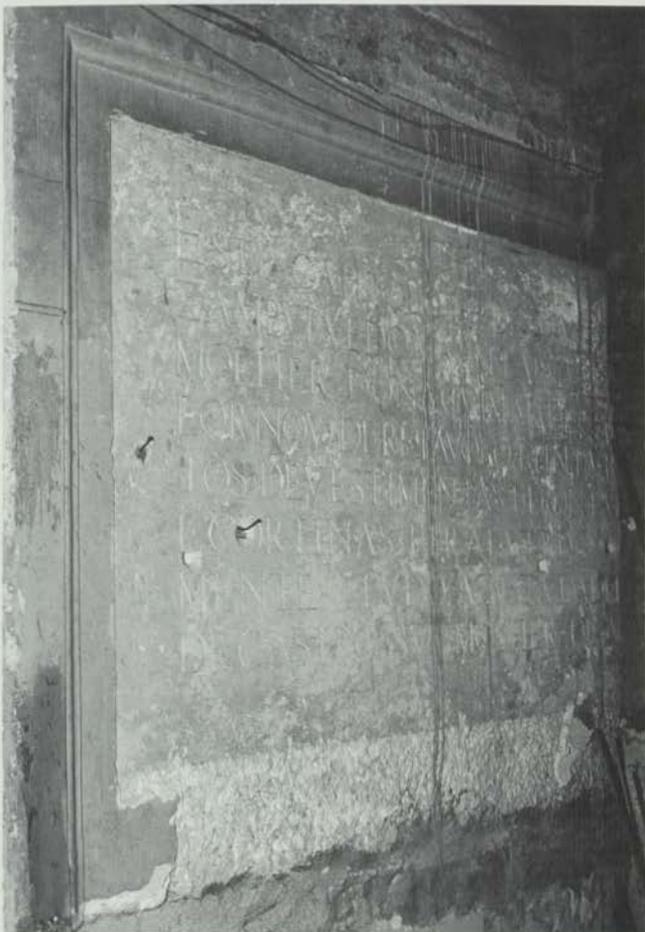
Não surpreende, pois, que na parede ocidental deste moderno Bar surja, do pavimento falso, a parte superior e interna do arco deste portal (até cerca de 1 m de altura), agora cego e arranjado à maneira de «chaminé», junto ao qual se implantou uma «salamandra», mais decorativa do que funcional.

De facto, quando hoje se penetra pelo r/c no espaço a que este portal dá acesso, logo se verifica que o tecto que recebeu não corresponde ao original. Muito rebaixado, definindo uma área interior com pé direito reduzidíssimo (cerca de 3 m), este tecto é de cimento armado e de factura moderna, com a solidez necessária para suportar o restante pavimento da Sala de Estar que lhe fica por cima e que é de tijoleira. Efectivamente, neste local se percebe, por fim, o alcance das obras mais recentes: dividiu-se o volume interior da primitiva Sala do Capítulo Novo, que era muito ampla e dotada de grande altura interior, posto que coberta por *abóbada de aresta* de tijoleira e argamassa com *arcos torais* descansando sobre *misulas* trabalhadas, dotando-a de um (segundo) piso falso ao nível de um primeiro andar antes inexistente. Esta Sala do Capítulo estava originalmente delimitada a Norte por uma parede de alvenaria que provavelmente a separava do *Refeitório dos frades*. Para efeitos de arranjo do espaço interno do Bar, essa parede foi rasgada precisamente no arco de descarga, outrora cego e oculto pelo rebouco; desempenha agora a vez de arco de passagem para as restantes dependências do quartel (nomeadamente para a Messe que, curiosamente, se situa sensivelmente na área do primitivo Refeitório, todavia num pavimento mais acima do que o original, mas com a mesma abóbada, prolongamento da que cobre a Sala do Capítulo).

5 — O *Capítulo Novo* ou *Capítulo do Refeitório* foi construído, pelo que se vê, do século XVI em diante, sendo o seu mais antigo elemento o portal com querubins. Ficava na mesma sequência das dependências situadas a seguir à Sacristia. Conforme o atesta uma *lápide* embebida na parede oriental (*), já existia em 1573, datando deste período algumas obras de beneficiação nele empreendidas.

Como Sala do Capítulo da congregação carmelitana detinha grande dignidade arquitectónica e nem se compreenderia que fosse de outro modo já que este espaço, no âmbito da hierarquia do espaço monástico de qualquer ordem religiosa, detém quase sempre uma tipologia monumental, tipologia que partilha, aliás, com os respectivos acessos e mobiliário.

Para além da *lápide*, outro testemunho, este de natureza iconográfica, cor-



robora a nossa datação aproximada desta dependência: trata-se da *panorâmica de Lisboa*, executada à pena por Simão de Miranda, em 1575. O Convento do Carmo é aí mostrado na sua face oriental, exibindo a Capela-Mor, gótica, em pedraria, corada por pináculos e merlões; ao seu lado, para Norte, uma ordem de dependências, com os seus volumes bem denunciados coroados por merlões pontiagudos, correspondendo à Sacristia, também gótica; adiante, meio encoberto, o alto campanário; à frente deste, deitando para o vale do Rossio, um poderoso volume contrafortado, com frestas ou janelões, tendo rasgado ao centro uma porta e sobre esta, sensivelmente no eixo central, um frontão com aletas curvas e coroamento recto sobre um óculo circular. Isto revela que em 1575 estas dependências da face oriental se achavam já construídas, sendo aliás omissas quanto a este pormenor todas as panorâmicas de Lisboa executadas anteriormente à de Miranda (quase sempre porque o ângulo da representação do Convento ocultava toda esta face Leste). Eram estas dependências que incluíam a Sala do Capítulo Novo ou do Refeitório, que ficava contíguo.

Pelos testemunhos arquitectónicos ainda existentes sabemos já que o Capítulo Novo possui uma abóbada muito elevada (actualmente o tecto do Bar da GNR). Trata-se, porém, e segundo a tipologia que exhibe, de uma obra resultante de uma reforma certamente já do século XVII, posterior ao início da construção deste capítulo, construção do período quinhentista, já que só assim se justifica a existência do portal renascentista que aqui estudamos. Essa reforma seiscentista correspondeu ao alteamento do tecto desta sala e das que lhe ficavam contíguas, construídas no mesmo corpo que o desenho de Simão de Miranda apresenta.

Uma *gravura* do Convento, da autoria de Debrie e datada de 1745, mostra uma vez mais a face oriental do imóvel, agora com mais pormenor: um corpo muito extenso e alto, com dois andares e um avançamento na sua parte mais a Sul. Esta edificação avançada corresponde ao «segundo corpo» acrescentado à Sacristia gótica. Fr. José Pereira de Santa Ana escreverá que este segundo corpo «vem terminar à parede do nascente, na qual se rasgarão duas janellas de sacada, que fazem a Sacristia claríssima, e deixão lograr a vista de huma considerável parte da Cidade. A abobada do corpo mayor, e mais antigo he de laçaria: o do mais pequeno, e moderno, he de ladrinhos em roscas»⁽¹⁰⁾, estando aqui os epítetos «mais antigo» e «laçaria» por gótico. Prosseguindo a análise da gravura de Debrie, verificamos que o corpo

oriental é dotado, no r/c e na sua parte principal, de cinco janellas rectas, além de uma porta, ao centro. Frente à porta adianta-se um corpo com um arco assente em duas pilastras, como que uma serliana simplificada, sobre a qual se observava uma varanda, a «varanda sobre o Rossio», de onde os frades assistiam aos «autos de Fé» e às corridas de touros na grande praça lisboeta⁽¹¹⁾; já no primeiro piso, a porta que dá acesso à varanda é encimada por um frontão de verga recta com um óculo, ladeado por volutas em «rollwerk», nisto correspondendo à vista de Simão de Miranda que o representa já, embora simplificada. De um e do outro lado da porta, janellas simples iluminavam o Dormitório «cujas cellas se distribuirão com tanta igualdade, que cada huma das janellas (pelo lado do Claustro) corresponde a huma das sacadas da varanda e a hum dos arcos do pavimento»⁽¹²⁾. É nossa opinião que foi a conclusão tardia deste piso superior do corpo oriental (visivelmente contemporâneo do Claustro, pelo que se depreende da descrição antiga), que motivou a edificação da actual abóbada de aresta do Capítulo Novo (que é como quem diz, da abóbada das restantes dependências do mesmo alinhamento). De facto, a tipologia dos elementos arquitectónicos do abobadamento é já francamente seiscentista e até provida de tonalidades barrocas, especialmente as misulas maiores, recortadas e modeladas em pedra calcária, com uma modanatura dórica e lacrimais. Anote-se ainda o pormenor da gravura de Debrie ao representar junto à figura de Nuno Álvares e do respectivo séquito de monges, um *canteiro* em pleno labor, atacando uma pedra com o escopro e o martelo, alusão à fundação do Convento pelo Condestável mas também, por certo, referência às contínuas obras que ali se empreendiam⁽¹³⁾.

O corpo oriental da gravura de Debrie continha um importante conjunto de dependências monásticas, certamente as mais antigas das campanhas pós-góticas, que viriam a ficar recuadas, a grande distância do espaço rectangular do Claustro seiscentista. Entre o Claustro e estas dependências, ficavam a preencher a superfície existente e a fazer a transição para aquele espaço de mais antiga configuração, átrios, corredores e as cinco «Capelas para os Passos»⁽¹⁴⁾. A partir da parede Norte da Capela-Mor gótica da Igreja carmelita sucediam-se, assim: a *Sacristia gótica*, de planta rectangular (ainda existente e dotada de abóbada de cruzaria); o *acrescento seiscentista* desta Sacristia (volume avançado no exterior); o *Capítulo dos Bispos*, assim chamado por «estar ornado com os retratos da mayor parte, dos que para tão alta dignidade foraõ assumptos desta

Provincia»⁽¹⁵⁾ — espaço este hoje devoluto; uma pequena capela, desaparecida; o *Capítulo Novo*, sala ampla, cuja entrada se fazia pelo portal que descrevemos em pormenor e dotada de abóbada de grande elevação; e o *Refeitório*, bastante extenso, com «cento e cinquenta palmos de comprido, trinta e nove de largo» e «abóbada de laçaria» (quer dizer, «de aresta»), com quatro «frestas lavradas» na sua parede oriental⁽¹⁶⁾. Sobre estas dependências corria o *Dormitório*.

6 — Fr. José Pereira de Santa Ana descrevia assim a Sala do Capítulo Novo, no seu tempo ainda devidamente integrada e preservada das remodelações posteriores ao terramoto, bem como oitocentistas e modernas:

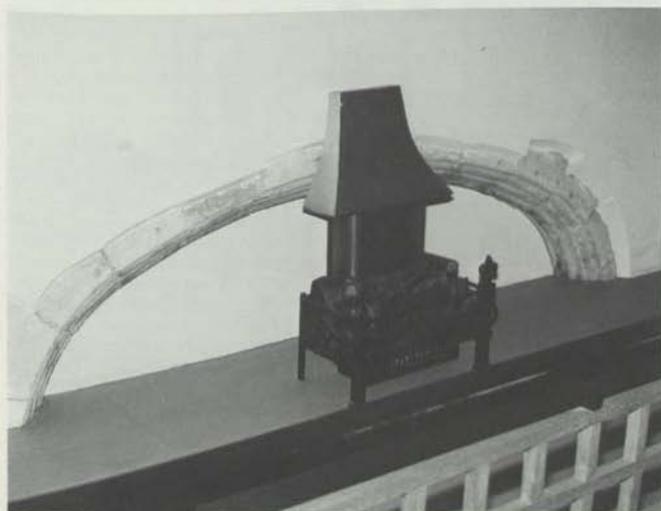
«Segue-se o Capítulo chamado Novo, ou como outros o intitulão, do Refeitório, por lhe ficar immediato. Para elle depois de huma Capella dos Passos se entra por hum pátio ligeado, em cujo centro se abriu o authorized Carneiro da Venerável Ordem Terceira (...). A casa he magstosa pela grandeza, e pela figura. Seu tecto he altissimo, e fecha com abobada de laçaria, seguindo a mesma obra das outras partes nobres deste sacro edificio. Servem-lhe de janellas duas elegantes frestas, que tendo pouca largura foraõ rasgadas com arte até à superior eminencia da parede Oriental. Destas, e de hum grande arco de pedra, que lhe dá entrada, recebe o dito Capítulo tanta luz, que em todo o dia he clarissimo. Neste arco estaõ humas grades de ferro, que se fechaõ, e abrem como portas; e na barra da parte superior ha hum Escudo com sete Castellos e opostos em tres pallas, ficando tres dellas na do meyo, e dous em cada huma das lateraes»⁽¹⁷⁾.

O «grande arco de pedra, que lhe dá entrada» é, evidentemente, o portal renascentista que estudamos. Nele, especialmente nas impostas do lado de dentro das ombreiras, são ainda visíveis as marcas da implantação das «grades de ferro», agora desaparecidas mas então dotadas de decoração heráldica, presumivelmente da família Moura, prováveis ofertantes deste elemento de vedação.

7 — O portal da Sala do Capítulo Novo do Convento do Carmo é um dos mais interessantes testemunhos da *transição do manuelino para o Renascimento*. Demonstra, especialmente pelo partido decorativo que é o seu, a introdução do gosto clássico, pese embora a incompreensão profunda da sintaxe classizante que ainda revela. O que ali vemos é o compromisso da inovação clássica com a tradição goticista dos lavrantes da pedra. Mostra a adopção de um vocabulário renascentista, aplicado, porém, de forma

Sala do Capitulo Novo (agora, no piso intermédio, «Sala de Estar» e «Bar»
do quartel da G.N.R. do Carmo)

Parte restante do portal, na «Sala de Estar» do
quartel da G.N.R.



desarticulada e cheia de concessões ao gosto velho e à proporção manuelina.

Assim, a estrutura do arco é de teor *tardo-gótico ou manuelino*, com o arco abatido e os seus colunelos finos rematados por capitéis de coxim tronco-cónico a demarcarem todo o campo ornamental, nisto revelando uma evidente incompreensão da teoria das «ordens».

Se há que perceber alguma precedência na invenção deste portal, podemos pesquisar os monumentos mais próximos dele, tanto no que concerne à respectiva cronologia, quanto também ao partido estético e morfologia que ostentam: o *portal ocidental do Mosteiro dos Jerónimos*; o *portal Sul da Igreja da Misericórdia*; o *retrato de João de Castilho*, também nos Jerónimos; e por fim a *Igreja Matriz de Caminha* (e, nesta, muito em especial, a «Capela dos Mareantes»).

Os primeiros três exemplos situam-se em Lisboa, e entre eles e o portal do Carmo há evidentes afinidades não só estéticas como também materiais e mecânicas.

O *portal ocidental dos Jerónimos* (1517) é das primeiras obras portuguesas a revelar uma mudança de gosto áulica, e desta vez pelo concurso de um

mestre francês, Nicolau de Chanterene, que o executa já com preocupações eu-rítmicas e gramaticais renascentistas, embora a estrutura de base se mantenha manuelina (o arco conopial). Os motivos ornamentais da decoração em superfície são já «platerescos» e os baldaquinos das figuras, em concha ou nervurados, são encimados pelas volutas ou aletas que encontramos, igualmente, no portal do *Capitulu Novo do Carmo*. Do mesmo modo, o trabalho pré-renascentista do *Claustro dos Jerónimos* (anos 20 do século XVI, segundo a empreitada de João de Castilho, Rodrigo de Pontezilha, Filipe Henriques e Francisco de Benavente) introduz na cidade de Lisboa o pequeno capitel de transição, a meio caminho entre a micro-volumetria gótica — no prolongamento do colunelo e de coxim estreito — e a ordem coríntia — a folha de acanto e o ábaco reentrante —, bem como o «relevo plateresco», quase sempre de dominante vegetalista, com taças e medalhões e, às vezes, em clave animalista e fantástica. Ornamentação que ocorre no interior do templo, particularmente no revestimento das colunas da Igreja-Salão, ainda com uma considerável indisciplina.



O portal principal da Misericórdia de Lisboa, de autoria incerta mas presumivelmente derivado da empreitada dos Jerónimos e prolongamento desta, terá sido concluído cerca de 1521-1522, no seguimento de uma pausa nas obras do grande Mosteiro hieronimita⁽¹³⁾. Aqui, o «motivo plateresco» é aplicado no campo decorativo das ombreiras e dos arcos, num sistema perfeitamente codificado que implica uma integral simetria.

De novo nos Jerónimos, pode apreciar-se o retrato do mestre João de Castilho, um dos principais responsáveis pela introdução desta linguagem ornamental, não só em Lisboa, como vimos, mas também em Tomar no portal Sul do Convento de Cristo e na janela oriental da Rotunda do mesmo edifício. Encontra-se representado num medalhão, no pilar Norte do transepto da Igreja, concluído por volta de 1522. Nele, Castilho aparece «de perfil como grande senhor do Renascimento»⁽¹⁴⁾, emoldurado por um cordão de pérolas. São estas pérolas que iremos reencontrar no portal do Capítulo Novo do Carmo, embora com outra escala. Anote-se, porém, que aquele medalhão, integrado numa fiada decorativa de motivos «platerescos» e na sequência de um candelabro, faz parte daquilo que, desde 1514, a documentação relativa às obras deste Mosteiro intitula de «romano», ou seja, decoração «ao romano», talvez não tanto as fiadas classificadas de óvulos e dardos⁽¹⁵⁾, mas antes esta ornamentação em série, de pendor vegetalista e repetitivo, de acordo aliás com a terminologia antiga que o «Vocabulário» do P.^o Rafael Bluteau registava ainda em pleno século XVIII⁽¹⁶⁾. A obra «ao romano», que então se começa a difundir, incluía também um motivo ornamental de alcance iconológico, as «romãs» (e daí, «romano» ou «romanas») que encontramos, igualmente, no Carmo.

A Igreja Matriz de Caminha, iniciada em 1488 e com a frontaria concluída cerca de 1509, teve como mestres de obras Tomé de Tolosa e, depois, Pero Galego, o primeiro de origem biscaínia, o segundo quase certamente português⁽¹⁷⁾. Exibe um dos mais interessantes programas ornamentais do «modo ao romano» dos inícios do século XVI. No portal axial, percebe-se uma maior sujeição ao ritmo ornamental manuelino e os temas ou motivos escolhidos detêm características pouco antiquizantes. O mesmo não se pode dizer do trabalho de pedraria de uma das capelas da Igreja, a «Capela dos Mareantes», de 1511, onde o «motivo lombardo» aparece já com uma expressão mais erudita, revelando não só a teoria de candelabros, como também elementos que eram a marca significativa e original daquele tipo de ornamentação de origem florentina: panóplias, ar-

maduras, escudos, etc.⁽¹⁸⁾. Este sistema ornamental, que Rafael Moreira diz ter sido «popularizado pelos pintores e ornamentistas lombardos e venetos», vai surgir na arte portuguesa «em alternativa à gramática decorativa do Manuelino no final do século (XV), divulgando-se através de obras importadas: pinturas, tapeçarias, livros, iluminura, ourivesaria, vestuário, gravura, peças esculpidas, cerâmica, montagens de cenografia, aparatos festivos, etc.; ou, mais directamente, através de desenhos e «cadernos de modelos» utilizados pelos artistas»⁽¹⁹⁾. Por esta via, também, ele chegou à capital e à cultura prática dos oficiais que terão servido nas obras do Carmo, temperado, porém, pelo plateresco, mais conservador.

A teoria de querubins do portal do Carmo, por exemplo, poderá ter sido inspirada no trabalho cerâmico italiano de Andrea della Robbia, como o do frontal de sacário que pertenceu ao Mosteiro da Madre de Deus em Lisboa, com execução datável entre 1490 e 1510⁽²⁰⁾. Neste, a arquitrave do frontal exhibe quatro querubins, representados segundo um modo codificado que se iria expandir, entre nós, em pleno Renascimento. Assim acontece no túmulo de D. Álvaro da Costa, que se guarda no Museu de Évora e datado de 1535: ali temos, no arco daquele monumento de mármore, uma série de dez querubins num acabamento perfeito devido às mãos de Nicolau de Chanterene. Todavia, no portal do Carmo, o trabalho da pedra é mais rude, dir-se-ia mais arcaico, como se se procurasse ainda o compromisso entre uma linguagem que se queria ultrapassar e uma linguagem nova que se queria introduzir e que já se conhecia desarticuladamente, mas cuja codificação ainda decorria.

De facto, o primeiro momento em que as novas opções estéticas encontram a estabilização de um tratado disciplinador foi em 1526, ano da primeira edição do livro de Diego de Sagredo, «Medidas del Romano»⁽²¹⁾ no qual o vocabulário renascentista — ainda de sabor plateresco — se procurava impor, polemicamente até, ao vocabulário gótico sobrevivente. A sua aceitação em Portugal foi grande, como foi grande a sua circulação, ao ponto de se terem impresso em Lisboa, no ano de 1542, três edições da obra⁽²²⁾. O portal lateral da Misericórdia de Lisboa, datado de 1534, patenteia claramente outro partido estético, embora apegado, na estrutura, ao esquema manuelino: aqui, trata-se não de um pedreiro manuelino esculpindo motivos renascentistas, mas antes de um pedreiro renascentista obrigado a seguir o partido estrutural manuelino, um pouco como acontecera com Chanterêne no portal ocidental dos Jerónimos. Não deixa de ser significativo o facto da inscrição que



Guilherme Debrie, O Convento do Carmo (face oriental), gravura, 1745

Guilherme Debrie, O Convento do Carmo (frontaria), gravura, 1745

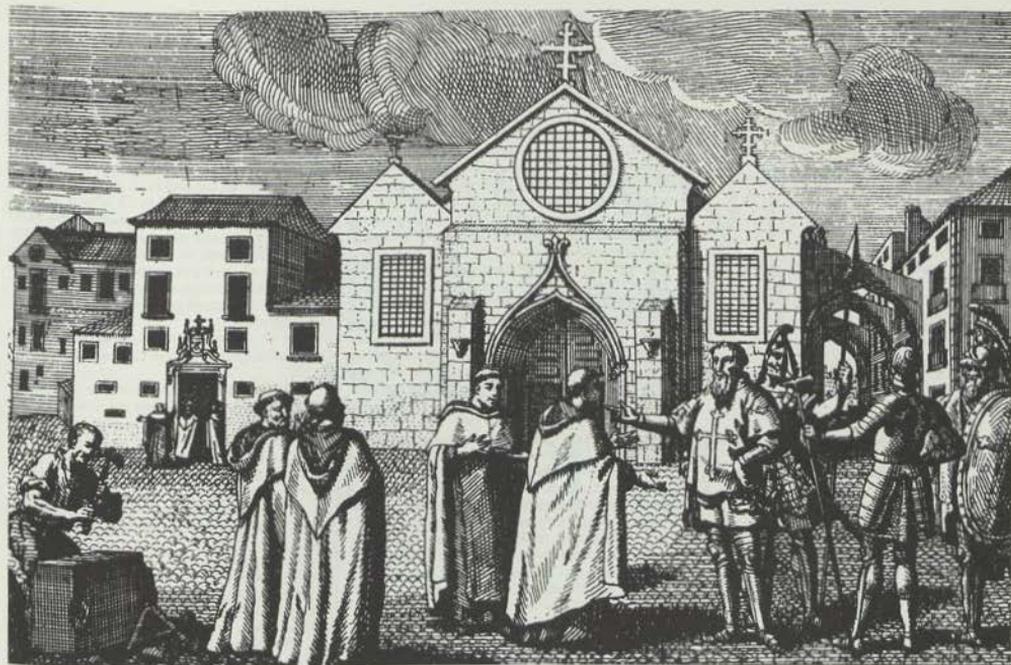
deu conta da instalação naquela Igreja da confraria da Misericórdia ser em cursivo gótico, apesar da data avançada da sua execução. O portal, porém, com o recorte em arco achatado e dois cogulhos reentrantes — à maneira manuelina — possui uma modenatura clássica, uma figuração antiquizante de dois querubins (nas enjuntas), e um colar de pérolas muito finas na moldura, a tal ponto que se podem atribuir ao mesmo plastifíce que esculpiu o medalhão com o retrato de Castilho. Já as colunas-balaústres que o ladeavam, bem como os capitéis classizantes com prótomos de carneiro, parecem ter sido directamente inspirados por uma das gravuras do livro de Sagredo⁽²⁸⁾.

Embora andasse lá perto, o portal do Carmo não possui a feição francamente «moderna» e renascentista deste exemplo. E isto talvez porque a sua datação é anterior. De facto, sabe-se que o Convento do Carmo sofreu importantes obras no decurso do reinado de D. João III. Este rei deu ao então prior daquela casa religiosa, Frei Baltazar Limpo, «esmolras grandiosas»⁽²⁹⁾ executando-se as obras entre 1526 e 1527. Demais obras importantes, na Idade Clássica, só ocorreram no tempo de D. Sebastião, e depois, em 1596 e 1597 e no decurso dos séculos XVII e XVIII, pelo que é de supor (e a tipologia arquitectónica confirma-o sem

marginem para dúvidas), que o portal do Capítulo Novo (bem como a sala em si) date daquela *campanha de obras dos anos 20* do século XVI, exceptuadas as coberturas hoje existentes.

A ser assim, o seu partido estético não podia ainda ter absorvido na perfeição os ensinamentos dos cânones clássicos do modo «ao romano» do livro de Sagredo, embora dele se aproximasse já, por uma via essencialmente empírica.

8 — Iconologicamente, o portal do Carmo não é particularmente rico: a decoração plateresca não contém grande peso semântico, ficando na ornamentação mais eminentemente figurativa do monumento a sua maior carga de sentido. Por isso são os querubins a concitar maior atenção, pese embora a sua frequente representação em campos decorativos idênticos do período renascentista (arcos e arquivoltas) e particularmente a partir dos anos 40 do século XVI. Freqüentes ou não, esculpidos a maior parte das vezes nos arcos triunfais dos templos ou nas faces e enjuntas de arcos tumulares, a sua ocorrência deriva de um sentido imediato que lhes pode ser atribuído: como figuras de uma angeleologia elementar, representam o Céu e a ordem espiritual: tanto porque possuem uma inocente aparência (posto que são



crianças), quanto também pela sua evidente volatilidade (são dotados de asas).

Há porém passagens bíblicas que devolvem aos querubins figurados em elementos arquitetónicos de natureza sagrada, a sua primordial importância simbólica. De facto, esses trechos das escrituras descrevem, precisamente, uma mítica e fundacional peça de arquitectura: o Templo de Salomão. No santuário desse templo, o Rei bíblico pôs «dois querubins» (Reis I, 6-22), e mandou esculpir «sobre todas as paredes da casa, em redor, no santuário como no Templo, querubins, palmas e flores abertas» (Reis I, 6-29). Este gesto é confirmado noutros trechos do Velho Testamento: «O Rei mandou também esculpir querubins nas paredes» (Crónicas II, 3-6) e «fazer uma cortina de púrpura violácea, carmesim, e linho fino, bordada com querubins» (Crónicas II, 3-14). A ser assim, parece justo interpretar esse motivo, afinal tão habitual na arquitectura sagrada cristã e católica sobretudo a partir do Humanismo, como uma *referência simbólica à morada de Deus na Terra*, em certo sentido, sinónimo do vínculo e resgate espiritual dos homens face à *Jerusalém Celeste*: daí também os querubins serem em número de *doze*, número simbólico por excelência, correspondendo ao dos Apóstolos, e a sua alternância com as romãs, *símbolo do paraíso e da Igreja*.

No caso do portal do Carmo, um outro pormenor indicia uma interpretação mais apegada à tradição cristã, como seja o cordão de pérolas que corre pela parte interior da face do arco: agrupadas seis a seis, e marcadas com uma cruz riscada, estas pérolas são afinal *contas de rosário*, segundo a sua disposição antiga (a seis e seis, contando a última delas como um «Padre Nosso»).

Tendo em consideração a dignidade monumental da Sala que servia, este portal exhibe assim um programa decorativo que, se por um lado revela uma propensão para a actualização estética e a modernização dos espaços, não menos significava um elo de ligação com a Palavra divina através dos seus atributos simbólicos. Como peça de transição do manuelino para o Renascimento, não merece ficar esquecido, pelo que se revela urgente o seu levantamento e protecção num quadro de valorização do património monumental de uma das mais importantes casas religiosas da antiga Lisboa.

NOTAS

- * Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.
- ** O autor exprime publicamente agradecimentos à Dr.ª Ana Cristina Leite, conservadora do Museu da Cidade de Lisboa — a quem

deve a indicação da existência deste portal —, ao técnico maquetista do mesmo Museu, Carlos Loureiro, que o acompanhou em visitas de trabalho ao Convento, e à GNR, pela compreensão e atenção dispensadas. Ao Dr. Manuel Joaquim Gandra o especial apreço pelas suas sugestões quanto à leitura iconológica empreendida.

(¹) Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, Lisboa, CML, 1939, 3 vols.

(²) Cf. idem, vol. II, p. 360.

(³) V. «Cartório do Convento do Carmo», importante rol documental que se encontra depositado na Torre do Tombo e cujo estudo sistemático não foi ainda empreendido.

(⁴) Fr. Manuel de Sá, *Notícias do Real Convento do Carmo*, manuscrito apresentado em extracto in Afonso Dornelas, *Elucidário Nobiliarchico*, 1.ª vol.; Fr. José Pereira de Santa Ana, *Chronica das Carmelitas Calçadas*, Lisboa, 1745.

(⁵) Gustavo de Matos Sequeira, *op. cit.*; Cunha Brandão, *As Ruínas do Carmo*, Lisboa, s.d.; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, T.I, 1950.

(⁶) Cf. Gustavo de Matos Sequeira, vol. 2, p. 393-394.

(⁷) Fr. José Pereira de Santa Ana, *op. cit.*, T.I, Parte IV, cap. XVIII, p. 760.

(⁸) Perante o exemplo do portal do Carmo ganham particular acuidade as advertências de Jean Guillaume quanto ao caminho a seguir na investigação da expressão renascentista da arquitectura fora da Itália, especialmente na sua vertente de escultura decorativa ou «ornamental» (cf. Jean Guillaume, «L'ornement italien en France. Position du problème et méthode d'analyse» in *La Scultura Decorativa del Primo Rinascimento* (actas do congresso), Pavia, 1983, pp. 207-212): perceber a sua subordinação a formas arquitectónicas que definem campos decorativos; inventariar e interpretar os motivos de que faz uso; e entender a maneira de esculpir dos

artífices. Digamos que se trata de uma *micro-leitura* destes pequenos exemplos de transição do gosto arquitectónico. No caso do Carmo, vimos já como é a estrutura manuelina — ou se quisermos, tardo-gótica — que define os campos decorativos, até certo ponto, *tradicionalis*: ombreras obliquas e arcada entre colonelos; capitéis de pequena dimensão, com coxim alto. Estes capitéis afastam-se paulatinamente da forma gótica pela adopção de um sistema de representação próximo do coríntio — folhas de acanto muito simplificadas e ábaco com vértice saliente; as ombreras recebem uma decoração em relevo muito superficial, de talhe macio: nisto verifica-se a substituição do sistema ornamental manuelino, que naquela superfície iria preferir uma decoração animalista, fitomórfica ou híbrida, naturalista ou hiper-realista: os ornamentistas de transição encontram um terreno propício para inovarem, ainda dentro de um quadro arquitectónico gótico.

(⁸) A *lápide*, semi-oculta pelas estantes do armazém da GNR ali instalado, possui a seguinte inscrição, ali aposta quando da instituição de uma Capela por D. Francisco Rolim e D. Guiomar de Castro, em 24 de Outubro de 1573, para sua sepultura: «Este Capitulo he de D. Francisco Rolim Senhor da Azambuja, de Marmelar e do Monte Argil e sua mulher D. Guiomar de Castro o dotou, e ornou de retábulo, e Pinturas e ornamentos de vestimentas, e frontaes, e Alamafeças, e cortinas, e Prata, tudo abastantissimamente e tudo à vista da D. Guiomar de Castro sua mulher de sua fazenda della». A dotação obriga a reserva do Capitulo Novo para sepultura exclusiva dos ofertantes (Gustavo de Matos Sequeira, *op. cit.*, vol. I, p. 387).

(¹⁰) Fr. José Pereira de Santa Ana, *Chronica...*, T.I, Parte IV, cap. XVII, p. 751.

(¹¹) Gustavo de Matos Sequeira, vol. II, p. 393.

(¹²) Fr. José Pereira de Santa Ana, *Chronica...*, T.I, Parte IV, cap. XVIII, p. 760.

(¹³) Uma segunda gravura de Debrrie mostra a frontaria do Convento do Carmo, tal como se encontrava por volta de 1745: aí vemos de novo, junto a D. Nuno e do seu séquito, um *canteiro* representado em pleno trabalho.

(¹⁴) Fr. José Pereira de Santa Ana, *Chronica...*, T.I, Parte IV, cap. XVIII, p. 762.

(¹⁵) Idem, p. 769.

(¹⁶) Idem, p. 770.

(¹⁷) Idem, p. 773; na descrição que faz da outra sala capitular existente neste alinhamento do corpo oriental das dependências monásticas, Fr. José refere um «fermoso arco, que serve de pórtico de uma grande casa regular, chamada comumente Capitulo dos Bispos»; não fosse o caso da Sala do Capitulo Novo se encontrar identificada pela *lápide* referida na nota 9, o «arco fermoso» mencionado pelo cronista podia muito bem ser o que aqui estudamos; pensamos, porém, que os restos de um *arco desmontado* que localizámos num dos acessos do interior do quartel, são os vestígios desta peça arquitectónica, que era funcional como acesso a um espaço hoje devoluto.

(¹⁸) Cf. Jorge Segurado, *Da Igreja Manuelina da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, ANBA, 1976, p. 55.

(¹⁹) Rafael Moreira, «Arquitectura» in *Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, MNA, vol. I, 1983, p. 329.

(²⁰) Idem, p. 309.

(²¹) Cf. P.ª Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, Coimbra, 1712-1728, artigo «Romano».

(²²) Cf. Rafael Moreira, A «Capela dos Mareantes» na Igreja Matriz de Caminha, Porto, 1987, p. 351.

(²³) Cf. idem, p. 356.

(²⁴) Rafael Moreira, idem, p. 356.

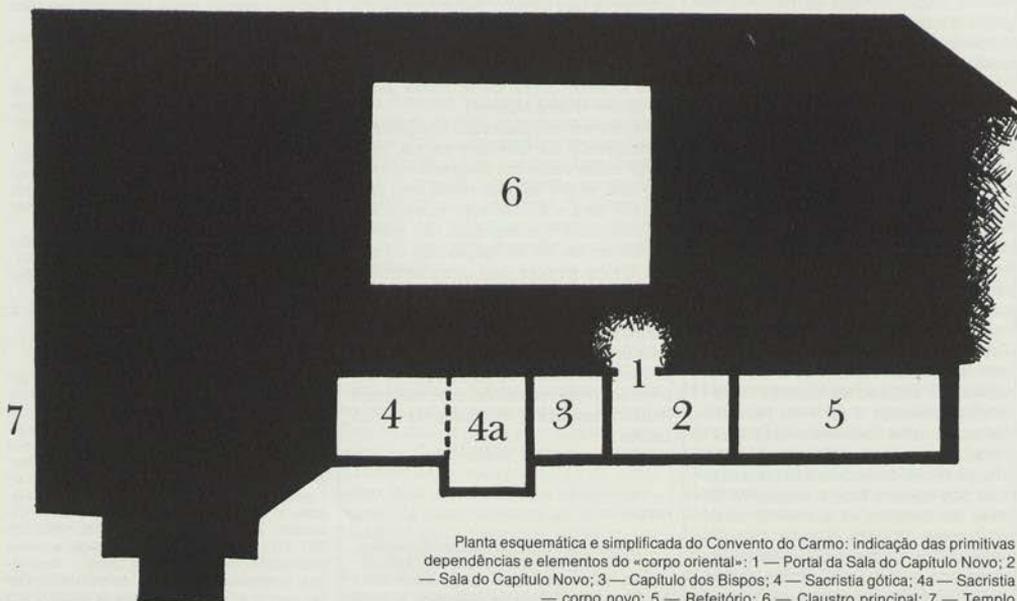
(²⁵) Cf. Pedro Dias, *A importação de esculturas da Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Minerva, p. 64.

(²⁶) Diego de Sagredo, *Medidas del Romano*. Toledo, Ramón de Petras, 1526.

(²⁷) Diego de Sagredo, *Medidas del Romano*, Lisboa, Luis Rodrigues, 1542 (Biblioteca Pública do Arquivo Distrital, Res. 28); v. ed. fac-símile, Lisboa, 1915.

(²⁸) Rafael Moreira, «Arquitectura», p. 317.

(²⁹) Gustavo de Matos Sequeira, *op. cit.*, vol. I, p. 360-361.



CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA

O Edifício que nós hoje conhecíamos como «Armazéns do Chiado» é uma construção com um grande passado e uma longa história.

Existiu, no local, desde uma pequena ermida medieval, um Convento de Oratorianos, um Palácio, Hóteis e grandes Armazéns. Sofreu por isso mesmo ao longo da história muitas modificações, muitos restauros, obras e grandes reconstruções, algumas causadas pela evolução lógica da ocupação do espaço, outras aceleradas pelos inúmeros acidentes, desde o Terramoto de 1755 ao incêndio de 1880.

Continua a ser história e a fazer parte integrante da evolução da cidade de Lisboa. As suas ruínas actuais serão uma vez mais reconstruídas sendo possível dar novamente vida ao antigo casarão (1).

1 — HISTÓRIA DE UM CONVENTO

A Irmandade do Espírito Santo da Pedreira, cuja fundação parece remontar a data anterior a 1279 (2), possuía uma Ermida e um Hospital fundado por D. Adão e Dona Sancha que lhe deixaram de renda o suficiente para sustentarem um capelão, todos os dias, com obrigação de dizer missa (3). Esta Ermida ficava a meia encosta de uma rua irregular, mais tarde designada por Rua Nova do Almada.

Foi esta Casa do Espírito Santo da Pedreira, que ficava em lugar «aonde a fre-

quência do povo e dos homens de negócio prometia nam haver de faltar naquelle lugar concurso pera os santos exercicios da oraçam» (4) que foi doada, em 1671, à Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery, ficando apenas a Capela-mor da Igreja na posse da Irmandade. Esta Congregação com origem na cidade de Roma (1550) fora instituída em Portugal pelo padre Bartolomeu de Quental (1626-1698) que obteve em 18 de Fevereiro de 1659, da rainha D. Luisa de Gusmão a aprovação. Os padres instalaram-se no Convento da Boa-Hora que ficara devoluto, enquanto esperaram a sua própria Casa.

O espaço e a Igreja que lhes foi doado não servia, evidentemente, para responder às necessidades dos padres. Não havia espaço para se albergarem; as instalações do Hospital eram, como todos os hospitais medievais de Lisboa, exiguas (5); e a Igreja, já para não falarmos das restantes casas, apresentava-se em muito mau estado de conservação.

Esta Igreja doada aos Padres Oratorianos não era já a ermida do século XIII, mas um templo reedificado em 1516 por D. Manuel (6) que vem representado na Panorâmica de Lisboa, dita, de Leyde. Seria já um templo de três naves, com coro-alto no qual se entrava flanqueando um portal manuelino. Deste espaço e das grandes obras que os padres fizeram nele, possuímos uma descrição minuciosa em texto anónimo dos inícios do

Igreja do Espírito Santo da Pedreira no século XVI
Pormenor da Panorâmica de Lisboa. Anónimo, Biblioteca da Universidade de Leyde



século XVIII. «História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa...». Neste texto o autor refere-se a grandes alterações introduzidas no campo da decoração, que vão desde novos arcos, capelas, altares, portas, janelas, abóbadas em caixões que levariam a pensar tratar-se de uma Igreja construída de raiz. Mas fiquemos com a descrição onde se confrontam a Igreja quinhentista e os arranjos seiscentistas: «O portal da igreja he de laçaria de pedra, de que os antigos usavam, como se vê em outros portaes semelhantes na cidade. A rua que fica diante da igreja tem sufficiente largura. Entrando da porta pera dentro se acha huma igreja de tres naves e nella se encontram logo duas colunas que sustentam o coro, cujas grades correm por todas as tres naves. A nave do meyo sustentam seis colunas de pedra de cada parte, nas quaes se firmam sinco arcos de pedraria que nam sam muyto grossos, como nem tambem as colunas em que elles descançam. Sam os arcos em pintados, e do mesmo modo as colunas. Sobre os ditos sinco arcos ficam de cada banda sinco payneis com largas molduras lizas douradas, e afastada hum pouco dos ditos payneis corre huma cimalha pintada, fingindo embutidos: E esta se estende somente pellos dous lados da nave do meyo, na qual sobre os payneis correm sinco janelas quadradas, guarnecidas de pedraria vermelha e por cima das ditas janelas se levanta o tecto com huma pintura muyto varia e vistosa.

O arco da capella mor he conforme com a nave do meyo. A obra da ditta capella applicaram os Padres grande perfeçam, porque a fizeram toda de pedraria muyto bem lavrada. Nos lados della ha duas janelas rasgadas a que fazem companhia seos pilares, com seos capyteis. O tecto da capella he em quadrados de pedraria que guarnessem levantadas e molduras, e dentro dos quadrados se vem hums flôres ou tarjas de pedra entalhada. O retabolo he tambem todo de pedraria, bem lavrada e lustrosa. Tem por banda duas colunas retrocidas de huma pedra que chamam azul, que com mays propriedade se pode chamar cinzenta, que toma muyto bem o lustre. E sobre os capyteis das colunas sobem trossos da mesma pedra, que seguem à volta do retabolo, que tem sua tribuna com boa entrada, e o throno que tem dentro he de talha dourada. E assim vem a ficar toda a obra da capella mor muyto perfeyta e muy diferente do que era a antiga.

Aos lados da capella mor tem lugar altares colateraes que olham pera as naves extremas da igreja, que sam consideravelmente mays bayxas que a do meyo. No cruzeyro da parte do Evangelho mandou fabricar huma capella funda a piedade da Serenisima Rainha Dona Maria Francisca Izabel da Saboya, em honra do glorioso Sam Francisco de Sales. Dá entrada para esta capella hum arco de pedraria, igual em altura e largura com os das duas capellas colaterais. He guarnecido o ditto arco todo de targinhas embotidas, e deste arco pera dentro fica hum vam quadrado e em cada hum dos lados hum arco semelhante em tudo ao da entrada, com os mesmos embotidos e sobre os ditos quatro arcos corre à roda huma linda cimalha muy bem embotida, e della pera cima se segue o tecto da capella, que he em meya laranja, e este tecto ou cupula he lavrado em quadrados de pedra, que vam sempre em diminuiçam pera o meyo da ditta abobeda. Aos dous lados de capella tem lugar dous payneis quadrados de boa pintura, com avultadas molduras de pedra todas muy bem embotidas. O retabolo he todo de pedra com duas colunas por banda, retrocidas, de hum marmore cinzento, com trossos que seguem à volta o retabolo. He o nicho que fica dentro, no qual fica hum nicho, da mesma pedra, muyto bem embotido, e nelle se ve huma imagem do grande Sam Francisco de Sales. Tem o altar seo sacrariozinho com humas colunas proporcionadas ao mesmo sacrarío, de pedra encarnada com seos capiteis e sua cupulazinha por cima, obra em tudo muy perfeyta, e tal he tambem a banquetta de pedra que se ve no altar.

Alem das capellas, de que temos dado conta, ha mays duas no corpo da igreja, huma de cada parte, as quaes sam à face, mas com seo arco de pedra, na altura das capellas colateraes do cruzeyro, as quaes tem seos retabolos ao moderno, com huma coluna por banda, com trosso que segue à volta o retabolo, e dentro do retabolo tem hum paynel muyto bom, com que vem a ficar as duas capellas do corpo da igreja bem compostas e ornadas.» (1)

Reedificada a Igreja deitaram os padres mãos à obra da construção do Convento, tendo para tal adquirido umas casas junto ao templo que tiveram de deitar abaixo para ali erguerem as restantes dependências conventuais.

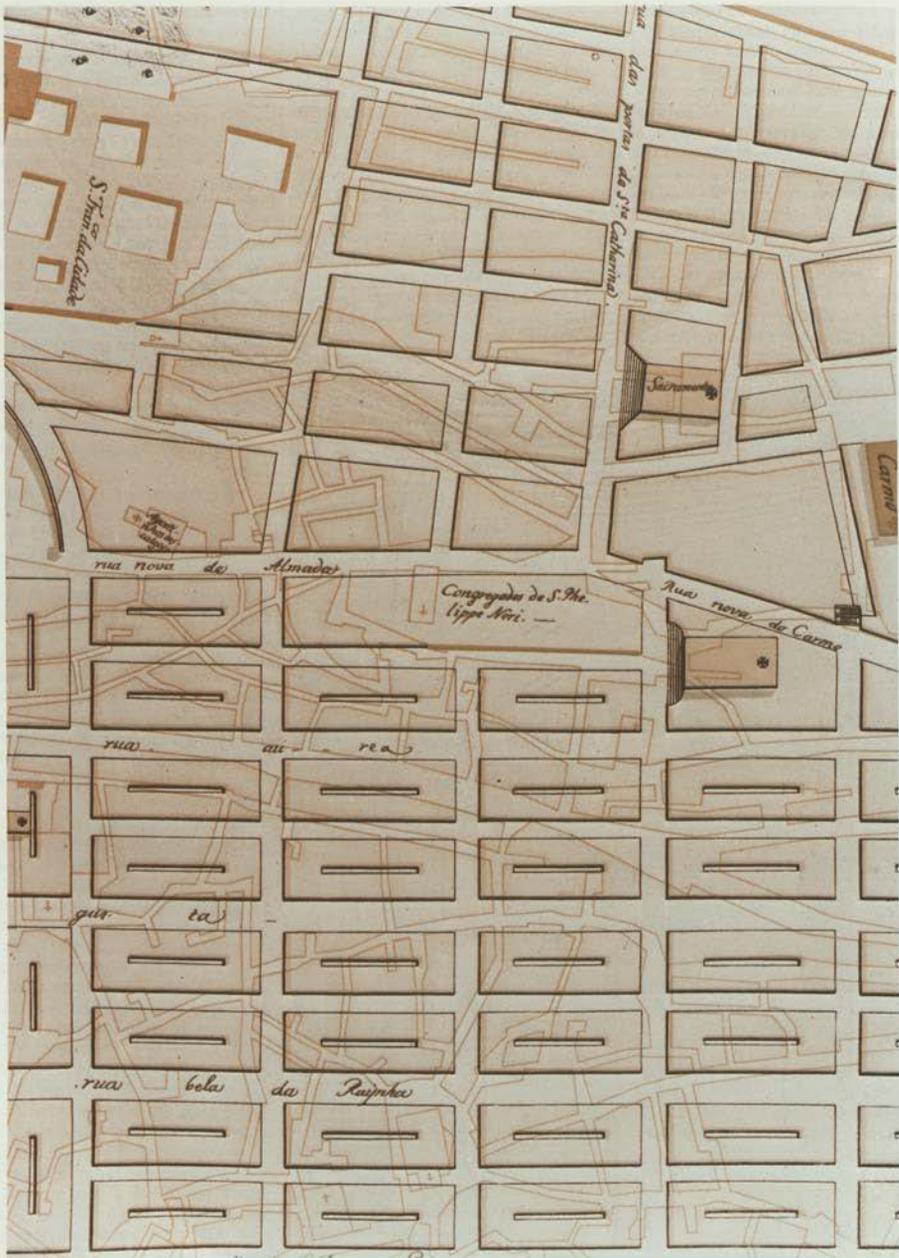
Para o novo Convento do Espírito Santo da Pedreira mudaram-se os Ora-

torianos, em 1674, com Procissão de grande aparato.

Mas a edificação desta construção seiscentista não ficaria por ali, pois bem depressa foi necessário ampliar o Convento que já não comportava todos os seus Congregados. Aliás, desde os finais do século XVII até às vésperas do Terramoto de 1755 vamos assistir a várias campanhas de obras, ou tentativas de melhoramento do espaço conventual. Sabemos que a construção do primitivo Convento do Espírito Santo da Pedreira não segue um plano de raiz, e sendo os dados tão pouco claros quanto às obras feitas depreendemos terem estas resultado de sucessivos acrescentos feitos à medida das necessidades, procurando sempre, como veremos, manter uma imagem na cidade, digna de uma importante Congregação. Mas também como veremos nem sempre o conseguiram fazer.

Ainda nos finais do século XVII compram os Padres um novo conjunto de casas que corriam por detrás da Igreja e que occupava uma faixa de terreno sobre a actual Rua do Crucifixo, e ao que consta por preço muito elevado (2). Demolidas estas, foi possível construir no local dois andares com casas para alugar, sobre um piso de lojas, servindo estas com as suas paredes de grande espessura, como sustento a dois pisos de dormitórios. Estas obras estenderam-se já pelos principios do século XVIII, daí resultando um conjunto de dormitórios, conhecidos pela boa vista que deles se desfrutava para a cidade (3).

De toda esta obra dá-nos noticia o já mencionado texto anónimo: «E porque foram crescendo os Padres em numero e viviam com grande aperto, foram obrigados, por ampliar o edificio, a comprar na rua que fica por detraz da igreja e vem do sitio chamado Crucifixo, muytas moradas de casas, por excessivo preço, as quaes vieram a custar ainda mays, porque sendo necessário derrubar todas, e sobre o custo do dezuilhu se seguiu o gasto de abrir largos e profundos alicerces, pera alugar, e como os tectos dellas sam de abobeda que demandam grandes repuxos nas paredes, bem se deya entender o custo que a fabrica das ditas casas podia fazer. E agora sobre o ditto segundo andar vam levantando hum dormitorio, que tambem ha de ser muyto custoso por rasam da grossura das paredes, pera fabricarem ainda dormitorio superior.» (4).



Convento do Espírito Santo da Pedreira no século xviii

Plano de reconstrução de Lisboa

A rosa onde aparece indicada a mancha ocupada pelo Convento, com a sua fachada irregular, antes do terramoto de 1755. No Plano Pombalino o

Convento, ocupando uma área mais reduzida, vai integrar-se no quarteirão, mantendo a linha das fachadas da Rua do Crucifixo

Por menor da Planta topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos Arquitectos Eugénio dos Santos

Carvalho e Carlos Mardel

Litografia, Museu da Cidade de Lisboa

Em 1665, por decisão do Presidente da Câmara⁽¹⁾, tentando melhorar a circulação numa das zonas mais concorridas de Lisboa, foi aberta a Rua Nova do Almada, considerada para a época uma artéria espaçosa. Da abertura desta Rua que corria à margem do Convento do Espírito Santo da Pedreira beneficia a Congregação. Todavia, o entroncamento desta com o Chiado e o Convento ali construído dificultava de tal modo o trânsito que, em 1729, são os próprios Padres Oratorianos que avançam com uma solução para o problema. Propõem assim à Corte a avaliação para compra de seis casas que ficavam na Rua Nova do Almada, Chiado e Calçada de Paio de Novais, de forma a poderem continuar a construção do seu Convento, regularizando a fachada, alinhando-a pela Igreja, e, erguendo uma nova Portaria, deixando ainda espaço para um pequeno largo. Deste pedido resultou o Decreto de 12 de Julho de 1729 visto se considerar a proposta de «grande utilidade à formosura e ornato da cidade»⁽²⁾. As avaliações foram feitas mas a obra não se fez, apesar do Convento apresentar algumas paredes arruinadas e uns «pontões» a ameaçarem desmoronamento,⁽³⁾ restos provavelmente das dependências da antiga Irmandade do Espírito Santo.

Alguns anos mais tarde o problema mantinha-se o que levou a Câmara a intimar a Congregação para a reparação dos ditos «pontões» e paredes arruinadas⁽⁴⁾. Aliás, em 1753, o Vereador Ma-

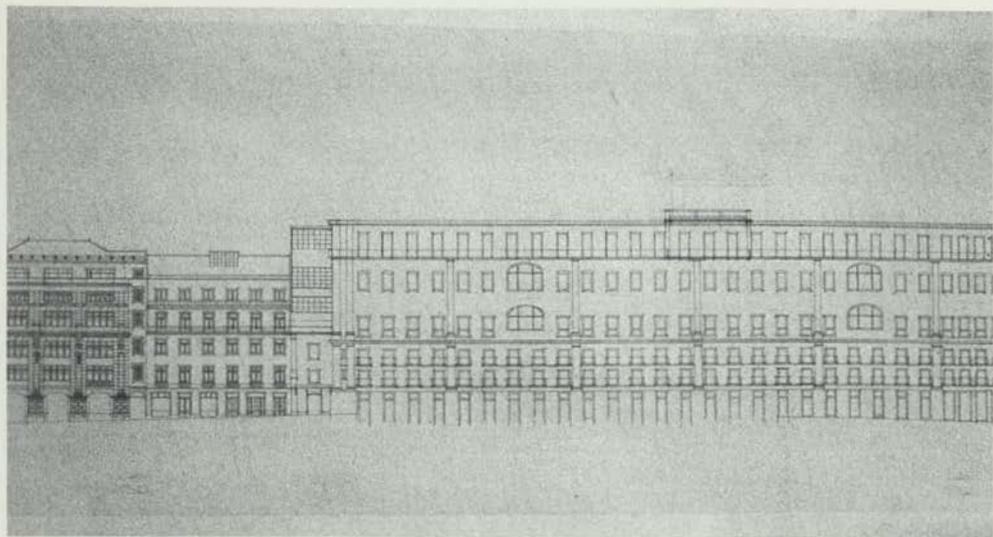
nuel de Campos, servindo-se de vistoria e medições do terreno, levadas a cabo pelo arquitecto Eugénio dos Santos, propõe a regularização da fachada do Convento e a criação de um espaço liberto para o público no topo do Chiado, mediante a demolição de uma série de casas⁽⁵⁾.

Uma vez mais a obra não chegou a ser executada. E cerca de dois anos depois, em 1755, o solo treme em Lisboa e deita por terra, quase na totalidade, o Convento do Espírito Santo da Pedreira.

Sobre os estragos causados diz-nos Fr. António do Sacramento nas suas «Memórias...»: «O terreno lançou em terra a Igreja e parte dos dormitórios, e o fogo que se lhe seguiu reduzido todo a combustível e cinzas. Ficarão em pé as paredes do dormitório grande que cahia para o norte, os quais, apeado o dormitório de cima, em anos adiantados se cobrirão de telhas para se alugarem os baixos»⁽⁶⁾.

Enquanto aguardam a reconstrução do Convento, os Padres mudam-se para as Necessidades, Convento-Palácio, construído por D. João V para a Congregação do Oratório e para a própria Corte. Ali não sentiam a falta da cerca, do jardim, nem a exiguidade do espaço, como no Espírito Santo da Pedreira.

O projecto da reconstrução do novo Convento que passa a integrar-se na nova malha proposta para a reedificação de Lisboa é da autoria de José Joaquim Ludovice (?-1803) (17), filho do arquitecto de Mafra.

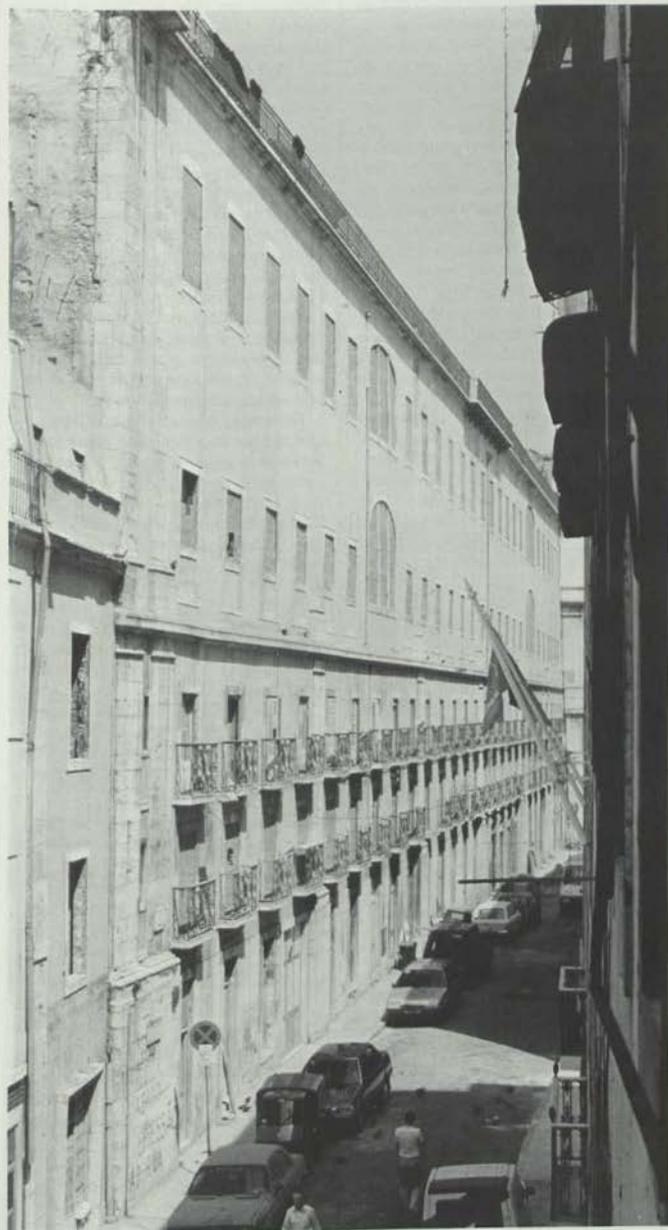


Fachada posterior do edifício antes do incêndio de 1988
Primitiva fachada do Convento Seiscentista, acrescentada de um piso no século XIX, e
de novas aberturas e janelas.
Alçado. Gabinete do Chiado. CML



Fachada posterior do edifício depois do
incêndio de 1988

Fachada da Rua do Crucifixo depois
do incêndio



O Convento pós-terramoto
Reconstituição
A — Igreja
B — Pátios
C — Dormitórios
Planta de Nuno Rodrigues

Neste novo edifício praticamente construído de raiz, o arquitecto não ignorou os pisos que deitavam para a Rua do Crucifixo e que, como dissemos, não ruíram com o Terramoto devido à robustez da própria construção. Antes, integrou-os no seu plano, até porque eles facilitavam a articulação dos espaços que deitavam para o Crucifixo, Rua Nova do Almada e Rua Nova do Carmo, vencendo admiravelmente a grande diferença de cotas que correspondem a três pisos de construção. A importância desta fachada justifica o ajuste feito no alinhamento do plano pombalino que torce junto à Rua do Crucifixo, como pode ser facilmente observado na planta Topográfica.

A reconstrução do Convento do Espírito Santo da Pedreira é dada como concluída no ano de 1792. Contudo, só em 1833 é que os Padres Oratorianos regressam ao Chiado, e não por muito mais tempo. Um ano depois, por decreto, são extintas todas as Ordens Religiosas; os Padres da Congregação obtiveram, apesar de tudo, autorização para ficarem, até 1835, instalados no Convento, ministrando as suas aulas, actividade que lhes granjeou grandes privilégios, e protecção por parte da Corte.

2 — O PALÁCIO BARCELINHOS E OS ARMAZÉNS DO CHIADO

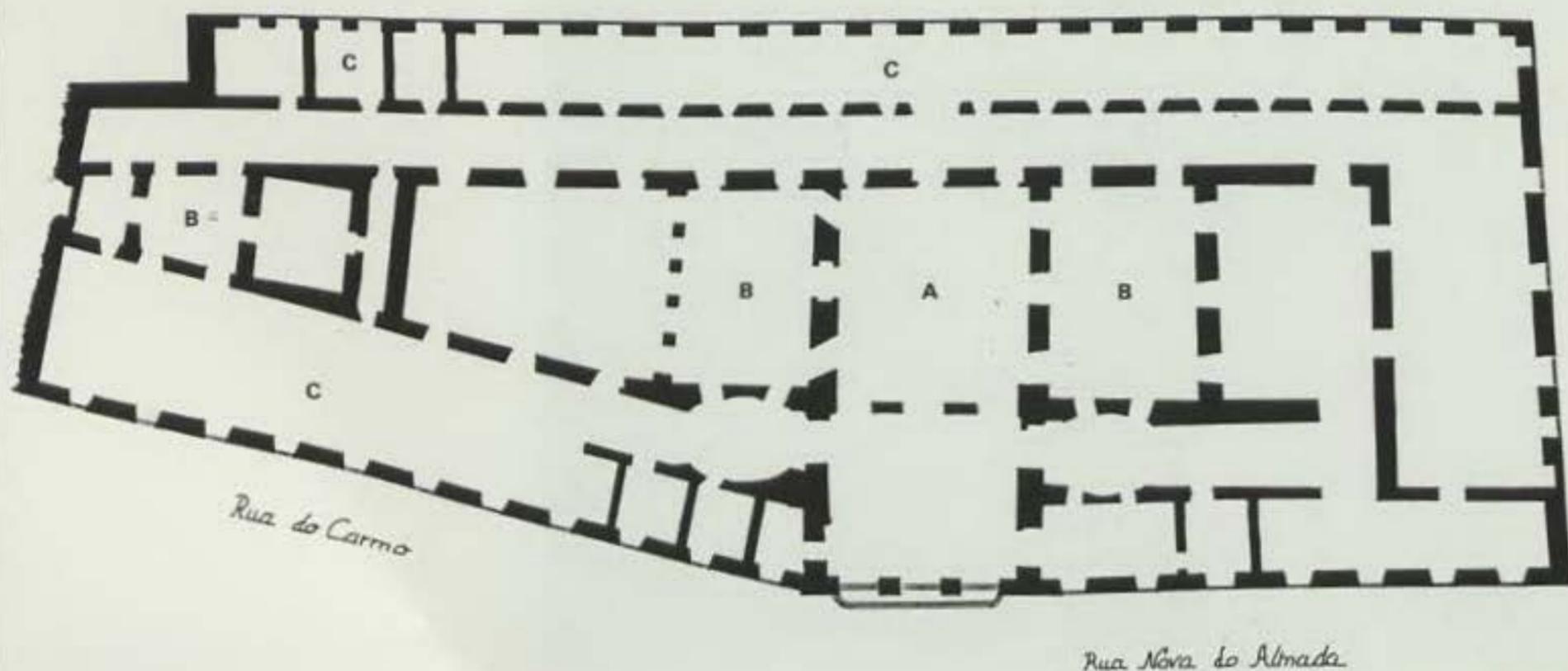
Passando por quartel da 1.ª Companhia da Guarda Municipal a Repartição de Saúde Pública, o antigo Convento do Espírito Santo e todo o seu recheio — à semelhança do que aconteceu com

grande parte das casas religiosas — é vendido «ao desbarato»⁽¹⁸⁾, e a Casa comprada, em 1836, por Manuel José de Oliveira (1774-1847), homem de negócios, conhecido pela sua grande fortuna por Manuel dos Contos. Por mercê da Rainha D. Maria II, consegue o Título de Barão de Barcelinhos, nome porque passa a ser designado o outrora Convento: Palácio Barcelinhos⁽¹⁹⁾.

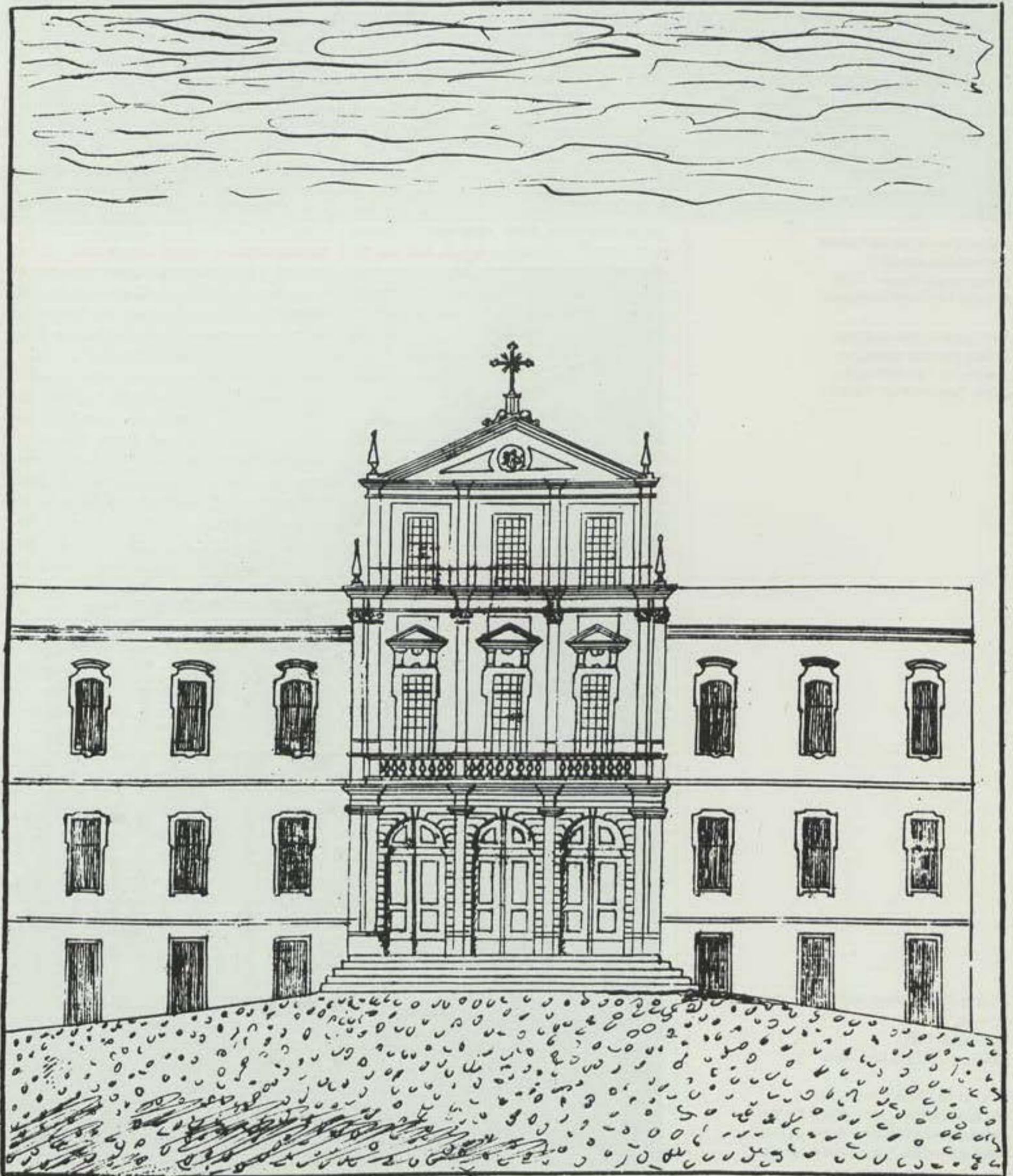
Ao ser adoptado a Palácio, o edifício sofreu algumas obras importantes, das quais, à excepção das do exterior, principalmente as da fachada do corpo principal, correspondendo à Igreja conventual, pouco ou nada sabemos. Os primeiros dados que possuímos de alterações introduzidas datam somente de 1899, época onde ainda se podia fazer uma leitura de grande parte das estruturas conventuais⁽²⁰⁾. Mas da arquitectura do edifício adiante nos ocuparemos.

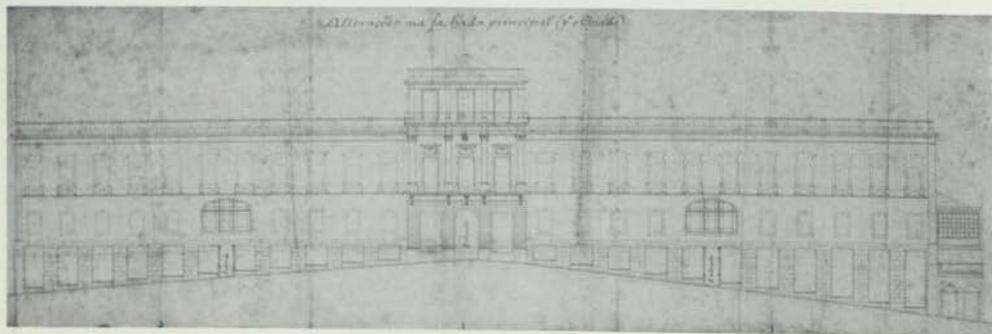
Sabemos, contudo, que o Barão reservou para sua habitação parte do piso térreo e o andar nobre do edifício, deixando as restantes partes para fins muito diversos. Ali foram instaladas Associações, Academias, Lojas, Hotéis (Hotel dos Embaixadores — antes de 1845; Hotel Europa — 1842-1912; Hotel Universal — ?-1850 (?); Hotel Gibraltar — ?-1878 (?). Por ali passaram grandes figuras da cultura portuguesa e ali se representaram peças, ouviu-se ópera, tocaram bandas e grandes orquestras, etc.⁽²¹⁾.

Na madrugada de 29 de Setembro de 1880, um incêndio atingiu gravemente parte do Palácio Barcelinhos. As áreas mais danificadas foram as instalações



Fachada da Igreja pós-terramoto
Desenho. Anónimo. Séc. XIX
Publicado por Luiz Gonzaga Pereira,
Monumentos Sacros de Lisboa em 1833, 1927, p. 123





*Fachada principal do Palácio
Barcelinhos em 1912*
Processo de obras n.º 495
Arquivo Histórico Municipal

A antiga frontaria da Igreja
sofreu grandes alterações
quando da transformação
deste Convento em Palácio



*Palácio Barcelinhos. Fachada da Rua
Nova do Almada*
Fotografia. 1888
Museu da Cidade de Lisboa

No final do século XIX estava
instalado no Palácio o Hotel Gibraltar
e algumas lojas no piso térreo da Rua
Nova do Almada, vítimas de incêndio
que a fotografia documenta

dos hotéis Europa e Gibraltar, algumas lojas que deitavam para a Rua Nova do Almada, o atelier do importante fotógrafo da Casa Real J. Camacho, e a antiga Capela do Palácio, perdida irremediavelmente.

Este sinistro foi a razão encontrada pelo Engenheiro Miguel Pais para propor, em sessão de Vereação da Câmara, a demolição do corpo central do Palácio para ali construir um largo ajardinado. A este projecto acrescentaria ainda outras propostas de melhoramentos para a cidade, tais como a instalação de elevadores no Palácio, bem como a abertura de uma escadaria, junto ao topo sul do edifício, com serventia para a Rua do Crucifixo. Na sequência destas propostas que não ficaram senão pela intenção, propôs ainda a Câmara a abertura de uma escadaria pública, na parte central do Palácio, para estabelecer a comunicação entre Chiado e Rua do Crucifixo⁽²²⁾.

Reparados os estragos do incêndio, tudo viria a ficar como antes, deixou apenas de existir a capela.

A partir deste final de século, dando continuidade comercial a uma série de lojas, já mencionadas, que deitavam para a Rua Nova do Almada, instalou-se, em 1894, no edifício a «Companhia dos Grandes Armazéns do Chiado». Estes Armazéns, não aguentando a concorrência que os já então florescentes «Grandes Armazéns do Grandela» lhe fizeram, encerravam as suas portas mais tarde. «Os Grandes Armazéns do Chiado» que chegaram até nós, tem início em 1899 numa parte do andar nobre do Palácio. A área reservada para estes estabelecimentos é alargada sucessivamente em 1904 e 1912, ano em que as pequenas lojas de comerciantes independentes são absorvidas. Mas só em 1927 passaram a ocupar todo o edifício, então comprado pela firma Nunes dos Santos e C.ª, aos herdeiros do Barão de Barcelinhos.

Neste ano fazem-se grandes modificações no interior e exterior do edifício: deitam-se paredes abaixo, introduzem-se elementos vários de arquitectura do ferro, abrem-se novos compartimentos, novas escadas, novas janelas, montas⁽²³⁾.

Do antigo Convento subsistem apenas as grandes paredes-mestras e as fachadas já com as alterações introduzidas; do Palácio ficam-nos alguns elementos da decoração dos interiores das salas, e principalmente do corpo central.

Muitas mais modificações foram levadas a cabo nestes anos de existência

dos Armazéns até ao incêndio de Agosto de 1988, último que deixou em pé pouco mais do que as paredes-mestras do Convento do Espírito Santo da Pedreira, construído depois do Terramoto de 1755.

3 — AS ARQUITECTURAS DO EDIFÍCIO

O convento edificado nos finais do século XVII, numa zona da cidade com uma densa malha urbana, não deveria apresentar grande unidade formal. Primeiro, pela, já por nós referida, exiguidade do espaço; segundo, pelo reaproveitamento de um já pré-existente templo e de outras dependências, como o Hospital, ligadas à Irmandade do Espírito Santo da Pedreira, que o novo edifício passa a integrar, e que, como ficou registado, não apresentavam as melhores condições, ameaçando mesmo ruína.

Destas duas realidades físicas e tomando algumas panorâmicas e plantas de Lisboa pré-terramoto podemos deduzir que o Convento seiscentista era uma justaposição de corpos interligados e articulados por pequenos pátios-saguões, denunciando, provavelmente, uma planta irregular, faltando-lhe a tão cobiçada cerca e jardins de que os Padres se queixavam. A própria fachada não era regular nem simétrica, devido ao traçado urbano medieval que acompanhava. O esforço de uniformização fizeram-no os Oratorianos com a construção da importante fachada que deitava para a Rua do Crucifixo.

Esta que, como ficou dito, subsistiu parcialmente ao terramoto e cuja construção se baliza entre os finais do século XVII e inícios do século XVIII, é marcada por um piso térreo de lojas e quatro pisos com inúmeras aberturas; os dois primeiros correspondem à estrutura de suporte dos dois superiores, que serviam de dormitórios. Somente um destes pisos ruiu com o terramoto, mas no plano de reconstrução foi reposto com o mesmo desenho. Mais tarde, com as modificações do Palácio, foi-lhe acrescentado mais um piso que ruiu com o incêndio último; também algumas das janelas foram transformadas em grandes janelões para servirem aos Armazéns.

É esta importante fachada de «estilo-chão» denunciado pela simplicidade e austeridade decorativa e principalmente pelo ritmado dos vãos (janelas e portas). Estas particularidades, pesem embora as

Edifício depois do incêndio.
Corpo Central: Espaço da antiga
igreja setecentista

alterações sofridas posteriormente, fazem desta fachada um bom exemplo da arquitectura maneirista conventual portuguesa⁽²⁴⁾, da relação entre cidade e edifício, e da compreensão da arquitectura com carácter utilitário. Este elemento do Convento primitivo é comparável a outros conjuntos conventuais seiscentistas construídos em Lisboa, pelas suas enormes afinidades arquitectónicas; referimo-nos ao Convento da Encarnação e ao Convento de Santos-o-Novo, por nos parecerem os mais significativos.

O estado de ruína que o Convento apresentou depois do terramoto levou à realização de um projecto para uma nova casa que tinha como limitação imposta, como atrás ficou dito, a necessidade de integrar as estruturas do antigo dormitório e de se inscrever dentro do novo plano urbanístico aprovado pelo Marquês de Pombal, para Lisboa.

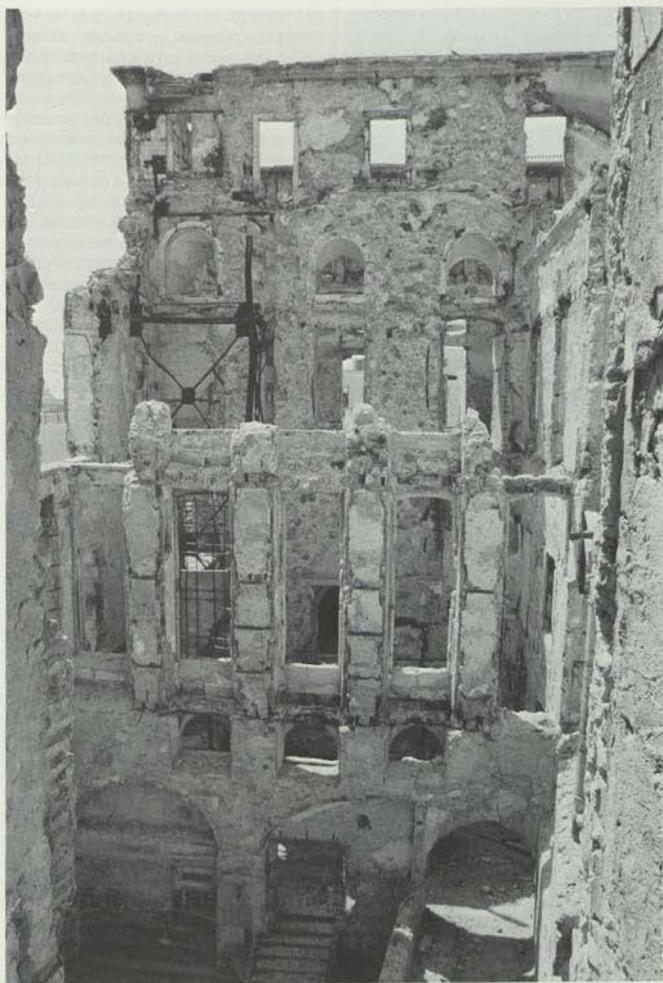
J. Ludovice teria pensado um plano diferente do que foi executado e chegou até nós, pelo que se depreende do texto de Luiz Gonzaga Pereira, que nos fala de uma Igreja com «alçado sumptuoso» voltada a sul, «com frente para o Pote

das Almas», e de uma portaria-mor que ficava no corpo central do Edifício, onde se veio a construir a Igreja⁽²⁵⁾. Este plano, que pelas referências abrangia uma área muito mais vasta, dá-o o autor como desaparecido, nem ele mesmo tinha visto o desenho, mas «pessoa entendedora»⁽²⁶⁾. Assim, tal como aconteceu em relação a muitos projectos delineados para a Lisboa pombalina, o plano executado acabaria por ser reduzido (não chega até ao sítio do Pote das Almas) e resultou no Edifício que chegou até nós pesem embora as alterações e catástrofes que o Convento sofreu.

Hoje são claras as linhas-mestras da traça de Ludovice. Este arquitecto regularizou a fachada principal, no qual sobressaía, discreto, um corpo central ocupado pelo Templo e Portaria, e articulou Dormitórios, Refeitório, Casa do Capítulo, «Oratório», Biblioteca e outras dependências conventuais em torno de pátios. Magistral foi a integração da antiga fachada da Rua do Crucifixo que elevou, repetindo o desenho arquitectónico.

J. Ludovice resolveu ainda algumas questões tais como a articulação entre o





Aspectos do interior do edifício depois do incêndio. Pátio e Corpo Central

edifício e a cidade, ou seja, entre o Convento e o meio que o rodeava; e resolveu dentro da linha das propostas da baixa pombalina a integração da Igreja Conventual que se diluiu não só no próprio edifício, como passou a ser um elemento neutro na malha urbana. Colocou o Templo a meio do edifício distinguindo-o pela fachada, tal como seu pai fizera em Mafra, tal como Manuel Caetano fez no outro Convento da Congregação dos Oratórios, o Convento das Necessidades. Aliás, Mafra e Necessidades são dois marcos importantes para a concepção do novo Convento do Chiado. A Mafra, Ludovice vai buscar alguns arranjos arquitectónicos; às Necessidades, para além de um «ideal» de composição da fachada, vai buscar a ideal organização de um espaço conventual para Padres Oratorianos.

Como afirma P.V. Gomes «a favor da "Lei da Necessidade", haviam estado, (...) os delineadores da Lisboa pombalina (...). Estava esquecido, ou era recalçado o exemplo da arquitectura do João Antunes, Ludovice, Canevari, Mardel...» (27). No caso do Convento do Espírito Santo da Pedreira era «recalçado» o exemplo de João F. Ludovice por seu filho.

É um exemplar tardo-barroco e do ecletismo da arquitectura portuguesa do século XVIII, onde se mistura a escola de Mafra, pontualmente as Necessidades, o «pombalino» e um gosto neoclássico, que pode ser perscrutado, quer nos arranjos exteriores, na sobriedade e simetria

clássica das fachadas, quer nos arranjos de paredes, ondulados dos interiores (destruídos já posteriormente).

Pela escassez de material iconográfico e documental (e esta premissa é válida para todas as épocas), não sabemos com exactidão quais as alterações que o Convento sofreu logo em 1836, ao ser adaptado a Palácio. Como o espaço foi desde logo reaproveitado no interior, pouco ou nada sabemos, à excepção da Igreja que deu lugar à entrada nobre e escadaria de acesso aos restantes pisos, e do retalhamento dos pátios, que mais tarde foram completamente fechados.

Contudo, sabemos que a frontaria do templo foi modificada de forma a perder o seu carácter religioso e adquirir uma «facies» palaciana. Assim, e de acordo com um desenho «copiado do natural, a tempo que se punhão andares para o destruir», publicado nas *Memórias* de Luiz Gonzaga Pereira (28), as três portas ladeadas por colunas, deram, respectivamente, lugar a uma porta central e dois janelões, e a simples pilastras de gosto neoclássico; as colunas apeadas, segundo Matos Sequeira, foram aplicadas no peristilo da Escola Politécnica aquando da sua reconstrução, após o incêndio de 1843 (29). Hipótese que quanto a nós carece de confirmação arqueológica, já que o único dado certo dá-as como estando na «Ribeira das Naus» (30). A varanda foi derrubada, bem como a balustrada, cornija e remate triangular foram simplificados ou substituídas. Sob as ja-

Grandes Armazéns do Chiado
Postal Ilustrado. CTT 1916



nelas do 1.º andar recebe o Brasão do Barão de Barcelinhos, elemento heráldico que ali se manteve até hoje. Provavelmente, neste período, o corpo central foi acrescentado de um piso (acima do telhado da Igreja), bem como a Ala Norte dos antigos dormitórios, como dissemos. Mais tarde, durante os finais do século e durante o século XX, foram adicionados estúdios e outras dependências, aproveitando vãos de telhado e saquões.

O processo de obras do Arquivo Histórico da CML (n.º 495) fornece-nos elementos parcelares do Palácio em 1899 — mostrando-nos ainda zonas do Convento, tais como os quartos —, e de algumas campanhas de obras (1904/05 e 1912) levadas a cabo para a instalação dos Armazéns, nada constando dos Hotéis.

Mantendo-se os traços gerais do edifício, foram rasgadas janelas, montras, os pátios foram telhados; abriram-se paredes que deram lugar a exemplos pontuais e rudimentares da arquitectura do ferro; substituíram-se escadas; fizeram-se decorações em estuque, como as que no incêndio último ficaram irremediavelmente perdidas, deixando contudo perceber a existência de uma decoração em ferro, dos finais do século (sendo as primeiras das obras de 1927); destruíram-se abóbadas e abobadilhas de espaços criados para vencer no intervir as grandes diferenças de cotas, assim como o que ainda restava das divisões que haviam servido aos Oratorianos, como quartos.

Muitas destas estruturas, principalmente as de carácter mais «efémero», perderam-se total ou parcialmente com o incêndio de 1988.

Somente as paredes-mestras do antigo Convento permanecem de pé.

4 — A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Perante a leitura comparativa da mancha correspondente ao Convento, nas plantas de Lisboa, antes e depois do terramoto, pensamos poder afirmar que a superfície total ocupada pelo edifício, embora idêntica, se alterou aquando da sua reconstrução, passando a ocupar uma área mais regular, mas menos vasta, o que nos parece natural dada a sua inserção na nova malha urbana. Aliás, no «Plano de 12 de Junho de 1758» para a reconstrução de Lisboa aparece a seguinte referência, que corrobora o que



Armazéns do Chiado depois do incêndio
Corpo Central: pormenor da decoração do Palácio

ficou dito: «... dando-se aos Padres Congregados o ângulo entrante, que está no largo do dito Crucifixo, em lugar de algum pedaço, que lhe tomem em cima para romper a Calçada de Payo Novais...»⁽²¹⁾.

O Convento estendia-se mais para sul do lado da Rua Nova do Almada e para além da Rua das Portas de Santa Catarina (Rua Garrett), ocupando uma área irregular, isto antes do Terramoto.

A IGREJA

A Igreja do Espírito Santo da Pedreira, reedificada no século XVII pelos Oratorianos, era de três naves, coberta com abóbada de caixotões e decorada com trabalhos de embutidos, como atrás ficou descrito. A sua frontaria ficava voltada à rua Nova do Almada e tomando como próximas do real as plantas da cidade, esta localizava-se no topo sul do Con-

vento, provavelmente em frente ao local onde se abrem hoje as Escadinhas de S. Francisco⁽²²⁾.

Deste templo nada subsistiu. A nova Igreja desenhada por José Ludovice passa para o centro do edifício, com fachada voltada ao Chiado. Desta nova Igreja, apesar das grandes modificações, quer na frontaria, quer no interior, ficou-nos o espaço definindo um templo de uma só nave como coro-alto para servir às missas cantadas que os Padres Oratorianos celebravam em certas ocasiões, como os seus Estatutos, de 1670, testemunham⁽²³⁾; era amplamente iluminada, quer por janelões, quer por aberturas semicirculares abertas obliquamente nas paredes laterais, por forma a aproveitarem melhor a entrada dos raios solares. Junto da Igreja que tinha serventia pública mas era fechada à noite, ficava a Portaria⁽²⁴⁾.

O já mencionado autor, Luiz Gonzaga Pereira faz-nos deste espaço, em 1833, a seguinte descrição: «A sua planta da Igreja interina he para 400 fiéis com pouca diferença, e o seo nobre e vistozo alçado, que serve de Igreja, porem o deve vir a ser da portaria mór, he conforme a copia junta a esta collecção de Memórias, o qual foi copiado do natural, a tempo que se punhão andames para o destruir. Possui 5 capellas com a primeira, que he dedicada ao Espirito Santo; 4 lateraes, entre os dous lados, as quaes se conservão com muita descencia e veneração, avendo neste santo templo, além dos exercicios cotidianos, todos os dias á noite, hum ajuntamento de muitas religiozas pessoas á devoção da oração mental; huma Congregaçãõ de Irmãos de Caridade, que impregão as suas óras vagas á noite e aos domingos para sollicitarem a caridade para secorrer infelizes.»⁽²⁵⁾

OS DORMITÓRIOS

Vimos já que, quer no Convento primitivo, quer no construído posteriormente ao terramoto, os dormitórios ocupavam uma grande ala em dois pisos, sobre uma autêntica estrutura de «cripto-pórtico», com os tais espaços para alugar, e que não tinham à época qualquer comunicação com o Convento. Este «cripto-pórtico» impressionou o engenheiro Miguel Pais que comentou ser «uma magnífica muralha, ligada com os fundamentos da fachada principal por

boas abóbadas; a parte inferior daquele considerável edifício completa pois um todo perfeitamente sólido e de grande resistência»⁽²⁶⁾.

Sabemos também que Ludovice, indo ao encontro de uma enorme necessidade de espaço de que a Congregação se vinha queixando, concebeu novos dormitórios deitando para a rua do Carmo e Rua Nova do Almada, destruídos para alargamento das lojas que ali, mais tarde, se estabeleceram.

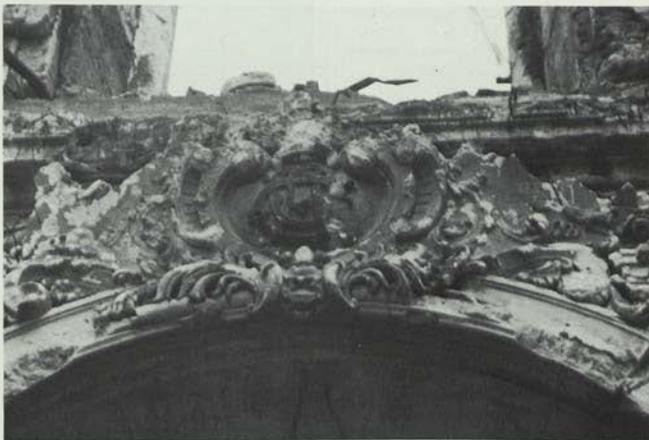
RESTANTES DEPENDÊNCIAS CONVENTUAIS

Era no coração do edifício que ficariam as restantes dependências conventuais, ocupando áreas articuladas em redor de pátios. Estes eram autênticos saguões para onde se abriam as janelas das diversas dependências, entre elas a Igreja — entalada entre dois pátios no Convento pós-terramoto, —, solucionando os problemas de iluminação e arejamento.

Edifício depois do incêndio
Corpo Central: janelas da antiga Igreja setecentista.
Note-se nas paredes a estrutura da «Gaiola» pombalina



Monograma dos «Grandes Armazéns do Chiado»



Por outro lado, estes pátios que também têm uma função distribuidora, são substitutos do antigo claustro conventual, não só por uma necessidade física, de espaço mas porque a função simbólica da castra, enquanto local de retiro e meditação, perdia-se com a abertura ao mundo exterior das ordens religiosas. Facto aliás mais significativo junto a uma Congregação que tinha como mester o ensino.

Ficamos sem saber onde é que os Padres davam as suas aulas que, à semelhança do que acontecia no Convento das Necessidades⁽⁷⁾, deveria ser numa zona específica. A testemunhar esta ideia encontramos um desenho (alçado de planta), no Arquivo do Ministério das Obras Públicas, de uma porta, indicada como sendo a «Porta exterior da entrada para a loja e claustro das aulas do Convento do Espírito Santo de Lisboa»⁽⁸⁾.

Por fim, restava também sabermos qual o espaço dedicado ao refeitório — local importante de convívio segundo os já mencionados Estatutos, assim como o «Oratório», onde os Padres se recolhiam várias vezes ao dia para, em silêncio, proferirem as suas orações.

(1) O Projecto de reconstrução está a cargo do Arq. Siza Vieira que irá transformar o antigo Convento numa unidade hoteleira.

(2) À data já a Irmandade recebia doações para sustento dos pobres. Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, Tomo 3, p. 444/445.

(3) Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas (...) que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, 1939 (reedição do livro quinhentista), p. 41.

(4) *História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, 1972, Tomo II, p. 143.

(5) Lembrando a função de recolhimento que nesta época os Hospitais tinham, viviam ali doze pessoas pobres. Mário Costa, *O Palácio Barcelinhos e o seu Antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira*, Lisboa, 1959, p. 7.

(6) João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, Lisboa, 1758, V Parte, p. 640.

(7) *História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, 1972, Tomo II, p. 144-145.

(8) Idem, p. 146.

(9) Idem.

(10) Idem, *Ibidem*.

(11) Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*; Lisboa, Tomo VI, 1893, p. 529-530.

(12) Idem, Tomo XII, 1903, p. 269-271.

(13) Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, Lisboa, 1939, vol. II, p. 126.

(14) Idem.

(15) Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., Tomo XV, p. 468-469.

(16) «Memórias curiosas em que por estes anos de 1778, se acham as principais cousas da Corte de Lisboa», cit. por Mário Costa, op. cit., p. 15-16; Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., vol. XV, p. 456-457.

(17) Viterbo, *Dicionário Histórico e Descritivo dos Arquitectos e Engenheiros Civis Portugueses*, Lisboa, IN-CM, 1988, vol. II, p. 102. Não se conhece outra obra deste arquitecto.

(18) Palavras usadas por Manuel Pinheiro Chagas na sua *História de Portugal*, Lisboa, vol. 7, p. 624.

(19) Por vezes aparece também a designação de «Palácio Ouguela», visto a viúva do 1.º Barão de Barcelinhos ter casado, em terceiras núpcias, com um Visconde de Ouguela. Mário Costa, op. cit., p. 20.

(20) Vejam-se as Plantas incluídas no Processo de Obras n.º 495, Arquivo Histórico Municipal.

(21) Sobre esta efervescência vivencial e sobre todos os organismos que por ali passaram vejam-se os artigos de Mário Costa, op. cit.; Ildio Rocha, «O Casarão dos Armazéns do Chiado», in *História*, n.º 112, Ano X, Set., 1988, p. 28-43.

(22) Mário Costa, op. cit., p. 24-25.

(23) Processo de Obras, n.º 395, A.H.M.

(24) Vejam-se outros exemplos. George Kurler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521-1706*, Lisboa, 1988.

(25) Luiz Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927, p. 123.

(26) O Projecto de J. Ludovice, não ficou perdido. Actualmente é propriedade particular, inédito, e foi apresentado, num diapositivo pelo Arquitecto Siza Vieira em comunicação ao Encontro sobre «Centros Históricos. Sua Recuperação e Reabilitação» — Lisboa — Maio 1989.

(27) Paulo Varela Gomes, *A Cultura Architectónica e Artística em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, 1988, p. 97.

(28) Luiz Gonzaga Pereira, op. cit., p. 122.

(29) Cit. por Mário Costa, op. cit., p. 18.

(30) Luiz Gonzaga Pereira, op. cit., p. 124.

(31) Sebastião José de Carvalho e Melo, «Plano de 12 de Junho de 1758», cit. por José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1977, 2.ª ed., p. 318.

(32) Esta hipótese carece de confirmação arqueológica.

(33) J.S. da Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa Regulamentos Primitivos*, Coimbra, 1966, p. 8.

(34) Segundo as «Regras Comuns que por costume se devem observar na Congregação» (1670), existia um cargo de «Perfeito da Igreja» que deveria vigiar pela Porta de Igreja e Portaria. J.S. da Silva Dias, op. cit., p. 74.

(35) Luiz Gonzaga Pereira, op. cit., p. 122.

(36) Cit. por Mário Costa, op. cit., p. 6.

(37) Manuel H. Córte-Real, *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, 1983.

(38) *Colecção de Desenhos Avulsos*, n.º 298, Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas.

INCÊNDIO DA ZONA DO CHIADO

CABELEME
STA

RELATÓRIO DO REGIMENTO DE
SAPADORES BOMBEIROS A APRESENTAR
NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
SOBRE CENTROS HISTÓRICOS (1989)



1 — CARACTERIZAÇÃO DA ZONA ATINGIDA

Antes de iniciarmos a apresentação do tema principal, convém fazer uma descrição genérica do tipo de construção existente na zona do Chiado, com especial relevo para os Armazéns Grandela e Chiado.

Os Armazéns Grandela onde o incêndio teve origem é um edifício de construção antiga, com paredes de alvenaria, pavimentos em madeira assentes sobre estrutura em perfis metálicos, tectos estucados, diversas divisórias em tabique e madeira.

As escadas são na sua maioria em madeira e a estrutura da cobertura mista de madeira e metálica.

As fachadas caracterizam-se pela existência de numerosos envidraçados de portas e janelas constituindo uma percentagem elevada da superfície total das fachadas.

Em planta o edifício ocupa uma área aproximada de 1000 m² estendendo-se desde a rua do Carmo à rua Áurea. A níveis inferiores à rua do Carmo desenvolvem-se 3 pisos e a níveis superiores 5 pisos, estimando-se que a área de construção atingisse os 6000 m².

Não possui compartimentação corta-fogo, quer a nível dos pisos quer entre eles.

As escadas e alguns elevadores não são enclausurados. No seu conjunto o edifício funciona como um único compartimento de fogo. Os armazéns do Chiado têm uma construção muito semelhante no tipo de paredes, pavimentos, escadas e coberturas. Estende-se desde as ruas do Carmo e Nova do Almada até à rua do Crucifixo. Em planta o imóvel ocupa uma área aproximada de 3000 m² e desenvolve-se em 5 pisos, embora alguns deles não atinjam aquela superfície. Estima-se que a área de construção seja próxima dos 13 000 m². Não existe compartimentação corta-fogo e as escadas e elevadores não são enclausurados, funcionando todo o conjunto como um único compartimento de fogo.

Os dois armazéns referidos possuem diversas secções de venda e armazenagem distribuídas pelos diferentes pisos das quais se salientam: pronto-a-vestir, camisaria, sapataria, perfumaria, atalhados, electrodomésticos, audiovisuais, brinquedos, colchoaria, alcatifas, cortinados, plásticos, mobiliário, etc. Os materiais expostos aliados aos elementos de construção e revestimento originavam uma carga de incêndio extremamente elevada.

Não possuem sistema de detecção nem extinção automática de incêndios.

Os restantes edifícios da área sinistra caracterizam-se também por uma construção em paredes de alvenaria, algumas paredes divisórias em madeira e tabique, pavimentos e escada em madeira.

As escadas não são enclausuradas e alguns edifícios têm vãos de comunicação entre si, atravessando paredes corta-fogo. A sua maioria era ocupada por estabelecimentos comerciais e na generalidade não possuíam sistemas eficazes de defesa contra incêndios.

2 — ALERTA

Após a caracterização da zona, iremos descrever o modo como o incêndio se desenvolveu e os processos e meios de ataque aplicados.

O alerta transmitido para a central do R.S.B. via telefone foi registado manualmente às 05.19 h.

No sistema automático de gravação em banda magnética o alerta está registado às 05.14,45 h. A diferença resulta do desfasamento entre os relógios da consola e do sistema de gravação.

É um sistema de gravação simultânea da voz e da hora, é único no País e é exactamente igual ao instalado na London Fire Brigade.



3 — SITUAÇÃO DO INCÊNDIO À CHEGADA DAS PRIMEIRAS VIATURAS

Logo que recebido o alerta, e já que se estavam a receber telefonemas consecutivos para o mesmo local, a central do R.S.B. mandou sair o material de ordenança constituído por 7 viaturas (1 Auto-Chefe de Serviço (ACS), 3 Auto-Pronto Socorro (APS), 2 Auto-Escada Mecânico (AEM) e 1 Auto-Maca (AM)).

Quando o primeiro grupo de pessoal e material chega ao local, depara com um violento incêndio nos Armazéns Grandela que ardem desde a rua do Carmo à rua da Assunção faltando escassos metros para atingir a fachada da rua Áurea.

As chamas propagam-se a todos os pisos e cobertura, passam para o exterior através de vãos de portas e janelas onde a maioria dos vidros já tinham quebrado, elevando-se bastantes metros acima da cobertura. Ouviam-se frequentes explosões seguidas de projecções de línguas de fogo para o exterior. Elementos das fachadas dos edifícios da rua do Carmo, situados frente aos Armazéns Grandela estavam já a arder.

Nas ruas adjacentes a temperatura era elevada, não permitindo a aproximação do pessoal e equipamento.

Este quadro descrito é suficientemente esclarecedor da violência do incêndio. Tudo leva a crer que o fogo se tinha declarado há algum tempo, foi-se desenvolvendo, aquecendo o ar ambiente e os materiais, produzindo gases inflamáveis, isto é, criando as condições que permitiram a generalização instantânea do fogo a todo o edifício (*flash over*).

4 — POSICIONAMENTO DAS PRIMEIRAS VIATURAS

Como já foi referido, logo que recebido o alerta foram enviadas sete viaturas que rodearam o fogo, ocupando as seguintes posições:

- 2 viaturas na parte Sul da rua do Carmo
- 1 viatura na parte Norte da rua do Carmo
- 1 viatura na rua Garrett
- 1 viatura na rua do Crucifixo
- 1 viatura na rua da Assunção
- 1 viatura na rua do Ouro.

A primeira viatura chega ao local às 05.21 h, isto é, 3 minutos após o alarme e posiciona-se na rua da Assunção; a segunda entra pela rua Nova do Almada e estaciona na rua do Carmo às 05.23 h. As restantes ocupam os locais assinalados no mapa até às 05.26 h.

A viatura que entra pela parte Norte da rua do Carmo estaciona nas proximidades do elevador de Santa Justa, não podendo avançar mais devido ao calor intenso, às frequentes explosões, projecção de materiais incandescentes e exis-

tência de elementos de fachada dos prédios frente aos Armazéns Grandela já a arder (toldos, reclamos e janelas). A viatura que entra pela parte Sul da rua do Carmo, pelos mesmos motivos, não consegue aproximar-se dos Armazéns Grandela e 2 minutos após a chegada é obrigada a fazer um primeiro recuo.

A Auto-Escada que entra pela rua da Assunção, quando se preparava, para arvorar, é obrigada também a recuar em direcção à rua Áurea devido à temperatura local e à projecção de material incandescente.

Das viaturas assinaladas no mapa montam-se 2 agulhetas-canhão na rua Áurea e rua da Assunção para retardar a progressão do fogo e a sua propagação aos edifícios adjacentes. Na rua do Carmo montam-se 3 agulhetas de 70 mm e 4 de alta pressão, com a finalidade de evitar a propagação do fogo para Norte e retardar a sua progressão para Sul.

Face à violência do incêndio e às suas dimensões, é pedido o reforço de todo o material disponível.

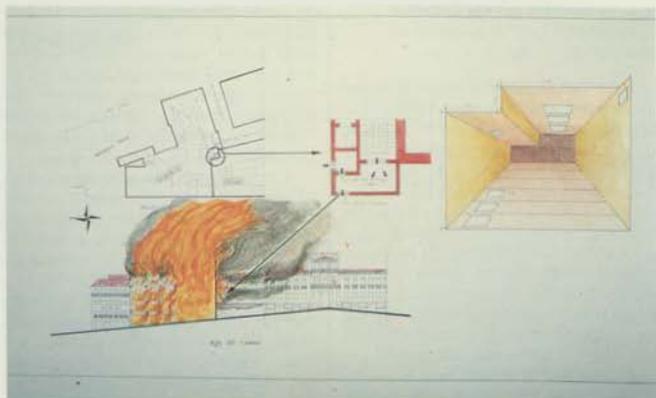
5 — PRIMEIROS REFORÇOS

O primeiro grupo de viaturas que vem em reforço ocupa as suas posições entre as 05.26 h e as 05.36 h, conforme se pode constatar no mapa projectado.

Cerca das 05.30 h as viaturas que atacam o fogo na parte Sul da rua do Carmo são obrigadas a fazer um segundo recuo face à temperatura ambiente, indo posicionar-se nas proximidades da rua Garrett. Na mesma ocasião a auto-escada na rua da Assunção com uma agulheta-canhão a trabalhar, é surpreendida por uma língua de fogo proveniente de explosão ou abatimento de piso dos Armazéns Grandela, que lhe queima a espia da agulheta obrigando-a a recuar para a rua Áurea. A língua de fogo referida, aliada à queda de material incandescente, propaga o incêndio ao edifício fronteiro à fachada dos Armazéns Grandela, na rua da Assunção.

O material que entretanto chega vai reforçar as frente Norte e Leste de modo a evitar a propagação do fogo nestas di-





recções e na sua frente Sul, controlando-o e retardando o seu avanço.

As duas viaturas estacionadas na parte Norte da rua do Carmo, fazem o ataque ao fogo quer a partir da rua quer da sacada e cobertura do edificio do Montepio Geral, impedindo a sua progressão a este imóvel e atacando as fachadas dos edificios frente aos Armazéns Grandela. Na rua do Ouro faz-se o ataque directo ao fogo, utilizando agulhetas montadas em auto-escadas e nas coberturas dos edificios vizinhos.

Na parte Sul da rua do Carmo, mon-

tam-se agulhetas através das coberturas dos Armazéns do Chiado que tentam evitar a passagem do fogo e ao mesmo tempo apagar focos de incêndio nos edificios fronteiras na rua do Carmo provocados por irradiação e projecção de material incandescente.

6 — SITUAÇÃO ENTRE AS 05.36 h e 06.00 h

À medida que os reforços vinham chegando tomavam posição nas frentes



mais afectadas. O quadro dá-nos uma ideia da situação entre as 05.36 h e 06.00 h.

Cerca das 05.45 h, o pessoal que ataca o incêndio na rua do Carmo vê fogo no interior dos Armazéns do Chiado. Faz-se o ataque pelo interior através da entrada principal e de uma montra propositadamente partida para o efeito. Pouco tempo depois verificou-se que o incêndio lavrava já em diversos pisos, caíam grandes quantidades de material incandescente no rés-do-chão, provenientes dos outros pisos e a cobertura estava a ser atingida. É mandado retirar o pessoal do interior e da cobertura dos Armazéns do Chiado.

A passagem do fogo dos Armazéns Grandela para o Chiado verificou-se através de um sauguão existente entre os dois edifícios para o qual havia vãos abertos a diversas alturas.

O esquema apresentado dá uma ideia do sauguão, das aberturas e da passagem do fogo.

Pela análise do quadro podemos verificar a tática adoptada no combate ao incêndio nesta fase.

Na frente Norte há que evitar a propagação do incêndio nesta direcção.

O edifício do Montepio Geral tem que ser preservado a todo o custo e com o material disponível faz-se o corte do fogo nesta zona. O mesmo tem que ser feito na parte Norte da rua do Carmo, impedindo-se a progressão do incêndio além dos edifícios frente aos Armazéns Grandela.

Na frente Leste (rua Áurea) o fogo desenvolveu-se com extrema violência, as chamas ultrapassam a cobertura em largos metros, desenvolvem-se temperaturas elevadas e as projecções de material incandescente são permanentes. Há que garantir a não propagação do incêndio para Leste. Apesar de o vento ter uma direcção favorável (NE, sensivelmente), há que prevenir uma súbita mudança de direcção. Faz-se a concentração de meios significativos nesta zona. Na frente Sul, e na rua da Assunção, o fogo tinha-se propagado ao 1.º edifício do quarteirão definido pela rua do Crucifixo, rua da Assunção e rua Áurea. Há que evitar a sua progressão e para tal concentram-se meios na rua do Crucifixo e rua Áurea que, através de agulhetas montadas em auto-escadas e pelas coberturas dos edifícios adjacentes, fazem o ataque ao fogo impedindo a sua progressão.

A rua do Carmo, devido às elevadas temperaturas, à existência de fogo em ambos os lados e à projecção constante de material incandescente, deixou de poder ser utilizada para o combate ao fogo. Não podendo ser feito um ataque directo, há que retardar a sua progressão e evitar que ele se desenvolva descon-



trolidamente assumindo proporções gigantescas.

Os edifícios atingidos da rua do Carmo só podem ser defendidos por material posicionado na frente Oeste, que através do pátio da Escola Veiga Beirão e do acesso ao elevador de Santa Justa vão atacar as traseiras dos prédios afectados.

7 — SITUAÇÃO ENTRE AS 06.00 H E AS 06.30 H

O mapa projectado dá-nos o ponto da situação entre as 06.00 h e as 06.30 h.

Verifica-se que o incêndio está a ser contido nas frentes Norte e Leste, bem como no edifício atingido na rua da Assunção. Continua a lavar na rua do Carmo em direcção a Sul. Há um reforço de material na frente Oeste e na frente Sul com o objectivo de retardar o seu avanço.

Neste período estaciona na rua do Ouro a Plataforma Mecânica (SNORKEL) que com a potente agulheta-canhão faz um ataque vigoroso ao fogo nos Armazéns Grandela e no edifício atingido da rua da Assunção e protege também o Montepio Geral.

Estão empenhadas 31 viaturas e o fogo está a ser atacado com 42 agulhetas de diversos tipos.

8 — SITUAÇÃO ENTRE AS 06.30 H E AS 07.00 H

Conforme o especificado no mapa projectado que nos dá a situação entre as 06.30 h e as 07.00 h, chegam mais viaturas que vão reforçar as frentes de ataque.

O incêndio continua a sua progressão para Sul sendo permanentemente combatido de modo a controlar o seu desenvolvimento.



São postos à disposição meios aéreos para reconhecimento e apoio logístico, já que a sua utilização para ataque ao incêndio não era aconselhável.

Cerca das 06.30 h são pedidos reforços das Corporações de Bombeiros Voluntários dos concelhos limítrofes, através da Inspeção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Chama-se a atenção para uma palmeira situada além da calçada Nova de S. Francisco que, apesar da distância a que o fogo se encontrava começou a arder e que mostra a violência do incêndio que consegue transportar matéria incandescente aquela distância.

9 — SITUAÇÃO ENTRE AS 07.00 H E AS 07.30 H

O mapa seguinte mostra as posições do incêndio e dos equipamentos entre as 07.00 h e as 07.30 h.

Cerca das 07.15 h, o incêndio atinge a parte central dos Armazéns do Chiado frente à rua Garrett. Talvez devido ao tipo de material a arder, o fogo manifestou-se com uma súbita violência. As chamas atingem grandes proporções, a temperatura no exterior é elevada e as viaturas estacionadas no cruzamento da rua Garrett com as ruas Nova do Almada e Carmo são obrigadas a recuar. Umas sobem a rua Garrett e posicionam-se nas proximidades da Calçada do Sacramento. Outras descem a rua Nova do Almada. Es-

tes movimentos são feitos já com grandes riscos, sendo necessário fazê-los com o estabelecimento de mangueiras ligadas.

Continua-se a combater o incêndio das novas posições procurando retardar-se a sua progressão e diminuir a sua intensidade. As viaturas que descem a rua Nova do Almada estacionam na sua parte superior, atacando o incêndio dos Armazéns do Chiado e refrescando as fachadas dos edifícios em frente, mas são obrigadas a fazer recuos sucessivos à medida que o fogo avança.

Cerca das 07.20 h o fogo, por irradiação e projecção de material incandescente, propaga-se ao edifício do lado poente da rua Nova do Almada e começa a progredir em direcção à calçada Nova de S. Francisco.

Na rua do Crucifixo, à medida que o fogo avança nos Armazéns do Chiado, as viaturas fazem recuos sucessivos não deixando de o atacar e proteger os edifícios em frente.

Para orientação e coordenação dos reforços vindos dos concelhos limítrofes são estabelecidos dois locais de concentração: um, na sede do Regimento, Av. D. Carlos I e outro no Rossio, posteriormente transferido para o Largo do Chiado.

Cerca das 07.25 h começam a chegar à zona do sinistro as primeiras viaturas vindas dos locais de concentração que vão ocupar posições nas frentes mais activas.

10 — SITUAÇÃO ENTRE AS 07.30 H E AS 08.00 H

A partir das 07.30 h, a situação na frente Norte está estabilizada, garantindo-se a sua contestação. Na frente Leste (rua Áurea) o fogo, embora ardo com muita intensidade, está confinado. As frentes Sul e Oeste são preocupantes. Na rua Nova do Almada as viaturas são obrigadas a recuar até à calçada Nova de S. Francisco.

O incêndio nos Armazéns do Chiado, em virtude de não haver compartimentação corta-fogo, só poderá ser contido na transição daqueles Armazéns para os edifícios adjacentes.

Para tal, destelham-se alguns edifícios e com material deslocado da rua Áurea e outro vindo em reforço faz-se um ataque quer da rua do Crucifixo quer da rua Nova do Almada, com o objectivo de travar a sua progressão.

Na frente Oeste posicionam-se diversas viaturas na rua Ivens e calçada do Sacramento que, pelo interior dos edifícios e pelas coberturas, vêm atacar o incêndio pelas traseiras dos edifícios atingidos quer da rua do Carmo quer da rua Nova do Almada.

11 — SITUAÇÃO DAS 08.00 H AS 08.30 H

O mapa que está projectado refere-se ao período entre as 08.00 h e as 08.30 h.





Os reforços continuam a chegar e são encaminhados para as frentes Sul e Oeste, onde vão reforçar o dispositivo nas ruas Nova do Almada, Ivens e calçada do Sacramento.

Próximo das 08.00 h, há 50 viaturas empenhadas directamente no fogo, com 76 agulhetas de vários tipos a trabalho.

O fogo na rua Nova do Almada progride com rapidez em direcção à calçada Nova de S. Francisco. Há que evitar a todo o custo que ele ultrapasse este arruamento. Reforça-se o dispositivo nesta zona, montam-se diversas agulhetas por auto-escadas e pela cobertura do edifício n.º 63 a 73 da rua Nova do Almada, tornejando para a calçada Nova de S. Francisco, que além de protegerem este edifício, fazem o ataque ao imóvel que lhe fica em frente.

Na rua Garrett o fogo atinge uma grande violência quando o edifício n.º 1 a 11 (Eduardo Martins) e o que lhe fica em frente ardem simultaneamente. As chamas são de grandes dimensões, há frequentes explosões, caem elementos das fachadas e o material é obrigado a recuar. O incêndio tem tendência a subir a rua Garrett e não cede ao ataque de diversas agulhetas montadas de 9 viaturas ali posicionadas.

Há que travar o avanço do incêndio e para tal altera-se o dispositivo.



12 — SITUAÇÃO ENTRE AS 08.30 H
E AS 09.00 H

Este quadro mostra já a alteração do dispositivo. Saem algumas viaturas para serem substituídas por outras dispoñdo de meios de ataque mais potentes.

A frente colocam-se 2 viaturas com canhão (monitores) que batem as fachadas dos edificios de um e outro lado da rua e atacam o interior pelos vãos existentes. Logo atrás posiciona-se uma viatura do Aeroporto de Lisboa

que, com o seu canhão de água, actua a um e outro lado da rua.

Encostada a esta viatura estaciona a Plataforma Mecânica (SNORKEL), que eleva a plataforma de trabalho acima das coberturas e, com a potente agulheta-canhão, vai atacando um e outro edificio, fazendo incidir a água com precisão nos pontos mais aconselháveis.

Estas viaturas auxiliadas por outras colocadas à rectaguarda, fazem um violento ataque ao fogo, formando uma







cortina de água que impede a sua propagação para além da calçada do Sacramento.

13 — SITUAÇÃO ENTRE AS 09.00 H E AS 09.30 H

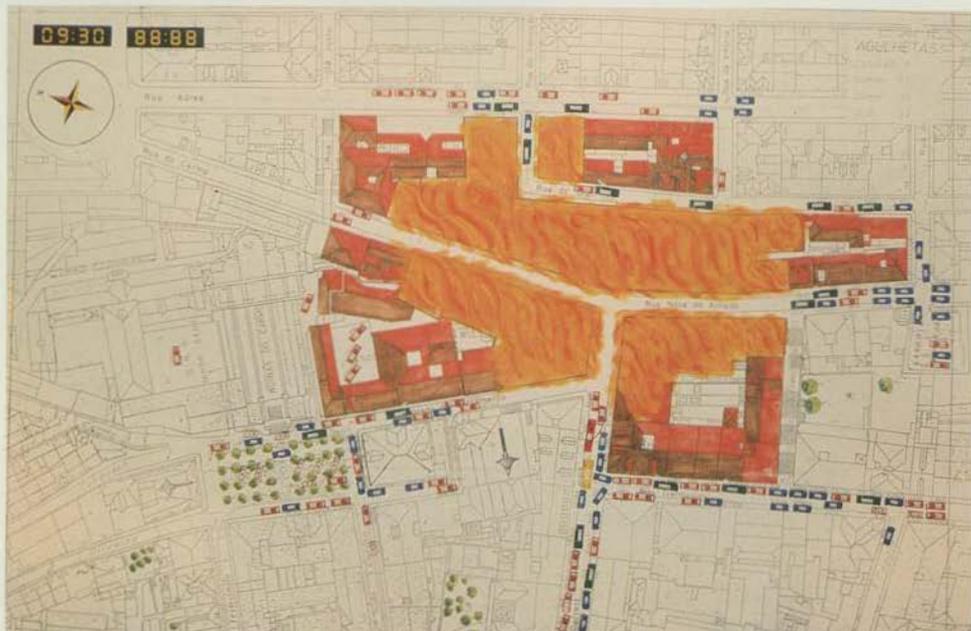
Os reforços que vão chegando continuam a ser encaminhados fundamentalmente para a rua Ivens, calçada do Sacramento e largo do Carmo. Continua-se o ataque às traseiras do edifício das ruas do Carmo e Nova do Almada, através do interior e coberturas dos edifícios adjacentes.

14 — SITUAÇÃO DAS 09.30 H EM DIANTE

As operações de combate continuam nas várias frentes, considerando-se por cerca das 11.00 h que o incêndio não ultrapassa a zona já atingida, isto é, estava circunscrito. Seguem-se as operações de domínio, extinção e rescaldo.

O mapa seguinte dá-nos uma noção da área afectada, assinalando-se os prédios destruídos, os de que arderam as coberturas e alguns pisos e os que ficaram danificados em apenas alguns pisos.

Podemos também verificar que se conseguiu travar o incêndio no interior de quarteirões.





O quadro seguinte pretende apresentar alguns dados de carácter estatístico:

PESSOAL

Bombeiros	1680
P.S.P.	480
C.V.P.	80
Militares	25
Outros	50
	<u>2375</u>

ACIDENTADOS

Mortos	2
Feridos	
Bombeiros	60
PSP	3
Residentes	10
	<u>75</u>

ÁREA AFECTADA

Área =	10 000 m ²
Edifícios -	18

VIATURAS

Combate	148
Apoio	44
Logísticas	108
	<u>300</u>

AGULHETAS

"	Canhão	8
"	70 mm	51
"	50 mm	36
"	A.P.	32
		<u>127</u>

FASES

Circunscrição	- 5.30 h
Domínio	- 10.00 h
Extinção	- 12.30 h
Rescaldo	- 20.00 h
	de 5 de Setembro
Prevenção	- 22 de Outubro



ZONA HISTÓRICA DA BAIXA POMBALINA DESTRUÍDA PELO FOGO

— 25 DE AGOSTO DE 1988

Um incêndio de grandes proporções destruiu no dia 25 de Agosto parte da zona histórica do Chiado, uma das mais características da Baixa Pombalina e da cidade de Lisboa. A área atingida, cerca de oito mil metros quadrados, é delimitada pela Rua Garrett, Rua Ivens, Calçada de S. Francisco, Rua Nova do Almada, Rua de S. Nicolau, Rua do Crucifixo, Rua da Assunção, Rua do Ouro, Rua de Santa Justa, Rua do Carmo e Calçada do Sacramento.

Em poucas horas, um património histórico-cultural secular e de valor único para a cidade e para o país foi consumido pelas chamas. Desaparecia parte da zona nobre e elegante do Chiado, centro do comércio tradicional lisboeta que ali se desenvolveu depois do terramoto de 1755 e a que Eça de Queirós e Camilo, entre diversos escritores e figuras da vida cultural, deixaram para sempre o seu nome ligado.

Grandes armazéns como o Grandela, criado no fim do século XIX por Francisco Grandela e o Chiado, fundado pela família Nunes dos Santos em 1905, ficaram completamente destruídos. Outros estabelecimentos de grandes tradições foram igualmente atingidos: a «Casa José Alexandre», bem representativa do Chiado do século passado, «Casa Eduardo Martins», o «Jerónimo Martins», fundado em 1792, a «Pastelaria Ferrari», fundada em 1827 e ainda a «Casa Batalha», a mais antiga do país, fundada no distante ano de 1635.

Completamente irrecuperáveis ficaram todos os arquivos históricos da «Valentim de Carvalho», a mais antiga editora discográfica do país.

Combateram o incêndio todas as corporações de bombeiros da área de Lisboa que de forma exemplar souberam evitar, com abnegado esforço e dedicação, que a tragédia atingisse maiores dimensões. De salientar ainda a actuação do Regimento de Sapadores Bombeiros no combate ao fogo, na sequência da qual viria a falecer o bombeiro Joaquim Diogo Catana Ramos a quem a CML, na sua reunião de 5 de Setembro, atribuiu a título póstumo a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, grau Prata com palma.

Face à tragédia, o Presidente da Câmara no próprio dia do incêndio organizou um Gabinete de Emergência para coordenação de todos os trabalhos decorrentes do sinistro e comparece numa reunião de emergência do Conselho de Ministros, onde expõe as medidas já tomadas e propõe diversas iniciativas, nomeadamente a criação de um subsídio extraordinário aos trabalhadores afectados, criação de linhas de crédito bonificado, colaboração de técnicos do LNEC e apoio do Governo para uma rápida intervenção das empresas seguradoras.

Ainda no dia 25 de Agosto, o Presidente da Câmara nomeia cinco grupos de trabalho com a missão de acompanhar as seguintes áreas: estabilidade de edifícios, postos de trabalho, avaliação dos prejuízos sofridos pelas actividades



económicas, reconstrução da zona e restabelecimento das actividades económicas.

Ao longo do dia, o Serviço Municipal de Protecção Civil e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa haviam assegurado o realojamento de todas as pessoas atingidas pela tragédia.

Uma comissão para a elaboração de um relatório detalhado sobre as condições em que ocorreu, se propagou e foi combatido o incêndio, foi entretanto criada pela Câmara. A comissão integrou representantes do Regimento de Sapa-

dores Bombeiros, Serviço Nacional de Protecção Civil, Direcção de Serviços de Obras, Serviço Nacional de Bombeiros, Serviço Municipal de Protecção Civil, LNEC e um representante da União dos Comerciantes de Lisboa.

Entretanto, em reunião realizada no dia 1 de Setembro, a Câmara, por unanimidade, solicitou ao Governo a declaração de área crítica de recuperação e reconversão de toda a zona do Chiado abrangida pelo incêndio e ainda a declaração do direito de preferência a favor da CML de todas as transmissões por título



oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios situados naquela área.

Nos dias subsequentes, diversas acções foram empreendidas tendo em vista superar problemas de segurança no local e um rápido início das obras de reconstrução. Assim, são realizadas vistorias em toda a zona sinistrada por técnicos da Câmara e do LNEC e iniciadas operações de demolição, consolidação e limpeza de toda a área, assim como um levantamento topográfico da zona e fotogramétrico das fachadas dos prédios atingidos.

Em conferência de imprensa realizada no dia 8 de Setembro, o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, anunciou ter convidado o Arq.º Álvaro Siza Vieira para elaboração do projecto arquitectónico de recuperação e reconstrução da área sinistrada e assegurar a orientação geral e coordenação do empreendimento até à fase final de conclusão de obras. Em 12 de Setembro, o Executivo da CML, por unanimidade, apoiaria o convite ao Arq.º Siza Vieira, reconhecendo o seu mérito não só pelas várias realizações no plano interno, mas especialmente do proficiente exercício do professorado universitário e de toda uma importante obra de intervenção arquitectónica com ampla expressão internacional.





O Tenente-Coronel Santinha Matias ao discursar momentos depois de haver tomado posse do cargo de Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros.

**POSSE DO NOVO COMANDANTE
DO REGIMENTO
DE SAPADORES BOMBEIROS**

Em cerimónia realizada no dia 1 de Julho, a que presidiu o Eng. Nuno Abecasis, tomou posse o novo Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, Tenente-Coronel de Engenharia António Santinha Matias, que já anteriormente exercera o cargo de segundo comandante da unidade. Na ocasião, o Presidente da Câmara, após realçar o importante papel desempenhado pelo comandante cessante, Coronel Carlos Beirão, salientou o trabalho desenvolvido pelo Tenente-Coronel Santinha Matias, nomeadamente na melhoria das condições de trabalho dos elementos do RSB.

O Regimento de Sapadores Bombeiros conta com um efectivo de cerca de 900 bombeiros, 100 viaturas operacionais instaladas em 10 quartéis estrategicamente localizados na cidade e actua numa área de 80 km quadrados. A unidade pratica uma média diária de 105 intervenções, sendo o caminho percorrido num mês pelas 100 viaturas equivalente a duas vezes e meio o perímetro do equador terrestre.

CÂMARA CEDE SALÃO PORTUGAL À BANDA DA GNR

A Banda de Música da Guarda Nacional Republicana passou a dispor de espaço próprio para ensaios e exibições, mercê da cedência pela CML àquela Banda, pelo prazo de 50 anos, do Salão Portugal. O protocolo de cedência foi concretizado em cerimónia realizada no dia 4 de Julho, nos Paços do Concelho, com a presença do Presidente da Câmara e do Comandante Geral da GNR, Francisco Cabral Couto. Com esta medida, a Câmara reconhece não só o elevado interesse cultural que aquela Banda representa para as populações em geral e para a população de Lisboa em particular, como a correspondente necessidade de se criarem condições de trabalho na manutenção e desenvolvimento do seu bom nível artístico, especificamente, garantindo-lhe uma sala de espectáculos onde possa ensaiar e exhibir-se para o público, no quadro da tradição músico-cultural de Lisboa.

O edifício «Salão Portugal» cedido pela CML à Banda de Música da GNR.





O antigo cinema Cinearte agora cedido pela CML ao Grupo de Teatro «A Barraca».

CÂMARA CEDE CINEARTE AO GRUPO DE TEATRO «A BARRACA»

Em cerimónia realizada no dia 15 de Julho, nos Paços do Concelho, a Câmara de Lisboa cedeu ao Grupo de Teatro «A

BARRACA» o cinema Cinearte, viabilizando assim o prosseguimento da actividade teatral daquele Grupo a trabalhar há 13 anos em instalações precárias.

Com esta medida, o Município reconhece não só o interesse cultural do trabalho já realizado por «A BARRACA» como ainda a necessidade de proceder à animação da zona de Alcântara/Santos, muito carecida de equipamento desta natureza.

Recorda-se que a Câmara deliberara em Dezembro de 1987 adquirir aquele cinema que há muito se encontrava em acelerado estado de degradação, por permuta com um terreno municipal, com a intenção de o ceder ao Grupo de Teatro «A BARRACA», o que agora se concretiza com a celebração do referido protocolo.



O Presidente do Município de Rabat, Hanza Kettani aquando da visita de uma delegação daquela cidade a Lisboa.

LISBOA GEMINA-SE COM RABAT

A abertura de uma ligação marítima entre Tânger e Portimão e a abolição de vistos diplomáticos entre Portugal e Marrocos, foram algumas das medidas defendidas pelo Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, ao discursar em Rabat, por ocasião da assinatura de um acordo de gemação entre as capitais de Portugal e Marrocos.

A delegação portuguesa que se deslocou a Rabat de 17 a 20 de Julho integrou, além do Presidente, os Vereadores Pinto Machado e Magalhães Pacheco, Eng.º Manuel Norton, Administrador da Tap-Air Portugal, Eng.º Guimarães Lobato, Presidente da Câmara de Comércio Luso-Marroquina e o Eng.º João Bártolo,

Administrador do IPE, que ali realizaram encontros empresariais ao mais alto nível.

O acto solene de gemação das duas cidades foi ratificado pelos Presidentes dos dois municípios. Hanza Kettani e Nuno Abecasis, que na ocasião salientou a dimensão histórica do acto, não só pelo desenvolvimento das relações bilaterais que pressupõe como também pelo alto patrocínio concedido pelo Rei de Marrocos, Hassan II e pelo Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares.

O protocolo celebrado contempla o incremento do intercâmbio de conhecimentos e experiências em matéria de administração local (protecção do ambiente, ordenamento do território e urbanismo), assim como o intercâmbio cultural e juvenil.

Aspecto da cerimónia de assinatura do protocolo celebrado entre a CML e o LNEC.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
E LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL
REFORÇAM COOPERAÇÃO**

A criação de um grupo permanente de prevenção de cheias, a aplicação efectiva da carta de risco sísmico existente para Lisboa e a criação de laboratórios

móveis de controlo de qualidade dos aruamentos da cidade e de métodos de reparação são alguns dos princípios contemplados no convénio de cooperação celebrado no dia 26 de Julho entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em cerimónia realizada nos Paços do Concelho.

O protocolo, rubricado pelo Eng. Nuno Abecasis e pelo Director do LNEC, Eng. Artur Ravara, contempla ainda o estudo de tecnologias de recuperação de edifícios e de renovação urbana, a redacção de um «manual de recuperação», bem como a utilização e melhoria dos bancos de dados das duas instituições.

Este protocolo que, em última instância, tem em vista a colaboração entre as duas entidades na resolução dos problemas da cidade, foi assinado com fundamento no relacionamento de longa data entre a CML e o LNEC, reforçado com a entrada recente, por parte do LNEC, como membro observador da UCCLA — União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.



INTERCEÇÃO E TRATAMENTO DOS ESGOTOS DE LISBOA

Para que as águas do Tejo recuperem a qualidade perdida, o Município tem em execução um empreendimento de dimensões invulgares que engloba a construção de três estações de tratamento de esgotos (Beirolas, Chelas e Alcântara), um emissário submarino, no Terreiro do Paço, com 250 metros de comprimento e dez instalações de trituração, a localizar nos principais colectores da cidade, no valor aproximado de cinco milhões de contos.

A fim de dar a conhecer aos órgãos de comunicação social todos os pormenores relacionados com esta importante obra de saneamento, o Presidente da Câmara efectuou no dia 27 de Julho uma visita de trabalho à Estação de Tratamento de Alcântara.

A solução escolhida para o tratamento das águas residuais da cidade de Lisboa, baseou-se não só nos níveis de qualidade da água pretendidos, mas também no preço a pagar pela comunidade, sendo uma solução flexível e versátil que per-

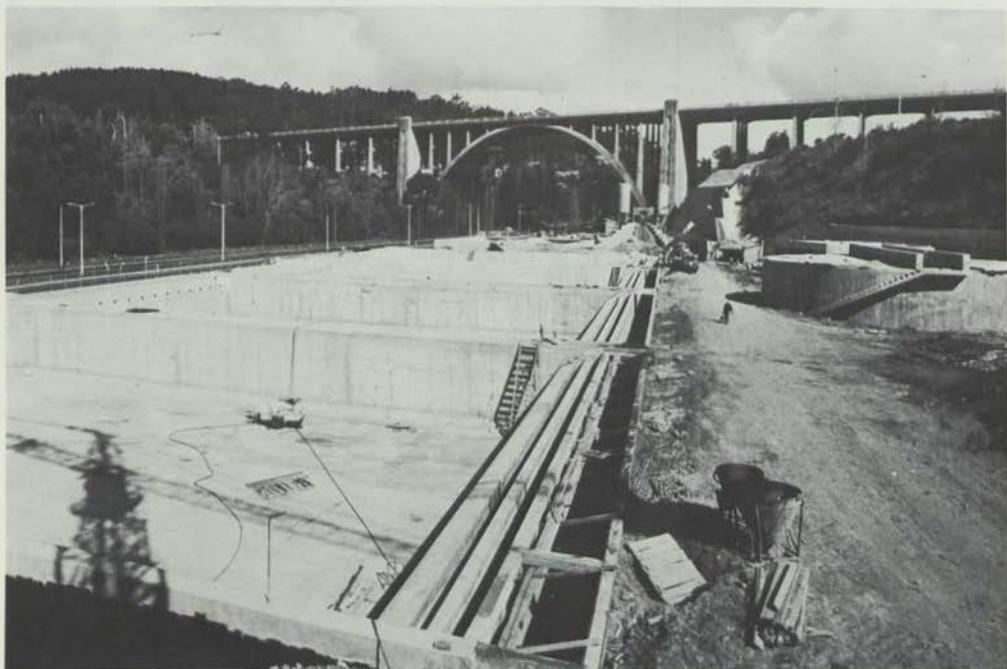
mite elevado número de futuras expansões.

Espera-se com esta obra e com a implementação do regulamento que estabelecerá regras para o lançamento dos efluentes industriais na rede de colectores da cidade, criar os instrumentos que permitam um controlo mais eficaz dos efluentes da cidade de Lisboa.

A Estação de Tratamento de Alcântara situa-se a sul do Viaduto Duarte Pacheco, perto da avenida de Ceuta. Terá capacidade para operar uma população de 725 mil habitantes provenientes dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Amadora, cujos efluentes serão, desde Algés, totalmente interceptados e operados, com o consequente benefício para todas as actividades ligadas ao rio e às praias a jusante.

A estação de tratamento de águas residuais de Beirolas, situada junto à estação de tratamento de resíduos sólidos da cidade, vai tratar efluentes provenientes dos concelhos de Lisboa e Loures, servindo uma população equivalente de 250 000 habitantes.

Aspecto das obras da Estação de Tratamento de Esgotos de Alcântara.



No sistema de interceptação e tratamento em que se encontra enquadrada esta ETAR foram já concluídos 83% dos trabalhos totais de construção civil, tendo-se iniciado a recepção de algum equipamento.

O tratamento de águas residuais na ETAR de Chelas, situada no Vale de Chelas, que servirá uma população correspondente a 255 000 habitantes, consiste, como em Alcântara, num pré-tratamento seguido de decantação primária e de desinfecção, tendo-se deixado terrenos disponíveis para a expansão da estação conforme necessidades futuras.

O caudal de águas residuais que não é interceptado e tratado pelos sistemas de drenagem que levam às três ETAR's em construção e que é operado por trituradores, constitui 12% do caudal de efluentes do sistema.

O tratamento destas águas residuais baseia-se na capacidade de autodepuração do estuário, após trituração mecânica dos sólidos transportados por forma a facilitar a sua oxidação e assimilação pelos organismos aquáticos.

Embora os caudais em jogo sejam neste caso insignificantes quando comparados com a carga orgânica que o estuário do Tejo recebe constantemente, o recurso a esta alternativa pretendeu conjugar alguns benefícios económicos que advêm da não elevação destes caudais para os subsistemas servidos de ETAR, com o reaproveitamento da parte da matéria orgânica e nutrientes transportados na produtividade do ecossistema aquático.

Os subsistemas baseados nas estações de trituração encontram-se na fase de projecto, não se tendo ainda iniciado a sua construção.

Na escolha da construção de um emissário submarino a partir do Terreiro do Paço, que vai escoar os efluentes que chegam à Baixa Pombalina, estiveram fundamentalmente presentes objectivos de carácter estético, procurando libertar o plano de água adjacente dos efeitos causados pela saída próxima do esgoto.

O projecto do exutor submarino do Terreiro do Paço encontra-se em fase de conclusão e lançará os efluentes a cerca de 250 metros da margem.

Espera-se que todo este sistema de interceptação e tratamento dos esgotos, com todos os benefícios daí decorrentes ao nível da despoluição do estuário do Tejo e das praias a jusante, esteja a funcionar em finais de 1989 princípios de 1990.



O Presidente da CML, Eng.º Nuno Abecasis, recebe dos netos de Perez de Cuellar o diploma de outorga a Lisboa do título «Cidade Mensageira da Paz».

Cuellar, Secretário-Geral das Nações Unidas, em cerimónia realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho no dia 20 de Setembro.

Presentes, o Embaixador da ONU para Portugal, António Muinho, vários membros do corpo diplomático, representantes do Governo e dos três ramos das Forças Armadas e ainda os presidentes dos Conselhos de Administração das empresas ligadas à UCCLA — União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

Esta distinção expressa o reconhecimento das Nações Unidas pela contribuição de Lisboa para a promoção da paz e do entendimento internacional em 1987 e 1988, passando assim a fazer parte da União Mundial de Cidades de Paz, com sede na cidade francesa de Verdun. No decurso da cerimónia, o Eng. Nuno Abecasis sublinhou o empenho da Câmara de Lisboa em querer ser mensageira da paz «primeiramente na nossa cidade» tendo ainda referido que «a Paz é uma das poucas palavras que neste mundo desunido mantém o seu significado em todas as línguas, pois ela é uma mensageira permanente que tem um sentido interior e individual para cada homem e simultaneamente se alonga numa exteriorização que engloba a Humanidade inteira».

LISBOA PROCLAMADA «MENSAGEIRA DA PAZ»

O diploma de outorga a Lisboa do título «Cidade Mensageira da Paz» foi entregue ao Presidente da Câmara, Eng. Nuno Abecasis, pelos netos de Perez de

CÂMARA PROMOVE CURSOS PARA COMERCIANTES

Tendo em vista dar continuidade aos excelentes resultados obtidos em idêntica acção realizada no passado ano, teve início no dia 19 de Setembro o segundo curso de formação para comerciantes de carnes dos mercados retalhistas de Lisboa, uma iniciativa da Câmara de Lisboa e da Associação dos Comerciantes de Carnes do Distrito de Lisboa, com o apoio do Fundo Social Europeu.

Com a realização deste curso procura-se a preparação daqueles profissionais no âmbito das normas portuguesas e legislação, atendimento e relações públicas, ética profissional, saúde pública e noções de contabilidade comercial, num total de 45 horas de aulas teóricas.

Por outro lado, através de aulas teórico-práticas, os comerciantes de carnes aprofundaram os seus conhecimentos de corte e preparação de carnes, higiene e sanidade das instalações, noções de frio e de exposição de vitrines.

Igualmente no dia 19, teve início um curso de formação para comerciantes de produtos alimentares dos mercados retalhistas de Lisboa, com maior incidência em áreas como novas técnicas de gestão, «marketing» e vendas, normas higieno-sanitárias e legislação comercial. Este curso, que visou o aperfeiçoamento profissional e reciclagem dos profissionais do sector, de acordo com as inovações introduzidas nos mercados municipais, decorreu em 40 horas de aulas de simulação e 60 horas de aulas teóricas.

A CML demonstra assim o seu empenho na formação técnica e na criação dum espírito de modernização e de abertura nos comerciantes dos mercados retalhistas, de acordo com as inovações e a dinâmica que nestes se pretende imprimir com vista à criação do mercado interno europeu em 1992.

Aspecto da Mesa da sessão inaugural do Curso de Formação para comerciantes. Ao centro, o Vereador Dr. Pombo Cardoso.



PRÉMIO VALMOR — 1984

O edifício do Banco Fonseca & Burnay sito na Rua Castilho, esquina com a Rua Barata Salgueiro, foi distinguido com o Prémio Valmor relativo ao ano de 1984.

À equipa autora do projecto, chefiada pelo Arquitecto Carlos Tojal, foi atribuído o Prémio Municipal de Arquitectura referente ao mesmo ano.

A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar no dia 21 de Setembro, no Salão Nobre do Palácio Galveias, tendo na ocasião sido inaugurada uma exposi-

ção, constituída por painéis elucidativos dos 70 projectos de arquitectura apreciados pelo júri referentes a obras concluídas naquele ano.

O júri, a que presidiu o Vereador do Pelouro da Cultura, Arqt.º Victor Reis, e que integrou os Arquitectos Estevão António Guerreiro de Figueiredo em representação da CML, João Paciência, da Associação de Arquitectos e o Professor Sebastião Pedro Leal Formosinho Sanchez, da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, deliberou igualmente conceder uma menção honrosa ao Arquitecto João Andrade e Sousa, pelo projecto de urbanização da Quinta das Freiras, LT, PQ — RS (Edifício Gemini), propriedade da EMACO — Empresa de Administração e Construção, SARL.

De acordo com o regulamento, os prémios Valmor e Municipal de Arquitectura são atribuídos em conjunto ao mes-

mo projecto e têm o valor correspondente ao rendimento anual do legado, para o Prémio Valmor, e de 600 000\$00, para o Prémio Municipal, atribuídos em partes iguais ao proprietário e arquitecto autor do projecto do imóvel melhor classificado.

O Prémio Valmor foi instituído em 1898, por disposição testamentária do 2.º Visconde daquele título, Fausto Queiroz Guedes, tendo começado a ser atribuído em 1902. Depressa se tornou o mais prestigiante prémio na área de arquitectura, o que não impediu que, por diversas vezes, se tenham gerado polémicas em relação ao estilo dos edifícios premiados.

Em 1938, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia propõe a criação dum outro prémio, o Municipal de Arquitectura, cuja atribuição, mais recentemente, passou a ser feita em conjunto com o Prémio Valmor a um único projecto.

O edifício do Banco Fonseca & Burnay sito na Rua Castilho, distinguído com o Prémio Valmor — 1984.





ainda o Secretário-Geral da UCCLA, Comandante Pinto Machado, o Administrador do IPE, Eng.º Marques Videira e um responsável dos Serviços Eléctricos da CML, Eng.º João Camossa.

Dos acordos assinados que se inserem no âmbito da actividade da UCCLA com vista à cooperação a todos os níveis entre as cidades capitais dos países que falam português, destaca-se ainda a introdução de um sofisticado sistema de instalação eléctrica nos Paços do Concelho da cidade de Bissau, estágios de arquitectos e engenheiros guineenses na Câmara de Lisboa e formação na área de gestão das autarquias urbanas nos domínios informático e organizativo.

Ainda no decurso da visita, o Eng.º Nuno Abecasis foi agraciado com a Medalha de Prata de Mérito na Cooperação e Desenvolvimento, em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na criação e dinamização da UCCLA, em cerimónia a que presidiu o Ministro de Estado da Presidência, Tiago Aleluia Lopes.

O Presidente da Câmara de Lisboa foi ainda recebido pelo Chefe de Estado guineense, João Bernardo Vieira, e manteve contactos com os Ministros do Comércio e do Desenvolvimento Rural e Pescas e dos Recursos Naturais e Indústria, com quem debateu possíveis formas de cooperação com o Instituto de Participações do Estado (IPE).

A este propósito, o Eng.º Nuno Abecasis referiu na ocasião estar prevista a reactivação dos estaleiros navais da Guiné-Bissau e dinamização da pesca artesanal, através de uma empresa luso-guineense em sistema de «joint-venture».

LISBOA COOPERA COM BISSAU

Diversas acções de cooperação, nomeadamente a construção de uma escola primária da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) oferecida pela Câmara de Lisboa, foram acordadas no decurso de uma visita à cidade de Bissau, efectuada por uma delegação oficial daquela organização chefiada pelo seu Presidente, Eng.º Nuno Abecasis.

A delegação, que se deslocou a Bissau de 23 a 27 de Setembro, integrou



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NÚMERO AVULSO: 500\$00